

PR não tem estrutura para atender agressões a mulheres

Há apenas um juizado de competência exclusiva para cobrir uma população de 5,3 milhões de mulheres residentes no estado. Relação é a 2.ª pior do país

Vanessa Fogaça Prateano

A estrutura física disponibilizada pelo Poder Judiciário paranaense para atender e processar os casos de mulheres vítimas de violência doméstica é a segunda pior do país. É o que aponta um relatório divulgado neste mês pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), intitulado "O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha", que divulga anualmente os números relativos a ações penais, sentenças, medidas protetivas, inquéritos policiais e demais procedimentos que envolvem a Lei 11.340/06

De acordo com o documento, o Paraná possui apenas um único juizado de violência doméstica e familiar para uma população de 5,3 milhões de mulheres residentes no estado. Somente o Rio Grande do Sul, com um contingente de 5,4 milhões de mulheres para apenas um juizado, tem relação pior. O Distrito Federal, com dez juizados, tem a melhor relação do país, com 134 mil mulheres por órgão.

No relatório, o CNJ volta a insistir pela criação de três juizados com competência exclusiva no estado, que devem ser instalados em Londrina, Maringá e Cascavel. Atualmente, Londrina conta com um juizado especializado em violência doméstica, mas o CNJ não o leva em consideração porque lá também são processados os casos de violência contra idosos, crianças e adolescentes, o que contraria a lei.

28 MAR 2013

Causas

O resultado, de acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná e do movimento de mulheres, é a demora no processamento dos casos e uma precarização do atendimento prestado às mulheres. Para a advogada Sandra Bazzo Barwinski, que representa a OABPR e é coordenadora-executiva do Fórum de Mulheres do Paraná, o Tribunal de Justiça do estado já avançou ao criar varas especializadas na área, mas insiste que o trabalho só estará completo com a criação dos juizados especializados.

A advogada explica que o tratamento previsto em lei para os casos de violência doméstica são diferenciados de outros crimes, como os que envolvem crianças, e que é preciso haver uma equipe exclusiva para atender os casos tanto na esfera jurídica quanto social e psicológica.

Recursos humanos

Outro dado que coloca o Paraná no estado de alerta é a sobrecarga de trabalho dos magistrados que atuam nos juizados. Os dois juízes que atuam no órgão da capital possuíam, cada um, 13 mil procedimentos sob sua responsabilidade. Segundo o próprio CNJ, juizados que tenham entre 5 mil e 10 mil processos devem contar com dois juízes, o que significa que cada juiz deve ficar responsável, em média, por 2,5 mil a 5 mil procedimentos, no máximo.

CONTINUA

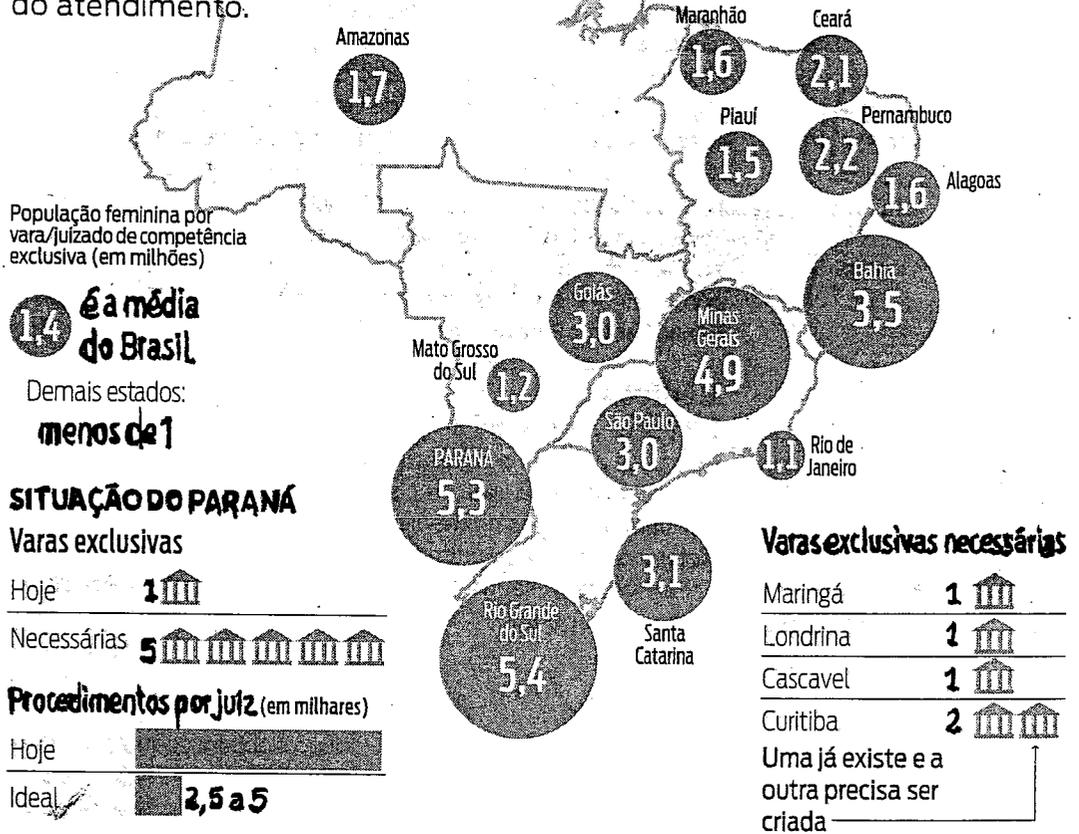
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESTRUTURA FÍSICA

28 MAR 2013

O Paraná apresenta a segunda pior relação entre o número de mulheres e o de juizados com competência exclusiva, o que resulta na precarização do atendimento.



Fonte: CNJ - O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha - 2013. Infografia: Gazeta do Povo.



CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Fim da violência não passa só pela Justiça

Embora a infraestrutura seja essencial para o cumprimento efetivo da lei, tanto a OABPR quanto o movimento de mulheres insistem que o enfrentamento da violência passa também pela questão da prevenção e do atendimento de qualidade naquela que é considerada a porta de entrada da mulher vítima: a delegacia. A advogada e assessora jurídica da Marcha das Vádivas Xênia Mello afirma que a estrutura deficitária realmente tem um impacto negativo na vida das mulheres, já que, pela falta de servidores, o juizado tem de priorizar os casos de homens que foram presos em flagrante.

“Pelo princípio da inocência, esses casos têm de ser julgados rapidamente para evitar que uma pessoa inocente fique presa injustamente ou além do tempo previsto. Só que isso impacta nos outros casos que não são considerados tão urgentes”. Nesse caso, ou a mulher perde a confiança na Justiça ao se deparar com a lentidão, ou fica vulnerável nos casos em que, durante o ínterim entre a denúncia e a análise do processo pelo juiz, o companheiro aumenta o teor de suas ameaças.

A advogada, no entanto, insiste que é preciso investir mais na prevenção, um aspecto da lei que é menos-prezado hoje. “É preciso investir na mediação de conflitos entre casais para evitar que uma discussão vire um crime e também no tratamento psicológico e na ressocialização do agressor. A violência se resolve com educação”, diz Xênia.

OUTROLADO

TJPR diz que falta de novos juizados é uma questão financeira

O Tribunal de Justiça do Paraná afirma que está ciente de que a estrutura atual não é a ideal, mas alega que já realizou uma série de esforços para aprimorar o atendimento, como a criação de varas especializadas em Maringá, São José dos Pinhais, Cascavel e Foz do Iguaçu, além da que já existe em Londrina. O argumento para a ausência de novos juizados é de ordem financeira, de acordo com a magistrada Luciane Bortoleto, titular do juizado da capital e membro da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do órgão.

“Chegou-se à conclusão de que o impacto financeiro é muito alto, e nós não podemos gastar além do que a lei permite. Além disso, a demanda ainda é relativamente pequena para que se instalem juizados nessas cidades.” Em julho do ano passado, por ocasião de críticas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigava a violência contra a mulher e a falta de investimento do TJPR em novos juizados, o órgão afirmou à **Gazeta do Povo** que o gasto mensal com um juizado chega a R\$ 120 mil.

Quanto ao número alto de procedimentos por juiz, a juíza afirma que nem todos os procedimentos são de responsabilidade do Judiciário, e que uma parte envolve também inquéritos policiais, além de medidas protetivas, que também entram na conta. “A maioria delas já foi dada, ou seja, não está em aberto, mas como são parte de uma ação penal, não podem ser arquivadas e continuam fazendo parte da es-

28 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Mutirão carcerário libera 484 vagas

Foram concedidos 267 alvarás de soltura e 217 progressões.

Diego Antonelli

O mutirão carcerário realizado entre os dias 20 e 27 deste mês resultou na abertura de 484 vagas no sistema penitenciário do estado. Foram analisados 2.063 pedidos de benefícios do sistema prisional de Curitiba e região metropolitana. Desse total, foram julgados 1.175 pedidos, sendo que 937 foram deferidos e 238 indeferidos. Os outros 888 processos que não foram julgados devem ser apreciados em outro mutirão.

Foram concedidos 267 alvarás de soltura, 217 progressões para o regime semiaberto e 462 comutações (redução da pena) e remissões de pena e indultos. O mutirão aconteceu no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebja) Mario Faraco, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

Segundo a secretária estadual de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, os alvarás de soltura e as progressões de pena permitirão que novas vagas de regime fechado sejam preenchidas. "Isso irá reduzir a superlotação carcerária que lota as delegacias", afirma. Ela salienta que hoje 6 mil presos estão abrigados em delegacias.

Segundo o juiz Eduardo Fagundes, que participou do mutirão, 32 servidores das varas de execução penal atuaram nos processos.

Começar de novo

O Paraná é o estado com mais presos e egressos inscritos no programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São 2.131 vagas preenchidas e 204 em aberto. O intuito da Secretaria Estadual de Justiça é inscrever parte dos presos beneficiados pelo mutirão no programa. O Começar de Novo reúne as vagas de trabalho e cursos de capacitação oferecidos para presos e egressos do sistema carcerário.

28 MAR 2013

GAZETA DO POVO

>>DIÁRIOS SECRETOS

MP apreende documentos na casa de assessores de Nelson Justus

Operação de busca e apreensão faz parte da investigação criminal que apura suspeita de contratação de funcionários fantasmas no gabinete da presidência da Assembleia durante a gestão do deputado

Karlos Kohlbach

O Ministério Público do Paraná (MP) cumpriu ontem 13 mandados de busca e apreensão nas casas de 11 funcionários e ex-servidores da Assembleia Legislativa que trabalharam no gabinete da presidência da Casa na gestão do deputado Nelson Justus (DEM) — de 2007 a 2010. Entre os alvos, estão Sérgio Roberto Monteiro, atual chefe de gabinete do parlamentar, e Luiz Alexandre Barbosa, que é assessor no gabinete de Justus.

A operação faz parte da investigação criminal aberta pelo MP que tem como alvo o ex-presidente e é relacionada ao

caso dos “Diários Secretos”, revelado pela Gazeta do Povo e RPCTV em 2010. Como Justus tem foro privilegiado por ser deputado, o procedimento tramita no gabinete do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, e os pedidos de busca e apreensão foram autorizados pelo Tribunal de Justiça.

Durante a operação, foram apreendidos documentos na casa dos 11 investigados. Dois foram presos por porte ilegal de arma. Eles foram soltos após pagar fiança. O MP não se manifestou oficialmente sobre a operação porque a investigação é sigilosa.

Fantasma e laranjas

A promotoria estadual investiga indícios da contratação de funcionários fantasmas no gabinete da presidência da Assembleia na gestão de Justus. Existem ainda suspeitas do uso de “laranjas” num suposto esquema de desvio de dinheiro público — o que pode configurar crime de peculato. O material apreendido nas casas dos investigados já começou a ser analisado e deve ajudar na apuração do caso.

Além da investigação criminal, o MP apura ainda um possível ato de improbidade administrativa de Justus du-

rante a gestão como presidente da Casa. O deputado já responde a seis ações de improbidade propostas pelo MP por causa das denúncias de irregularidades mostradas na série “Diários Secretos”.

A *Gazeta do Povo* não conseguiu localizar ontem Justus e os funcionários dele Sérgio Monteiro e Luiz Alexandre Barbosa. Por causa do horário, eles não foram encontrados na Assembleia Legislativa.

Esquema

As primeiras denúncias do caso foram feitas pela *Gazeta do Povo* e pela RPCTV na série de reportagens “Diários Secretos”. Em 2010, as reportagens mostraram um esquema de desvio de dinheiro público dentro da Assembleia do Paraná. Na época, foi revelada uma rede montada por Justus usando-se de cargos na presidência da Casa — só Sérgio Monteiro teve 20 parentes empregados no gabinete de Justus e na presidência.

13 MANDATOS

Justus já responde a seis ações de improbidade.

de busca e apreensão foram cumpridos ontem nas casas de funcionários e ex-funcionários da Assembleia Legislativa

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

28 MAR 2013

É tudo tão estranho...

No dia 12 de julho de 2011, o governador Beto Richa assina o Decreto 1.996 dando prazo de 30 dias — notem bem: 30 dias — para que empresas interessadas em elaborar o projeto básico de implantação do “Tudo Aqui” se inscrevam na Secretaria do Planejamento. Mas já no dia seguinte, 13 de julho de 2011, Richa assina outro decreto, o de n.º 1.998, dando por escolhida a empresa Shopping do Cidadão como única habilitada a fazer o projeto previsto no decreto que assinou no dia anterior.

Isto sim é agilidade! Agilidade, no entanto, quebrada pela própria Shopping do Cidadão que, conforme o primeiro decreto, teria 100 dias para apresentar o estudo. O tempo, pelo jeito, era curto demais: o estudo só ficou pronto em dezembro de 2012 — isto é, com um ano e dois meses de atraso.

O projeto “Tudo Aqui” é um conjunto de nove grandes estruturas que o governo pretende instalar em Curitiba (três unidades) e em outros seis municípios do interior do estado. O objetivo é centralizar o atendimento de 171 serviços públicos mais demandados pela população e que hoje são prestados diretamente pelas repartições respectivas e servidores públicos idem. Embora fielmente copiado (até nos erros crassos!) de projetos iguais de outros estados, o “Tudo Aqui” leva todo o jeito (ampliado) das Ruas da Cidadania que o prefeito Rafael Greca implantou em Curitiba na década de 90.

Guardanaposepadrinhos

Detalhe: a Shopping do Cidadão, que projetou o “Tudo Aqui”, é a mesma empresa que fez o mesmo trabalho no Ceará, Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais. Um de seus dirigentes é Georges Sadala — cuja foto apareceu há um ano nos jornais participando de uma estranha “dança do guardanapo”

num restaurante chique de Paris na companhia do governador do Rio, Sérgio Cabral, e do empreiteiro Fernando Cavendish, o dono da Delta, construtora que ficou conhecida pelas ligações com o contraventor Carlinhos Cachoeira. As ligações de Sadala vão além: é afilhado de casamento do senador mineiro Aécio Neves. O que também não quer dizer nada.

Mas que é tudo muito estranho, isto é. O governo estadual quer empenhar por 25 anos (renováveis por mais 25) R\$ 3 bilhões em favor de uma empresa particular que vai prestar os serviços públicos previstos no “Tudo Aqui”. Serão R\$ 10 milhões por mês.

Apesar desse alto comprometimento de recursos, o governo se recusa a dar explicações para quem quer que seja. Não deu ao Tribunal de Contas, não deu ao Ministério Público e, das supostas audiências públicas que teria feito para apresentar e debater o projeto de parceria público-privada (PPP), se desconhece a presença de representantes da sociedade civil, de deputados.

Não deu explicações nem sequer aos órgãos e entidades que, supostamente, terão alguns de seus serviços prestados nas unidades do “Tudo Aqui”, por empregados contratados e uniformizados diretamente pela empresa privada que vai administrá-las. Não consultou a prefeitura de Curitiba, embora esta tenha de ceder para o “Tudo Aqui” as Ruas da Cidadania da Matriz, Boqueirão e Pinheirinho

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

28 MAR 2013

Aliás, embora tenha previsto entidades privadas no mix de serviços, como a Associação Comercial do Paraná e cartórios — estas também não foram consultadas e, pelo que se informa, nem estiveram representados em audiência pública.

Subserviência e renúncia

O deputado Tadeu Veneri quis convidar o secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, para ir à Assembleia prestar informações e levantar o véu de mistério que cobre o projeto. Colocado em votação, o requerimento foi derrubado por 25 votos a 17. O líder do governo na Casa ficou nervoso e pediu a relação completa dos deputados que votaram a favor do convite, pois entre eles pelo menos 12 são da base situacionista. Por que será? Na segunda-feira, Veneri volta à carga: vai protocolar pedido de informações ao governo. Que, com certeza, será também derrubado. Restará depois só o caminho da justiça. E mais uma vez, a Assembleia terá dado demonstração de estrita subserviência ao Executivo e renunciado ao seu papel constitucional de fiscalizá-lo.

É tudo mesmo muito estranho. Se é, como diz o governo, tudo regular, tudo legal, e, sobretudo, tudo moral — o que estão pretendendo esconder?

Deve-se presumir a inocência dos envolvidos no projeto e aceitar que, sim, não passam de “chifres em cabeça de cavalo” as desconfianças que se levantam. Mas o mínimo que se pede aos governantes, quando lidam com o seu, o nosso dinheiro, é transparência. E nada aqui é transparente no “Tudo

GAZETA DO POVO

» HOSPITAL EVANGÉLICO

28 MAR 2013

MP pede que polícia investigue ex-diretores

Um novo inquérito sobre homicídios que teriam ocorrido na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba deve ser aberto pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) nos próximos dias. A Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, do Ministério Público do Paraná (MP-PR), informou, por meio de nota oficial, que requereu à delegacia especializada da Polícia Civil que investigue a participação de ex-diretores do Evangélico ou de outros profissionais de saúde nas mortes suspeitas.

De acordo com a assessoria de imprensa do MP-PR, a nova investigação já foi solicitada ao Nucrisa, mas a delegacia ainda não havia recebido o pedido até a tarde de ontem. O MP-PR não informou quantas pessoas devem ser investigadas nem quem são elas.

O Hospital Evangélico, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não foi comunicado oficialmente sobre a nova investigação e, por enquanto, não vai se manifestar sobre o caso.

Mortes suspeitas

O Ministério Público esclareceu terça-feira que a investigação sobre outras mortes suspeitas e a eventual participação de outras pessoas em condutas criminosas ainda dependem de novos inquéritos, que serão conduzidos pelo Nucrisa.

A decisão de solicitar novas investigações foi anunciada em 11 de março. Naquela ocasião, o MP informou que havia pelo menos outras 21 mortes suspeitas, que seguiam o mesmo padrão daquelas sete relatadas na ação penal que tramita na 2.ª Vara do Júri.

A acusação do MP atesta que os profissionais acusados, sob o comando da médica Virgínia Helena Soares de Souza, prescreviam medicamentos bloqueadores neuromusculares, associados a sedativos e analgésicos, e depois reduziam os parâmetros de oxigênio nos respiradores dos pacientes. Isso os levava à morte por asfixia.

7 MORTES

de pacientes da UTI geral foram atribuídas às seis pessoas denunciadas pelo MP-PR à Justiça, incluindo a médica Virgínia Helena Soares de Souza. O MP-PR ressaltou que todos os casos caracterizam homicídios, e que não há sinal de prática de ortotanásia – suspensão do tratamento para que ele morra de forma mais confortável, com o consentimento do familiar.

28 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» PORTAS FECHADAS

Para parlamentares e juízes, o feriado já começou

Anderson Gonçalves

De acordo com o calendário oficial, apenas amanhã, quando é celebrada a Sexta-Feira Santa, é feriado no Brasil. O calendário político, no entanto, funciona de forma diferente. No entanto, nas casas legislativas como Assembleia Legislativa do Paraná e Congresso Nacional, o feriado já começou. A situação não é diferente no Poder Judiciário, que teve ontem seu último dia de trabalho na semana e retoma suas atividades somente na próxima segunda-feira.

Regimentalmente, a Câmara Municipal de Curitiba já realiza suas sessões de segunda a quarta-feira no período da manhã. Segundo a assessoria de comunicação da Casa, o expediente será normal hoje nos gabinetes e setores administrativos. Já a Assembleia Legislativa antecipou sua sessão plenária de ontem para a manhã, a fim de liberar os deputados à tarde para emendar o feriado.

Na prefeitura de Curitiba e nas repartições do governo estadual, as atividades serão normais. O Tribunal de Contas do Estado (TC) também funciona hoje. Mas o TC antecipou a sessão do Pleno. A reunião que ocorre regimentalmente às 14 horas será realizada a partir das 10 horas.

Em Brasília, a semana ficou ainda mais curta para deputados federais e senadores. A última sessão da semana no plenário da Câmara Federal foi realizada ontem. Transferida para o período da manhã, ela terminou às 11h45 sem votações. Com baixo quórum, os deputados cancelaram a ordem do dia. No Senado, houve sessão normal na tarde de ontem, mas hoje não haverá atividades, diferente do que acontece às quintas-feiras.

Judiciário

Os servidores do Judiciário e do Ministério Público também encerraram ontem suas atividades. Tanto no Tribunal de Justiça do Paraná quanto no MP estadual, não haverá expediente nesta quinta-feira.

Os demais órgãos do Judiciário também estarão com as portas fechadas. Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST) retornam ao batente na segunda-feira. Para os servidores da Justiça Militar o recesso é ainda maior. Como segunda-feira é o Dia Nacional da Justiça Militar, os funcionários do órgão em todo o país ganharam folga e só retomam as atividades na terça-feira.

28 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» TRANSPORTE COLETIVO

Veto à dupla função é ignorado

! A lei que determina o fim da dupla função de motoristas no transporte coletivo de Curitiba deveria entrar em vigor a partir de ontem, mas não está sendo cumprida. Os micro-ônibus continuam circulando com um motorista que também faz o papel de cobrador.

O Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) está fiscalizando as garagens das empresas e pontos de parada. Foi observado que nem os veículos foram adaptados nem cobradores foram deslocados para a função.

De acordo com a assessoria de imprensa do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), o não cumprimento da medida é explicado por duas razões. A primeira é de que há uma ação tramitando no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) questionando a constitucionalidade da lei. A outra é de que a prefeitura não apresentou fonte de custeio para a readequação de uma frota de 400 ônibus e contratação de mais funcionários para trabalharem como cobradores. Em virtude disso, não houve mudanças no esquema de trabalho.

A Urbs, que gerencia o sistema de transporte da Rede Integrada, informou que espera a decisão da Justiça sobre a constitucionalidade da lei para se posicionar.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

28 MAR 2013

Pró-TRF

A Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Tribunais Regionais Federais promoverá um ato público na próxima terça-feira em Brasília. O ato ocorrerá no plenário da CCJ da Câmara, em Brasília. A PEC 544/2002, que cria um TRF no Paraná e em mais quatro estados – Bahia, Ceará, Minas Gerais e Amazonas – aguarda votação em segundo turno na Câmara e poderá ser incluída na pauta do plenário já na quarta-feira.

Encontro

Também na quarta-feira, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que faz parte da Frente Parlamentar pró-TRFs se encontra o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer, para discutir o assunto. O senador argumenta que a criação de TRFs é necessária para permitir o acesso de todos os cidadãos à Justiça, especialmente aqueles que vivem longe das capitais. Atualmente, as ações do Paraná que tramitam em segunda instância na Justiça Federal são analisadas pelo TRF4, em Porto Alegre.

“Ali, ao subir os degraus da escadaria ornada por colunatas de tradição e de presença, o visitante conhece, em Curitiba, as sonoridades de aprendizados e vivências que o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná conta em prosa e verso, no direito e no avesso”.

Luiz Edson Fachin, advogado e professor de Direito.

COLUNA DO LEITOR

Cargos do TJ-PR

Olhe o preço dessa criação de 25 cargos para desembargadores no TJ-PR (**Gazeta**, 25/3)! Desse jeito o governador Beto Richa vai ter de fazer mais empréstimos para pagar tantos salários. No Paraná, não fazemos empréstimos para financiar o desenvolvimento, e sim para pagar salários de funcionários públicos.

Nelson Kaminski

Código Penal

É razoável a diminuição da pena de furto, mas pergunta-se: a pirataria da tevê a cabo é mais lesiva e grave que o furto, em que a vítima geralmente é pessoa pobre? Vê-se aí o dedo ou algo mais das empresas interessadas. Não posso concordar com tal posicionamento em defesa de interesses de uns em detrimento dos de outros.

Carlos P. Gonçalves

Aborto

A respeito da entrevista concedida pelo médico Jefferson Drezett (**Gazeta**, 24/3), achei estranhos os argumentos apresentados para justificar a realização de abortos até a 12ª semana de gestação. Segundo ele, do ponto de vista técnico, não se trata de homicídio de uma criança. A ciência mostra que qualquer pessoa tem gravados na memória os fatos ocorridos desde o momento da concepção. Ou seja, já existe um ser humano em formação. Por isso acredito que o entrevistado está bastante desinformado. Ele tem o direito de ter sua opinião e eu o respeito, mas seria bom melhorar seus argumentos.

Marina Cabral

28 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CCJ aprova permissão para entidade religiosa questionar leis

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem a proposta de emenda constitucional (PEC) que incluiu as entidades religiosas no grupo de organizações autorizadas a propor ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) e ações declaratórias de constitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta será analisada ainda por uma comissão especial e, em seguida, deve ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara.

Entre as entidades que seriam beneficiadas estão, por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e a Convenção Batista Nacional.

Atualmente, só podem ingressar com ações desse tipo no STF o presidente da República, os governadores, as mesas diretoras da Câmara Federal, do Senado e das Assembleias, o procurador-geral da República, partidos com representação no Congresso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades de classe de âmbito nacional.

Argumento

Para o deputado João Campos (PSDB-GO), autor da proposta, a medida é uma “ampliação da cidadania e

do acesso à Justiça”. “Alguns temas dizem respeito diretamente às entidades religiosas. A questão da imunidade tributária, por exemplo, assim como a liberdade religiosa e o ensino religioso facultativo, entre outros. Se tivermos em algum momento alguma lei que fere um desses princípios, não teríamos como questionar isso no Supremo”, afirma o deputado.

“Alguns temas dizem respeito diretamente às entidades religiosas. A questão da imunidade tributária, por exemplo, assim como a liberdade religiosa e o ensino religioso facultativo, entre outros.”

João Campos (PSDB-GO), autor da proposta.

2,7 MIL CARGOS

foram aprovados ontem pela CCJ do Senado. A criação dos cargos em diversas carreiras do funcionalismo federal está previsto num projeto da Presidência da República e já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. A proposta vai à votação em plenário na próxima semana. Pelo projeto, 2.622 vagas serão preenchidas por meio de concurso público e outros 127 serão cargos em comissão

STJ nega pedido de liberdade para o ex-juiz Lalau

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou ontem liminarmente o pedido de habeas corpus em favor do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto

, conhecido por “Lalau”.

Para o ministro, a revogação da prisão domiciliar deveu-se à identificação de fatos que dizem respeito diretamente à prisão domiciliar então usufruída pelo ex-juiz. Ele refere-se à instalação de câmeras de vigilância para o monitoramento dos agentes policiais encarregados de fiscalizar o ex-juiz. O relator destacou, também, a constatação por perícia médica oficial, realizada por determinação do juízo das execuções, da melhora na saúde do ex-magistrado, concluindo não mais se justificar a manutenção de prisão domiciliar. Nicolau foi condenado, junto com ex-senador Luiz Estevão, pelo desvio de R\$ 169 milhões da obra de construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CPI vai investigar casos suspeitos de adoção no PR

Sete irmãos de São João do Triunfo teriam sido encaminhados para adoção internacional. Um deles diz ter sofrido abuso sexual

Suspeitas de processos de adoção irregulares que envolvem até abuso sexual trouxeram a Comissão Especial de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas para o Paraná. Ao todo, a CPI nacional investiga sete casos sob suspeita no estado, dois deles em São João do Triunfo. O Ministério Público contesta as denúncias e garante que todas as adoções seguiram os trâmites legais.

A cidade de São João do Triunfo, na Região Centro-Sul, entrou na mira da CPI do Tráfico de Pessoas há mais de um mês, quando membros da Comissão receberam denúncias sobre possíveis irregularidades em dois casos de adoção. De acordo com as denúncias, os processos teriam sido acelerados e não cumpriram todas as exigências legais.

Em um deles, sete dos nove filhos foram retirados dos pais no começo desta década e encaminhados para adoção internacional em

2006. De acordo com as denúncias, as crianças teriam sido retiradas do convívio familiar, encaminhadas para abrigo e, logo após, colocadas para adoção sem nenhuma tentativa de reinserção familiar. O motivo da destituição familiar teria sido a pobreza extrema da família e o alcoolismo do pai.

A promotora que cuidou do caso na época, Tarcila Soares Teixeira, contesta as denúncias e garante que o processo seguiu as determinações legais. Ela conta que acompanhou o caso de 1999, depois de um denúncia do Conselho Tutelar, até 2006, quando as crianças foram adotadas.

Condições

Fezes humanas, comida retirada do lixo, crianças nuas, ambiente promíscuo entre outras denúncias fazem parte do processo de adoção dos sete irmãos de São João do Triunfo. A promotora afirma que várias ações para recuperar a família foram adotadas, mas nenhuma surtiu efeito. A adoção internacional foi a última alternativa encontrada para manter os irmãos juntos.

Membros da CPI do Tráfico de Pessoas votam na terça-feira o requerimento que define a data de viagem para as cidades com casos suspeitos. Outros dois documentos também foram apresentados para apreciação. Um deles pede a quebra de sigilo dos processos sob suspeita e o outro solicita a cópia de gravações com relatos de famílias. "Ir até essas cidades é nosso dever de ofício, não estamos acusando o Ministério Público nem a Justiça, pelo contrário, damos a eles o voto de confiança. Mas há indícios e temos de investigar", garante o vice-presidente da CPI, deputado federal Fernando Francischini.

Além dos dois casos de São João do Triunfo, outras cinco denúncias espalhadas pelo estado estão sendo investigadas pela CPI do Tráfico de Pessoas.

» INVESTIGAÇÃO NO EVANGÉLICO

“Alguns pacientes teriam chance”

Amanda Audi, especial para Gazeta do Povo

ENTREVISTA

KARINA CARRER,
ex-fisioterapeuta do Hospital
Evangélico

A fisioterapeuta Karina Carrer foi a primeira pessoa a denunciar os óbitos que ocorreram na UTI geral do Hospital Evangélico de Curitiba e que acabaram sendo investigados pela polícia. Formada há 11 anos, a fisioterapeuta já havia trabalhado em outros hospitais e UTIs e afirma que nunca havia visto nada parecido com os procedimentos adotados no setor comandado pela médica Virgínia Helena Soares de Souza. Ela diz que chamava a atenção o grande número de óbitos ocorridos nos primeiros dias de internação, o que, segundo ela, não era comum em outros hospitais onde trabalhou. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, ela nega que a denúncia seria uma vingança por desavenças pessoais entre os funcionários da UTI.

Como você decidiu denunciar o que ocorria dentro da UTI?

Fiz a primeira denúncia na ouvidoria do estado em março do ano passado e continuei trabalhando no hospital. Eu achava que a qualquer momento a polícia ia chegar e eu poderia ajudar. Continuei na UTI por causa disso. Em maio, pedi para mudar de setor. Ainda continuei na instituição por alguns meses e, quando decidi sair, pedi demissão.

O que você notou de estranho que não havia em outros lugares?

Os óbitos. Sempre trabalhei em UTI e nunca tinha visto alguma coisa desse tipo em toda a minha vida. Eu acredito que alguns pacientes teriam chance de recuperação. O prognóstico era fechado muito rapidamente. Às vezes o óbito vinha com dois dias de internação, o que é pouquíssimo tempo.

Você contou a alguém que fez a denúncia?

Não avisei ninguém por medo de represálias. Todas as pessoas que trabalhavam lá eram meio revoltadas com o que acontecia, mas todos tinham muito medo dela [da médica Virgínia], porque ela era muito explosiva. Isso inibia as denúncias. Todo mundo sentia que ela era muito poderosa.

E como você está agora?

Estou acompanhando o caso, mas estou apreensiva. Esperava que a investigação acontecesse, mas não que ela fosse presa, e nem as outras pessoas. Só queria que não acontecesse mais nada do que aconteceu. Tudo aquilo que aconteceu foi de uma maneira gratuita. Os pacientes e os familiares não têm culpa.

“Não avisei ninguém por medo de represálias. Todas as pessoas que trabalhavam lá eram meio revoltadas com o que acontecia, mas todos tinham muito medo dela [da médica Virgínia].”

A acusação da defesa da médica é de que todo o processo começou por uma briga pessoal dos funcionários. Qual sua opinião a respeito?

Havia atraso de pagamentos e insatisfação dos funcionários, mas nós, que trabalhávamos na UTI, não entrávamos em greve, até porque é um lugar que não dá pra abandonar. Mas não era rixa pessoal com a médica. Não quero me vingar dela, nunca quis.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PROCESSO

29 MAR 2013

Defesa diz que vingança foi motivo da denúncia contra a médica

O advogado Elias Mattar Assad, que defende a médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de causar a morte de pacientes da UTI do Hospital Evangélico, antecipou que vai alegar na apresentação preliminar da defesa que houve falsa perícia, denúncia caluniosa, falsa comunicação de crime e coação no curso do processo. Ele argumenta que a fisioterapeuta Karina Carrer fez a denúncia motivada por um sentimento de vingança, provocado pela rigidez no tratamento dentro da UTI.

"A doutora Virgínia era muito rigorosa com os enfermeiros, por isso era considerada o diabo dos funcionários", afirma o advogado. "Mas cuidava muito dos enfermos. Os que entraram em óbito entrariam de qualquer jeito, pois não tinham chance nenhuma de sobreviver."

Famílias

Segundo o criminalista, as famílias que deram queixa na polícia poderão responder na Justiça. O advogado afirma que elas não teriam como provar que seus parentes foram mortos intencionalmente por Virgínia. "As pessoas não sabem como funciona uma UTI. Tudo o que é feito lá dentro é com base na ciência médica. Ali é o limite entre a vida e a morte", disse o advogado.

A defesa de Virgínia será coordenada com a defesa dos outros indiciados e usará laudos de peritos e especialistas. O advogado Mattar Assad diz acreditar que a cliente não será submetida a júri popular e que o processo será longo, com mais de dez anos de tramitação, caso todas as testemunhas possíveis sejam arroladas pelos

*A reportagem acima foi produzida por Andrea Torrente, Antoniele Luciano e Lucas Gabriel de Marins, trainees do programa Talento Jornalismo GRPCom 2013.

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

MP investiga a legalidade de subsídio para o ônibus de Curitiba

Benefício de R\$ 64 milhões concedido por Richa à capital acaba em maio. Pedido de investigação foi feito por Requião

Euclides Lucas Garcia

O Ministério Público do Paraná (MP) abriu um inquérito civil para investigar a legalidade do subsídio de R\$ 64 milhões que o governador Beto Richa (PSDB) concedeu ao transporte coletivo de Curitiba no ano passado. O processo foi aberto a partir de um pedido de providências do senador Roberto Requião (PMDB-PR), para quem o benefício, por ter sido concedido em ano eleitoral, tentava favorecer o então candidato à reeleição a prefeito e aliado de Richa, Luciano Ducci (PSB). No documento, o peemedebista afirma ainda que a medida se deu em detrimento aos demais municípios do estado e não teve a devida transparência em relação aos critérios que a em-

basaram financeiramente.

Concedido por Richa no primeiro semestre do ano passado, o subsídio será pago apenas até maio. Há três semanas, o tucano anunciou que não iria mais mantê-lo sob o argumento de que o transporte urbano é uma responsabilidade dos prefeitos, que não pode ser terceirizada para o estado.

“Nós auxiliamos por um determinado momento, mas o governo não pode ser sobre-carregado com mais essa despesa”, disse o governador, defendendo-se das críticas de que teria cortado o benefício porque Ducci foi derrotado na eleição para a prefeitura de Curitiba.

Para Requião, porém, dar o subsídio em ano eleitoral a um aliado que buscava a reeleição e tinha “apoio expresso e incondicional” de Richa “faz com que se vislumbre a possibilidade de créditos políticos a ambos os administradores”. “A concessão a um único município se mostra, em primeira análise, algo estranho ao atendimento do interesse público, uma vez que preteriu todos os demais municípios do ente federado”, completa o senador.

CONTINUA

Além disso, o peemedebista defende que não houve transparência nos critérios utilizados para definir o valor do subsídio. “Não se tem notícia de auditoria oficial, capaz de determinar se é correta e justa a composição do preço final, além de não se conhecer o critério contábil utilizado para correção”, argumenta.

Para embasar o pedido, Requião cita, inclusive, que abrir mão desses R\$ 64 milhões é incoerente com a postura político-financeira do governo estadual de solicitar grandes empréstimos nacionais e internacionais. Por fim, o documento fala que a medida tem indícios de malversação do dinheiro público, abuso do poder econômico, beneficiamento eleitoral, quebra do princípio de isonomia, lesão ao princípio da moralidade, violação ao princípio da transparência e improbidade administrativa.

O inquérito foi aberto no dia 14 de março pelo promotor Eduardo Cambi. Por enquanto, a única movimentação do processo foi um pedido para que o governo e a prefeitura de Curitiba prestem informações por escrito a respeito da concessão do subsídio.

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

OUTROLADO

Governo do estado nega que repasse tenha tido interesse eleitoral

Por meio da assessoria de imprensa, o governo disse que ainda não foi notificado da abertura do inquérito. Em nota, o Executivo negou qualquer hipótese de que tenha havido co-notação eleitoral no subsídio ao transporte coletivo da capital. No documento, argumenta-se que a medida beneficiou a população de 12 municípios que integram a Rede Integrada de Transporte (RIT), e não apenas os curitibanos. A alegação é de que o convênio, "que beneficia a atual administração", foi feito para atender a uma solicitação emergencial.

Questionado sobre qual o embasamento para cortar o benefício depois de maio, o governo afirmou que trocou o modelo de subsídio ao propor a isenção do ICMS que incide sobre o óleo diesel no transporte coletivo. A medida, que está em tramitação na Assembleia Legislativa, valerá para os municípios com população superior a 150 mil habitantes. O Executivo estadual projeta um impacto de R\$ 0,06 no valor da passagem na RIT. A prefeitura de Curitiba, por sua vez, fala em R\$ 0,03. Também por meio da assessoria de imprensa, a administração da capital disse que a Urbs já foi notificada e encaminhará as informações solicitadas pelo MP até o dia 2 de abril.

? R\$ 0,06

é quanto deve baixar a tarifa do transporte de Curitiba com a isenção do ICMS que incide sobre o diesel, de acordo com cálculo do governo do estado.

CONTINUAÇÃO

"Não se tem notícia de auditoria oficial, capaz de determinar se é correta e justa a composição do preço final, além de não se conhecer o critério contábil utilizado para correção."

! Roberto Requião (PMDB-PR), senador.

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» TUDO AQUI

**Taniguchi dará
explicações
em reunião**

→ **reservada**

Karlos Kohlbach

O governo do estado recuou ontem e anunciou que o secretário estadual do Planejamento, Cassio Taniguchi, vai até a Assembleia Legislativa na próxima semana para prestar esclarecimentos sobre o projeto "Tudo Aqui Paraná". As explicações, no entanto, não serão dadas em plenário. Taniguchi falará de forma reservada, no gabinete da liderança do governo, para os parlamentares que tiverem interesse. Ainda não há data e hora definida para o encontro.

O anúncio de que Taniguchi vai falar com os deputados, mas em uma reunião fechada, não agradou à oposição. "Por que se esconder numa sala longe da TV da Assembleia e para que não fique registrado nas notas taquigráficas?", questionou Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Assembleia.

Nesta semana, a bancada governista derrubou o pedido da oposição para que o secretário fosse ao plenário. Segundo a liderança do governo na Assembleia, "a oposição pretendia converter um assunto técnico em cavalo de batalha político".

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

ONU teme alta de prisões arbitrárias devido à Copa 550 MIL PRESOS

estão mantidos hoje no Brasil em delegacias de polícia, presídios e penitenciários. Desse total, 217 mil detentos estão em prisão preventiva. Os números fazem com que o país tenha uma das maiores populações carcerárias do mundo.

Grupo de trabalho ouviu relatos de que ocorreriam prisões e internações compulsórias de dependentes químicos para "limpar" as ruas

A Organização das Nações Unidas (ONU) está receosa com o aumento de prisões arbitrárias por causa de grandes eventos que serão realizados no País, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Durante uma visita de dez dias que o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU fez ao país, a missão da entidade ouviu relatos de que ocorreriam pressões para que fossem efetuados prisões e confinamentos compulsórios de dependentes de drogas, na maioria jovens, pobres e desabrigados, num esforço para "limpar" as ruas.

O grupo de trabalho também se diz preocupado com o que considera uso excessivo de privação de liberdade

de cidadãos e com as deficiências em relação à assistência jurídica a presos e detidos. De acordo com os integrantes do grupo, a prática é o recurso mais comum usado no Brasil, seja quando é tratado na esfera administrativa ou no âmbito da Justiça criminal.

"Existe uma cultura do uso de privação de liberdade como a norma e não como uma medida excepcional reservada para delitos graves, conforme exigido pela normas internacionais de direitos humanos", disse o advogado chileno Roberto Garretón, ao fim da visita oficial que o organismo da ONU fez ao país.

Outro ponto destacado no relatório é a dificuldade dos pobres de ter acesso à Justiça. A maioria deles, segundo a entidade, não tem recursos para pagar advogados, e a Defensoria Pública, única alternativa que dispõem, é deficiente. Muitos só se reúnem com o defensor público apenas na ocasião de uma audiência no Judiciário. Além disso, estados como Santa Catarina e Goiás não têm nenhum defensor público.

A entidade argumenta que pouco mudou para modificar a cultura do encarceramento no Brasil, mesmo com a mudança na legislação em 2011 que possibilitou a adoção de penas alternativas para infrações mais leves. Atualmente, o país tem uma das maiores populações carcerárias do mundo, com cerca de 550 mil presos, dos quais 217 mil estão em prisão preventiva.

O grupo de trabalho pediu ao governo federal que todos os presos tenham direitos internacionais e humanos respeitados. A delegação visitou prisões, delegacias de polícia, centros de detenção para migrantes e instituições psiquiátricas em Campo Grande, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Na capital federal, o grupo conversou com autoridades da administração, Legislativo e órgãos judiciais nas esferas federal e estadual, bem como organizações da sociedade civil.

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Sistema para informar crimes será unificado

Medida pretende dar transparência e padronização às informações sobre crimes contra a vida e latrocínio

Os 27 estados brasileiros e o Distrito Federal deverão adotar até 2014 um sistema único para informar de modo padronizado a incidência de crimes contra a vida e também latrocínio (roubo seguido de morte) ao Ministério da Justiça. A medida faz parte do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), cuja lei de criação foi aprovada no ano passado.

Com essa medida, todos os estados deverão utilizar os mesmos critérios para informar as estatísticas criminais. Dessa forma, evitam-se casos em que uma unidade da federação informa o número de ocorrências e outro, o número de vítimas. "O Paraná, por exemplo, informa o número de vítimas e outros estados informam as ocorrências. Uma ocorrência pode ter maior número de vítimas", alerta o coordenador de Análise e Planejamento Estratégico da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), Elcio Fuscolim.

Segundo ele, que atua na implantação do Sinesp no

estado, isso faz com que o Paraná apresente dados mais elevados de homicídios que outros estados. "Os dados unificados darão mais transparência nas estatísticas de todo o país, criando um banco de dados nacionais. Isso ainda contribuirá para o desenvolvimento de políticas públicas contra a violência", salienta Fuscolim.

O capitão Rodrigo Perim, coordenador técnico de análise e planejamento da Sesp, ressalta que esse banco de dados deverá expandir o número de informações de forma gradativa. "Vamos começar pelos crimes contra a vida para mais tarde todos os estados poderem informar baseados em um mesmo critério a incidência de outros crimes, como furto e roubo", explica.

Perim ainda reforça que a adoção de dados únicos também irá influir em repasses e parcerias com o governo federal para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública.

Piloto

O Paraná deverá ser o primeiro estado a repassar as estatísticas no novo formato ao Ministério da Justiça. Isso porque, segundo Perim, o estado já se encontra em estágio mais avançado que os demais. "A gente já cumpre basicamente todas as normas, informando número de vítimas e não ocorrências, por exemplo", salienta o capitão.

A grande dificuldade para colocar esse banco de dados único em prática é a tecnologia. "Há estados que não têm infraestrutura tecnológica. Mas esse primeiro passo, que é de informar as estatísticas referentes a crimes contra a vida, será aplicado já em 2014", reforça Perim.

A LONGO PRAZO

Para especialista, banco de dados trará benefícios à sociedade

O advogado criminalista Dálio Zippin Filho diz acreditar que a adoção de um banco de dados único no país é o melhor caminho para a criação de políticas públicas capazes de evitar a criminalidade. "Sem dados confiáveis é muito complicado traçar políticas públicas", comenta.

Segundo ele, as políticas voltadas à sociedade não podem se limitar à repressão policial. "A diminuição da criminalidade depende de educação, saúde, saneamento. Quem vive em periferias não tem acesso a condições mínimas de vida. Isso resulta um conflito social, que irá desencadear em violência", ressalta Zippin. Ele ainda afirma que apostar em repressão não surtirá em redução dos crimes. "Colocar uma viatura a cada esquina não trará na prática mais segurança para a população", afirma.

CONTINUA

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO AJUSTES

As estatísticas divulgadas trimestralmente pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná devem passar por pequenos ajustes ao longo deste ano. Uma das alterações será a divulgação das estatísticas separadas a cada mês. Ou seja, a cada boletim o cidadão terá acesso aos crimes registrados nos meses correspondentes ao trimestre. "Já colocamos disponíveis os dados por cidade e na capital divulgamos de forma separada os dados pelos bairros", comenta coordenador de Análise e Planejamento Estratégico da Secretaria Estadual de Segurança Pública Élcio Fuscolim. A promessa no início da gestão era de que fossem divulgadas metas a serem cumpridas, o que ainda não aconteceu.

NAPRÁTICA

O sistema proposto pelo governo federal tem a finalidade de armazenar e unificar as informações sobre criminalidade, efetivo e equipamentos dos órgãos e entidades de segurança pública, registro de armas, entrada e saída de estrangeiros, pessoas desaparecidas, sentenças penais e combate às drogas. Os estados devem repassar à Secretaria Nacional de Segurança informações produzidas a partir de um mesmo padrão metodológico.

Temos de fato o quinto constitucional?

ARTIGO

FABRÍCIO MASSARDO, advogado, é especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Bacellar/Unibrasil.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná aprovou requerimento da Associação dos Magistrados do Paraná para a criação 25 cargos de desembargador, que, somados aos 120 existentes, formarão um tribunal com 145 membros.

Prevê o artigo 94 da Constituição Federal de 88 que "um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membro, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes". A Constituição do Estado do Paraná, de 1989, possui semelhante disposição em seu artigo 95.

O chamado "quinto constitucional" na composição dos tribunais está positivado desde a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Entretanto, observa-se uma distorção de fato na aplicação dessa regra, na medida em que os juízes convocados para atuar temporariamente nos tribunais são oriundos exclusivamente da magistratura de primeira instância. A atividade jurisdicional se dá pelo efetivo exercício da judicatura pelos magistrados e não pela simples composição do quadro institucional

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), em seu artigo 118, regulamenta a convocação temporária de juízes de carreira para atuar no tribunal em caso de vaga ou afastamento de membro por mais de 30 dias (indistintamente, sem considerar a origem profissional do substituído).

Atualmente há 120 desembargadores integrando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Atuam também juízes convocados substitutos, num total de 36, ocupando cerca de 30% do total de assentos na segunda instância da Justiça Estadual. No Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com jurisdição no estado do Paraná, três dos 15 cargos de desembargador encontram-se atualmente ocupados por juízes convocados, o que representa 20% da Corte. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre e jurisdição sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conta com 27 desembargadores Federais. Além deles, atuam nesse tribunal cinco juízes federais convocados, que representam o acréscimo de 18,5% de assentos em relação efetivos membros da segunda instância na Justiça Federal.

Além das hipóteses previstas na Loman, o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região disciplina que os juízes federais convocados temporariamente em função de auxílio trabalhem paralelamente aos desembargadores, conforme se depreende do § 2º de seu artigo 145.

Excluídos os feitos de competência exclusiva do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e das Seções de Turmas e da Corte Especial do Tribunal Regional Federal, os juízes convocados da primeira instância exercem materialmente as funções dos desembargadores, membros efetivos dos tribunais, participando do julgamento das causas de competência das câmaras e turmas.

Na prática, portanto, temos tribunais com juízes de carreira atuando no lugar de desembargadores nomeados pelo quinto constitucional, a exemplo do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional do Trabalho no estado do Paraná, o que é mais distorcido, tribunais com aumento de assentos – ou "lugares" nos termos da Constituição – ocupados exclusivamente por juízes de carreira, como ocorre no Federal da 4ª Região, em todos os casos sem observância do quinto constitucional.

O Conselho Nacional de Justiça limitou a convocação de juízes substitutos para atuar no Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, ocasião em que "o conselheiro Técio Lins e Silva argumentou que a convocação de juízes substitutos no TJMT viola o princípio do quinto constitucional, já que não é respeitada a proporcionalidade de membros da advocacia e do Ministério Público".

O quinto constitucional é essencial à Justiça e um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Fica a reflexão, em especial para as entidades representativas dos advogados e dos membros do Ministério Público, para que se faça valer, materialmente, a regra do quinto constitucional, para a efetiva participação na composição dos tribunais com

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 MAR 2013

O quinto constitucional é essencial à Justiça e um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Fica a reflexão, em especial para as entidades representativas dos advogados e dos membros do Ministério Público, para que se faça valer, materialmente, a regra do quinto constitucional

Atualmente há 120 desembargadores integrando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Atuam também juizes convocados substitutos, num total de 36, ocupando cerca de 30% do total de assentos na segunda instância da Justiça Estadual

O chamado "quinto constitucional" na composição dos tribunais está positivado desde a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Entretanto, observa-se uma distorção de fato na aplicação dessa regra, na medida em que os juizes convocados para atuar temporariamente nos tribunais são oriundos exclusivamente da magistratura de primeira instância

GAZETA DO POVO

CHARLENE WEISS

29 MAR 2013

A ampla defesa efetiva no Tribunal do Júri

ARTIGO

CHARLENE WEISS, advogada.

O art. 470 do Código de Processo Penal (CPP), a partir da alteração legislativa processual penal, Lei 11.689/2008, é polêmico. Com efeito, o referido artigo proíbe as partes de fazer referência em plenário a respeito da pronúncia e das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.

Tais hipóteses estão elencadas nos incisos I e II do art. 478, do CPP, que vêm sendo alvo de diversas críticas por parte da doutrina, no sentido de que tal vedação afronta os princípios constitucionais basilares do ordenamento jurídico.

Inicialmente, acredito na importância de destacar-se a relevância política, social e jurídica, advinda com a força de publicação da Lei 11.689/2008, vigente desde 9 de agosto de 2008.

Nesse sentido, sabe-se que na época do positivismo, caracterizado pelo Estado Legislativo, a lei valia em razão de sua autoridade, não levando-se em conta os princípios da justiça. Ou seja, o que predominava era unicamente a vontade do legislador.

Não seria exagero questionar se na atualidade a lei ainda invoca o posto de supremacia? O mais grave é que sua vontade (vontade da lei) deve estar diretamente entrelaçada pela Constituição Federal de 1988.

O fato é que existe um caráter simbólico em tal alteração.

Guilherme de Souza Nucci destaca que "em primeiro lugar, ferre-se o direito da parte de argumentar, como bem quiser, em torno das provas existentes nos autos. A decisão de pronúncia e o acórdão, afinal, fazem parte do acervo documental dos autos e não há qualquer lógica em se impedir que à parte deles possa fazer uso. Se a pronúncia ou o acórdão for prolatado em termos inadequados, deve ser anulado e refeito sob o prisma ideal. Entretanto, proibir a parte de fazer referência a importantes decisões constantes dos autos é medida completamente inadequada. A vedação imposta pelo art. 478 é inconstitucional".

A situação contraditória decorre ainda, de que, em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a decisão de pronúncia, e até mesmo outras posteriores, estará nas mãos dos jurados, conforme conceitua o parágrafo único do art. 472 do CPP. Sendo assim, pode-se deduzir que eles, os jurados, possuem livre acesso ao conteúdo.

A propósito, evidentemente, o sentido de tal alteração seria coibir termos exagerados, viciados na decisão de pronúncia, e até mesmo um julgamento antecipado, os quais seriam objetos de recurso, face ao adentrar no mérito da decisão... Ou seja, o magistrado deve ser comedido ao elaborar uma decisão de pronúncia, sob pena de tal decisão sofrer os efeitos da nulidade. Identificado o problema, se a decisão estiver constituída de acordo com a lei, entendido não haver impedimento na leitura e utilização de peças aos jurados.

Justamente por isso, ao impedir o advogado, defensor e/ou promotor de justiça, da leitura de decisão de trecho imprescindível para a busca da verdade real, e no caso, para que se comprove a (in)existência do *animus necandi*, fere-se flagrantemente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório.

Além do mais, os jurados têm o direito de ter o pleno conhecimento do processo, e é justamente esse ponto que lhes garante a soberania para julgar.

Justamente por isso, é que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se manifestou sobre a problemática: "Muito embora o STF, em recente julgado de 3/2/09 (HC 96.123/SP, Rel. Min. Carlos Brito), tenha expressado entendimento no sentido de que em razão da superveniência da Lei 11.689/08 – que deu nova redação ao art. 478 do CPP, impossibilitando as partes fazerem referências à sentença de pronúncia durante os debates – não mais haveria o interesse de agir das impetrações que alegassem excesso de linguagem, de outro lado, a norma inserta no novo art. 480, § 3º, do CPP permite aos jurados a oportunidade de examinar os autos logo após encerrados os debates, o que, em tese, e ao meu sentir, justificaria tal interesse. 3. Devem ser desconSIDERADOS da sentença de pronúncia trechos nos quais o magistrado emite opinião quanto à autoria do crime, pois, de alguma forma, pode, em prejuízo à defesa, influir na convicção dos jurados.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 MAR 2013

Entretanto, se a sentença de pronúncia subsiste de maneira independente, admitindo a acusação em face das provas até então produzidas quanto à materialidade e aos indícios de autoria (antigo art. 408 do Código de Processo Penal), não há por que anulá-la por completo. Precedentes do STJ. (REsp-946.289/PE, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ e de 16.3.09)."

E, ainda, Andrey Borges de Mendonça entende que "não há qualquer vedação a que o promotor faça referência à pronúncia ou àquilo que nela conste, inclusive podendo ler referida decisão, até porque a acusação em plenário será feita nos limites da pronúncia, nos termos do artigo 476, caput".

Terá importância suprimir a busca pela verdade real, sendo que o Tribunal do Júri é, sem sombra de dúvidas, palco da democracia, do debate, da cidadania e da justiça social?

À parte do valor jurídico, o contrário disso não é julgamento, senão reprodução (im)perfeita do Estado Legislativo.

Ao impedir o advogado, defensor e/ou promotor de justiça, da leitura de decisão de trecho imprescindível para a busca da verdade real, e no caso, para que se comprove a (in) existência do animus necandi, fere-se flagrantemente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório

Os jurados têm o direito de ter o pleno conhecimento do processo, e é justamente esse ponto que lhes garante a soberania para julgar

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Uma nova ferramenta para o processo

Apesar de não poderem ser o único meio de prova, as postagens em redes sociais têm aparecido cada vez mais no processo judicial. Com o crescimento sistemático de usuários nas redes, as polícias e o Ministério Público têm se valido dessa ferramenta para investigar crimes

➔ CARTA EDITORIAL

*Kamila Mendes Martins
Jornalista.
Editora do caderno
Justiça & Direito*

O perigo das redes sociais

As redes sociais, como Facebook e Twitter, são a nova praça pública da cidade. As pessoas as utilizam para debater temas polêmicos, compartilhar fotos, viagens. Como a interação é com o computador, muitos usuários se sentem tão à vontade que passam a ter surtos de sinceridade, postando o que lhes vier a cabeça, sem pensar nas consequências. E uma delas, quando devidamente documentada, pode servir como mais um elemento para o convencimento do juiz na hora da decisão.

As postagens sozinhas não servem como prova, mas, a partir delas, é possível obter um indício para a investigação. Há ainda os casos em que o próprio crime é praticado na internet, nesse caso o perfil pode virar alvo de ações na justiça. A matéria de capa da semana trata sobre esse tema.

Já o entrevistado da semana faz um contraponto à jurista que conversou com a reportagem na semana passa-

As postagens sozinhas não servem como prova, mas, a partir delas, é possível obter um indício para a investigação, por exemplo

da, Paola Bianchi. Ela defende a revisão da Lei de Anistia. Já Alexandre Magno Fernandes Moreira, coordenador de licitações, contratos e convênios na Consultoria Jurídica do Ministério da Educação e procurador do Banco Central, afirma haver a impossibilidade jurídica dessa revisão. O jurista defende o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não há possibilidade de mudar o que foi feito, pois os argumentos utilizados não são cabíveis dentro do sistema maior do Estado de Direito.

Além dele, o advogado Fabricio Massardo comenta um tema bem polêmico em seu artigo. Segundo o jurista, o quinto constitucional não é aplicado de forma adequada nos tribunais paranaenses, uma vez que há vários juízes substitutos trabalhando na segunda instância. E, ainda, o professor de ciências atuariais da PUCSP sugere a criação de um novo imposto de valor agregado que seria a simples fusão do ICMS com outros semelhantes da esfera federal como IPI, PIS e COFINS.

Boa leitura!

CONTINUA

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Redes sociais: um novo meio de prova?

Katna Baran, especial
para a Gazeta do Povo

Um estudante de 19 anos compartilhou no Facebook um link do site MercadoLivre que faz referência à “venda” de um negro. Se sentindo ofendido, um rapaz que o conhecia fez um boletim de ocorrência a respeito da situação. Agora o autor do compartilhamento corre o risco de ser acusado de injúria. O caso ocorreu na semana passada em Irati, no Centro-Sul do Paraná, e mostra como as publicações em redes sociais podem ser usadas como prova ou indícios de delitos.

Ao publicar o anúncio na internet, o estudante de Irati pode ter cometido um crime. E mais. Segundo o especialista em Direito e Tecnologia da Informação Alexandre Atheniense, até mesmo aqueles que curtiram a publicação no Facebook podem ser indiciados. O especialista relata que já identificou mais de 20 tipos de crimes cometidos a partir das redes sociais e que, nesses casos, os crimes são enquadrados nas leis penais atuais. “As novas leis, como a conhecida por Carolina Dieckmann, estão criando novos tipos penais a partir de certas condutas delituosas que não existiam antes”, observa.

Seja por diversão ou por trabalho seja pelo simples prazer de expor a própria rotina ou por dar uma espiada na vida alheia, os brasileiros vêm se entregando ao magnetismo das redes sociais. Prova disso é que o país já soma cerca de 65 milhões de usuários no Facebook. o que faz dele

Apesar de parecerem um elemento substancial, as postagens na internet geralmente são usadas apenas para ajudar no convencimento do juiz

o segundo maior em número de usuários, atrás apenas dos Estados Unidos. E com tanta gente reunida nesses sites era previsível que em algum momento essas situações ficassem em evidência para o mundo jurídico.

Em casos como esse, em que o crime ocorre substancialmente nas redes sociais, o perfil — e, consequentemente, o usuário — pode virar alvo de ações na justiça. Ou seja, é possível que a publicação de ofensas nas redes se torne prova substancial para a identificação da autoria e do tipo penal correspondente. “Podem provar uma situação que por si só constitua crime, como, por exemplo, calúnia e apologia ao crime”, explica o promotor do Gaeco de Curitiba Leonir Batisti.

Argumento

Entretanto, as postagens nas redes sociais geralmente são usadas apenas como argumento de prova. “Não são provas inequívocas, mas são informações que podem formar o convencimento do magistrado acerca de fatos que se queiram comprovar, sobretudo se comparado com outros fatos relativos à pessoa titular do perfil”, explica Atheniense. Elas não podem ser o único meio probatório, há necessidade de outras fontes de informação. “As redes sociais se tornaram um ambiente profí-

cio a investigações, mas elas devem ser conduzidas sempre com o cruzamento de dados.” Uma foto de uma pessoa segurando uma arma divulgada na rede, por exemplo, não serve como prova, mas, a partir dela, é possível obter um indício de que a pessoa usou o armamento em outra ocasião, de acordo com Batisti.

Ainda segundo o promotor, com o crescimento sistemático de usuários nas redes, as polícias e o próprio Ministério Público têm se valido dessa ferramenta para investigar crimes. “Não temos sistematicamente um acompanhamento, mas procuramos usar todos os meios legítimos para obter provas”, diz.

Além disso, como qualquer cidadão comum, os criminosos estão conectados às redes, seja para praticar delitos seja para expor seus feitos. “Tivemos casos de ladrões que postaram fotos nas redes sociais segurando montes de dinheiro e até armamento e publicando informações de roubos praticados”, conta o delegado da Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba, Amarildo Antunes.

CONTINUA

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FIQUE ATENTO

Para evitar a superexposição e garantir mais segurança nas redes sociais, veja algumas dicas do especialista em Direito e Tecnologia da Informação Alexandre Atheniense:

1. Data e local de nascimento:

ao fornecer essas informações, o internauta pode facilitar a vida dos falsários interessados em roubar identidades.

2. Fotos e dados familiares:

é preciso evitar o excesso de fotos, principalmente de pessoas que costumam ser vistas por criminosos, como crianças e idosos.

3. Currículo completo:

algumas informações a respeito da carreira podem ser facilitadores na aprovação de crédito e ajudar estelionatários.

4. Planos de viagem:

"Faltam três dias para Nova York!" ou "Machu Picchu, aí vou eu!" podem sinalizar que a casa do internauta estará vazia. O melhor é dividir a experiência apenas na volta.

5. Indicações dos passos:

há quem utilize as redes sociais para informar todos os passos dados, mas essa atitude pode atrair a atenção de criminosos.

6. Endereço e telefone:

ao fornecer o endereço e telefone residencial ou comercial, o internauta pode estar facilitando não só o roubo de identidade, mas também se tornando mais vulnerável a sequestros ou golpes telefônicos.

7. Dicas de senha:

se o usuário for solicitado a criar uma pergunta como lembrete de senha, o ideal é criar questionamentos pouco óbvios e evitar compartilhar informações que levem os criminosos a adivinhar a resposta.

REGISTRO

Para comprovação de delitos nas redes sociais e na própria internet, existe a possibilidade de solicitação de uma ata notarial em cartório. Trata-se de um registro de prova pré-constituída na qual são informadas as qualificações técnicas do equipamento e do próprio endereço eletrônico e a descrição da publicação. "Isso facilita a comprovação do crime, já que não exige diligências ou perícias posteriores ao fato, pois, na maioria das vezes, quem comete o delito pode usar de má-fé e apagar a publicação logo depois", explica o diretor de Notas da Associação dos Notários e Registradores do Paraná, Cid Rocha.

Podê "dar justa causa"

Além de denunciar e serem usadas como prova para comprovação de delitos penais, as postagens nas redes sociais também podem ser utilizadas como argumentos pelos empregados para demitir funcionários. "Podê ocorrer justa causa em casos em que houve ofensa à honra do empregador e comprometimento da imagem da empresa", informa o juiz do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Sandro Augusto de Souza.

"O empregado vê nas redes sociais um meio de desabafo por, às vezes, estar sofrendo pressão ou desmotivado, mas o empregador tem que provar que houve essa situação", explica. Em casos como esse, os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são transportados para a atualidade, ou seja, para a utilização indevida de redes sociais e e-mails.

"Como a CLT é dos anos 1940 e não previa essa situação, a aplicamos genericamente caso a caso", explica o juiz. Mesmo no ambiente digital, pode ser utilizado o art. 482, alínea k da CLT, que prevê que todo ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas contra o empregador e superiores hierárquicos constitui demissão.

Souza conta, ainda, que as redes sociais também são cada vez mais utilizadas como comprovação de falta de isenção de testemunhas a favor de trabalhadores envolvidos em processos contra empresas. "É normal os empregadores trazerem cópias de páginas nas redes sociais e de vídeos compartilhados em que os funcionários estão juntos, abraçados, para comprovar que não há isenção", diz.

GAZETA DO POVO

Jurisprudência

29 MAR 2013

TJSP

Concessionária de rodovia deve indenizar motorista que colidiu com placa

¶ Ementa

Responsabilidade civil - danos materiais - acidente de veículo em rodovia - choque com placa de informação e seu suporte

de metal, que estavam caídos no meio da pista - caso fortuito ou força maior não configurado - conservação deficitária da rodovia pela concessionária, desatendendo a finalidade da arrecadação com pedágio - dever de reembolsar os gastos com conserto do automóvel - ação procedente - sentença reformada. Recurso provido.

TJSC

Mãe é indenizada por morte de filha que seguia de carona em caminhão

¶ Ementa

APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. ÓBITO DA FILHA DA DEMANDANTE. IMPROCEDÊNCIA. PROCLAMADA NO JUÍZO SINGULAR. IRRESIGNAÇÃO AVIADA PELA PARTE

AUTORA. ALEGAÇÃO DE QUE A SENTENÇA FOI EXTRA E ULTRA PETITA AO RECONHECER A CULPA CONCORRENTE SEM QUE HOUVESSE ALEGAÇÃO DAS PARTES NESTE SENTIDO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO PROFERIDA COM BASE NOS FATOS E ELEMENTOS EXISTENTES NOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. INTELIGÊNCIA DO ART. 131 DO CPC. TESE REFUTADA.

TST

Ministros condenam banco ao pagamento de R\$ 100 mil por dano moral

¶ Ementa

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL. ABUSO DO PODER DIRETIVO. COBRANÇA EXCESSIVA DO CUMPRIMENTO DE METAS. AMEAÇA DE DEMISSÃO E USO DE PALAVRAS DE BAIXO CALÃO. VALOR ARBITRADO. Demonstrada possível violação do art. 944 do Código Civil. Impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS

MORAIS. ASSÉDIO MORAL. ABUSO DO PODER DIRETIVO. COBRANÇA EXCESSIVA DO CUMPRIMENTO DE METAS. AMEAÇA DE DEMISSÃO E USO DE PALAVRAS DE BAIXO CALÃO. VALOR ARBITRADO. Na esteira do art. 944 do Código Civil, o valor arbitrado a título de danos morais deve ser compatível com a extensão do dano causado ao empregado. No caso concreto, tendo em conta os elementos fáticos consignados pelo Tribunal Regional, notadamente as condições econômicas do reclamado, o caráter punitivo e a reincidência do banco-reclamado na prática ilícita e, para que situações como esta não se repitam, é razoável o valor de R\$ 100.000,00 a título de indenização por danos morais. Recurso de revista conhecido e provido.

TJRJ

Pais de cantor atingido por árvore serão indenizados

¶ Ementa

RESPONSABILIDADE CIVIL - QUEDA DE ÁRVORE - MORTE - DANOS MATERIAIS E MORAIS - DESPESAS DE FUNERAL - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Os documentos acostados aos autos revelam que a queda da árvore ocorreu pelo corte indevido das raízes da árvore efetuado pela Construtora e da omissão da Fundação Parques e Jardins no dever de fiscalização. É incontroversa a responsabilidade das rés no evento que causou a morte do filho dos autores e os transtornos sofridos pelos mesmos, impondo-se o dever de indenizar. Responsabilidade solidária da Fundação Parques e Jardins consubstanciada no Decreto Municipal nº 9.016/89, após autorização da Lei Municipal nº 1.419/89. Pleito de lucros cessantes e pensionamento não comprovados. Devido o ressarcimento com as despesas de funeral. Dano moral configurado com razoabilidade e proporcionalidade. Em razão da sucumbência recíproca, os honorários advocatícios devem ser compensados. Pequena reforma da sentença que se impõe. Parcial provimento ao segundo recurso e negativa de provimento aos primeiro e terceiro recursos.

GAZETA DO POVO

Concurso Público

TRF DA 2ª REGIÃO/2011

29 MAR 2013

Cargo: Juiz Federal.

Disciplina: Direito Previdenciário

Assinale a opção correta relativamente ao cálculo do valor dos benefícios previdenciários:

- (a) à segurada especial é garantida a concessão do salário-maternidade no valor de um salário mínimo, desde que se comprove o exercício de atividade rural de forma contínua, nos nove meses imediatamente anteriores ao do início do benefício;
- (b) o valor do benefício de prestação continuada, incluindo-se o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho e excetuando-se o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício;
- (c) serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais incidam contribuições previdenciárias, incluindo-se a gratificação natalina;
- (d) o valor mensal do auxílio-acidente não integra o salário-de-contribuição, para cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria paga pelo RGPS;
- (e) ao segurado contribuinte individual que, satisfazendo as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

O "X" DA QUESTÃO

MELISSA FOLLMANN, professora de Direito Previdenciário e Direito Tributário do Curso Jurídico e da PUC-PR.

A primeira assertiva é incorreta porque, de acordo com o art. 39, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário míni-

mo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício. Já a segunda está correta, pois está de acordo com os ditames do art. 28, da Lei 8.213/1991. A terceira está incorreta, já que o art. 29, § 3º, da Lei 8.213/1991 determina que serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina). A alternativa "d" também está incorreta: o valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de

cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria paga pelo RGPS. É o que estabelece o art. 31, da Lei 8.213/1991. E finalmente a última assertiva também está incorreta. Essa benesse não é concedida ao contribuinte individual, mas sim ao empregado doméstico. O art. 36, da Lei 8.213/1991, prescreve para o segurado empregado doméstico que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

29 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Coluna do leitor

Juizados especiais

Há necessidade de se uniformizar o entendimento acerca dos pedidos liminares [nos juizados especiais]. O entendimento nacional é de que é cabível. Todavia, ainda há juizes que entendem pelo seu não cabimento, sob o fraco e insustentável argumento de que os JECs são regidos pelo princípio da celeridade. Não consigo ver em que momento se conflitam a urgência dos pedidos liminares com a celeridade dos juizados especiais.

Leticia, via site Justiça & Direito

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

30 MAR 2013

Isenção de taxas

Descontentes com a não aprovação do reajuste das custas judiciais pela Assembleia Legislativa no fim do ano passado, os cartórios estarão em evidência novamente no Poder Legislativo. Projeto protocolado pelo deputado Ney Leprevost (PSD) quer isentar das custas judiciais os menores de idade envolvidos em processos judiciais – principalmente em ações relacionadas à pensão alimentícia.

Bom exemplo

À Assembleia Legislativa publicou no Diário Oficial do último dia 22 a listagem completa de todos os funcionários. A Constituição Estadual prevê, no artigo 234, que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente, até o dia 31 de março, a relação completa dos servidores para fins de recenseamento e controle. A lista mostra que a Assembleia tem 1.630 funcionários, sendo 437 concursados e 1.193 comissionados.

SÃO PAULO

Indenização de R\$ 10 ml por despejo do Pinheirinho é indeferida

O juiz Luiz Guilherme Cursino de Moura Santos, da 2ª Vara de Fazenda Pública de São José dos Campos (SP), indeferiu ação da Defensoria Pública que pedia uma indenização de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos causados pela desocupação e retirada de 1,6 mil famílias, em janeiro de 2012, da área do município conhecida como Pinheirinho. A ação foi movida contra o governo do estado, a prefeitura e a massa falida da empresa Selecta Comércio e Indústria, dona do terreno. Na decisão, o juiz afirma que o dano moral, "se houve", foi aplicado às pessoas que sofreram a situação abusiva do Estado

PROCURADORIA

Candidatos ao comando da PGR vão participar de cinco debates

Os quatro candidatos a procurador-geral da República deverão participar de cinco debates até a votação marcada para o dia 17 de abril. Os concorrentes Deborah Duprat, Ela Wiecko, Sandra Cureau e Rodrigo Janot – todos sub-procuradores-gerais da República – irão disputar uma eleição entre os procuradores, que irá definir uma lista de três nomes. A relação será encaminhada para a presidente Dilma Rousseff que vai escolher até agosto quem substituirá o atual procurador, Roberto Gurgel. Tradicionalmente, o mais votado pela classe é o escolhido. Os debates são organizados pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que possui 1.200 associados. O primeiro ocorrerá em Brasília, no dia 2 de abril, na sede da Procuradoria-Geral da República. No dia 10, é a vez de São Paulo, na Procuradoria Regional da República da 3ª Região. Depois, os encontros serão em Porto Alegre (12 de abril), no Recife (15 de abril), no Rio de Janeiro (16 de abril). Todos serão realizados entre 15h e 18h.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

**Despesas com
a educação**

30 MAR 2013

**DE OLHO
NO LEÃO**

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA
saraivaadvogados@hotmail.com

Constituição Federal
Cidadã do Brasil de
1988, art. 205: "A edu-
cação, direito de todos
e dever do Estado e da famí-
lia, será promovida e incentiva-
da com a colaboração da socie-
dade, visando ao pleno desen-
volvimento da pessoa, seu pre-
paro para o exercício da cida-
dania e sua qualificação para o
trabalho."

Com base no acima transcri-
to artigo da Constituição da
República e em outros princí-
pios, a Ordem dos Advogados
do Brasil (OAB) ajuizou no
Supremo Tribunal Federal (STF)
ação direta de inconstituciona-
lidade contra o pífio limite anu-
al de R\$ 3.091,35 fixado pela
Receita Federal para abatimen-
to do Imposto de Renda aos
gastos com a educação.

Na ação, ajuizada na segunda-
feira, a OAB aduz que se de um
lado inexistente vedação constitu-
cional à fixação de um limite ra-
zoável para a mencionada dedu-
ção, por outro não há um de-
ver constitucional imposto ao
fisco para limitar os gastos com
educação na base de cálculo
do tributo, restrição também
inexistente nos casos das des-
pesas com saúde e pensão ali-
mentícia. De acordo com a OAB,
o objetivo da ADI não é discutir

se seria aceitável, em tese, a im-
posição de um limite de dedu-
ção de gastos com educação,
desde que condizente com a re-
alidade. Segundo os autos, até
que nova lei venha a ser edita-
da, o teto para dedução dessas
despesas deixaria de existir.

Segundo a OAB, a eventual pro-
cedência da ação, portanto,
não levará o STF a definir o te-
to de abatimento que entenda
legítimo. Isso é tarefa a ser em-
preendida pelo legislador, sem-
pre sujeito ao controle judicial.
Considerando a aproximação
do prazo final para entrega da
declaração do IR das pessoas
físicas, foi requerida a suspen-
são imediata dos dispositivos da
lei. Se exitosa a iniciativa, quem
já apresentou a declaração po-
derá retificar o documento.

Como já dissemos na coluna
da semana passada, são vários
os princípios da constitucionais
ofendidos pela regra fiscal.

Esses dias tive acesso à decla-
ração do imposto de renda de
um contribuinte da classe mé-
dia. Ele gastou R\$ 21 mil com a
educação de um filho que cursa
o segundo grau. Como diz o ca-
rrioca: é mole?

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Usuário deve ser indenizado em R\$ 15 mil por ofensas em rede social

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve indenização de R\$ 15 mil por danos morais a um usuário do Orkut por conta de comentários ofensivos que recebeu de uma mulher na rede social. O relator da 5ª Câmara de Direito Privado Fábio Henrique Podestá afirmou em seu voto que o conteúdo das mensagens postadas foram ofensivas à honra do usuário e, sobretudo, porque foi comprovado que o conteúdo partiu do computador da acusada. Segundo o relator, o moderador de uma comunidade da rede social pediu para que a autora parasse de postar as mensagens ofensivas, mas como a ação já havia se consumado, a indenização por danos morais deve ser mantida.

BESSA

Do mestre, com carinho

O advogado e professor René Dotti separou um lote de livros de Direito Penal, Processo Penal, Criminologia e Execução Penal, de sua biblioteca pessoal e do seu escritório, para doá-los ao sistema penitenciário do estado. A doação será feita na próxima terça-feira, às 15 horas, no Palácio das Araucárias, à secretária da Justiça, Maria Tereza Uille.

COLUNA DO LEITOR

Código Penal

Acho muito superficial as mudanças previstas para o Código Penal (**Gazeta**, 26/3). Muitas vezes a pessoa sofre um furto de algo de pequeno valor, mas esse "pouco" pode ser muito para ela. Por isso, abrandar a pena por ser furto de pequeno valor não se justifica. As penas deveriam é aumentar e não diminuir.

Robinson Amaral, arquiteto

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Olho vivo

Indébita 1

O artigo 168-a do Código Penal prevê pena de até cinco anos de reclusão para quem cometer o crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias – isto é, para aquele que, tendo descontado a contribuição dos seus empregados, não a recolhe à Previdência. Pois bem: na semana passada, o Conselho Fiscal da ParanaPrevidência viu o balancete do mês de fevereiro e lá estava escrito: "Repasse das contribuições dos servidores: R\$ 0,00". Ou seja, o estado-empregador não recolheu nada do que descontou dos empregados.

Indébita 2

Isto não é novidade. É apenas a repetição de uma prática antiga e que, somados a outros não-repasses desde que a ParanaPrevidência foi criada em 1998, já são R\$ 8 bilhões que, um dia, farão falta para garantir a aposentadoria dos servidores. Em fevereiro – segundo relata o Sindicato dos Servidores da Saúde, com representação no Conselho – o governo não pagou nenhum centavo dos R\$ 399 milhões que deveria recolher. A ParanaPrevidência honrou os compromissos do Tesouro com os inativos mais antigos, contabilizando prejuízo de R\$ 50 milhões no mês.

Convescote

Sem televisão, sem público e talvez até sem deputados, o secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, vai esta semana ao gabinete do líder do governo na Assembleia para explicar às sérias dúvidas que recaem sobre o "Tudo Aqui" – projeto de R\$ 3 bilhões para criar nove centros de atendimento ao público no Paraná. Se é assim, Taniguchi não precisaria ir à Assembleia; poderia se reunir numa mesa de bar, por exemplo, e o efeito seria o mesmo. À Assembleia de Valdir Rossoni, o presidente que moralizou a Casa, só falta agora afirmar-se como instituição com dever constitucional de fiscalizar o Executivo. O que não faz.

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

GASPARI

Chafurdemos

Chafurdando na notícia, o repórter Felipe Recondo descobriu que em 2012 aconteceram as seguintes gracinhas no Conselho Nacional de Justiça:

Em 2012, o CNJ gastou mais de R\$ 1 milhão com mudanças de servidores e juízes.

A conta da Bolsa Moradia pulou de R\$ 355 mil em 2008 para R\$ 900 mil no ano passado.

No mesmo período, as despesas com diárias de viagens quintuplicaram, chegando a R\$ 5,2 milhões. As despesas com passagens (R\$ 2,3 milhões) duplicaram.

Noves fora, o fato de três ex-conselheiros se servirem de carros oficiais. Na Corte Suprema dos Estados Unidos, só quem tem essa mordomia é o presidente da Corte, no exercício do cargo.

Há poucas semanas, o ministro Joaquim Barbosa, que assumiu o CNJ em novembro passado e portanto nada teve a ver com isso, mandou Recondo "chafurdar no lixo, como você faz sempre". Depois, desculpou-se, por intermédio de sua assessoria.

Chafurdemos todos.

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Estados empregam mais de 105 mil comissionados

Pesquisa do IBGE mostra que funcionários sem concurso são regra, e não exceção, nas 27 administrações estaduais

■ A primeira pesquisa completa sobre a estrutura burocrática dos estados, realizada pelo IBGE, revela que os 27 governadores empregavam em 2012, em conjunto, um contingente de 105,5 mil funcionários comissionados — cargos de livre nomeação, que não fizeram concurso para entrar na administração pública. Se todas essas pessoas se reunissem, nenhum dos estádios da Copa de 2014 — nem mesmo o Maracanã — teria capacidade para acomodá-las.

Apenas na chamada administração direta, da qual estão excluídas as vagas comissionadas das empresas estatais, o número de funcionários sem concurso público subordinados aos gabinetes dos governadores ou às secretarias de Estado chega a 74.740. No governo federal, há 4.445 servidores sem concurso em cargos de confiança na chamada administração direta, ou 0,7% do total dessa categoria. Já nos estados, a proporção chega a 2,8%.

Na administração indireta dos governos estaduais — autarquias, fundações e empresas públicas —, há outros 30.809 funcionários comissionados. Por sua vez, no governo federal, são 1,3 mil.

Ranking

Do total de 105,5 mil servidores sem concurso nos estados, quase 10% estão em Goiás. O governador Marconi Perillo (PSDB) abriga em sua burocracia 10.175 funcionários nessa situação, o que o torna líder do ranking dos estados com mais comissionados. A Bahia, governada pelo petista Jaques Wagner, vem logo atrás, com 9.240 não concursados.

Ao se ponderar os resultados pelo tamanho da população, os governadores que saltam para a liderança do ranking são os de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), com 937 e 263 cargos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Os oito governadores do PSDB controlam, em conjunto, 37,6 mil cargos ocupados por servidores não concursados. Os quatro governadores do PT, por sua vez, têm em mãos 23 mil vagas. Logo atrás, estão os quatro do PMDB, com 21,6 mil. O peso dos partidos muda quando se pondera a quantidade de

cargos controlados por 100 mil habitantes. Nesse caso, o PT passa para o primeiro lugar (75), e o PSDB cai para o quinto (41).

“A grande reforma política que poderíamos fazer seria reduzir ao mínimo esses cargos. Faremos? Creio que não. Não interessa ao sistema político”, lamenta o cientista político Carlos Melo.

Nas prefeituras, total de funcionários sem concurso é de 506 mil

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais foi divulgada pelo IBGE pela primeira vez neste ano, mas desde 2001 o instituto avalia a estrutura burocrática dos municípios. O levantamento de 2011 revelou que as 5.565 prefeituras do país abrigam 506 mil servidores sem concurso. Nas capitais, onde havia cerca de 22 mil não concursados há dois anos, o líder no ranking era a capital paulista. O ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) empregava 7.081 servidores sem concurso. Questionada, a assessoria do novo prefeito, Fernando Haddad (PT), não respondeu se o quadro mudou desde então.

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

Um novo ICI?

Se tudo correr como planejado, o governo estadual irá privatizar o atendimento de 171 diferentes serviços de 34 órgãos públicos e assemelhados, entregando-os a um concessionário administrativo por 25 anos, prorrogáveis por outros 25, a um custo inicial de mais de R\$ 3 bilhões. Faz sentido? Minha opinião curta e grossa: não.

Uma coisa é contratar periodicamente empresas privadas para realizar obras e serviços específicos de um ente ou uma empresa pública ou mista. É o caso de serviços de limpeza, de conservação, de entrega de correspondência, de construção e manutenção de obras etc. Outra totalmente diferente é conceder a uma empresa ou grupo privado praticamente todas as atividades de atendimento ao cidadão por um período tão longo, em condições de virtual exclusividade.

Acresce que os serviços a serem prestados o serão inicialmente em apenas nove localidades: três em Curitiba e seis em cidades-polo do interior, o que não caracteriza exatamente uma conveniência para quem mora em uma cidade com milhões ou centenas de milhares de habitantes. Como não é crível nem conveniente que em uma cidade como Curitiba, Londrina ou Maringá serviços públicos sejam concentrados em três lugares apenas, a atual rede de atendimento dos Correios, da Copel, da Sanepar e outras entidades certamente será mantida; mesmo porque as infraestruturas de tecnologia de informação são diversas e, em muitos casos, devem ser protegidas contra o acesso não autorizado de terceiros. Além disso, os serviços que envolvem o exercício do poder de polícia ou da fé pública (Polícia Civil, Detran, Polícia Federal, Receita Federal e Junta Comercial, por exemplo) obviamente não podem ser inteiramente delegados a funcionários de uma empresa privada. E por aí afora.

Minha opinião é que, se é para firmar Parcerias Público-Privadas, deveríamos fazê-lo para financiar obras de infraestrutura, que envolvam grandes investimentos de

retorno lento e algum risco para o concessionário privado. O Tudo Aqui não tem nem uma nem outra característica: os investimentos a cargo do vencedor da licitação são relativamente modestos (três das centrais serão atuais Ruas da Cidadania reformadas e nenhuma das demais terá mais de 4 mil m²); boa parte da tecnologia a ser utilizada já foi desenvolvida para outros serviços semelhantes existentes em outros estados; e o risco de demanda é zero, pois se trata — praticamente em todos os casos — de serviços prestados em regime de monopólio legal ou virtual do Estado.

E, se é para gastar esse dinheirão em melhoria do atendimento ao cidadão, que se faça no desenvolvimento e na implantação de um verdadeiro governo eletrônico — isso, sim, um avanço definitivo. No mundo desenvolvido, o cidadão faz praticamente tudo o que envolve o poder público a distância, via informática. Aí, sim, há um avanço real de qualidade e não na criação de nove centros em um estado com 400 municípios e mais de 11 milhões de habitantes.

Estaria eu exagerando quando percebo no projeto do Tudo Aqui a reedição da incrível e surrealista experiência do Instituto Curitiba de Informática (ICI), a quem a Prefeitura de Curitiba paga fortunas e delegou monopolisticamente seus serviços de tecnologia de informação, mas a cujos custos e práticas não tem acesso?

Quando deputados resolveram inquirir o secretário de Planejamento sobre esse projeto de mais de R\$ 3 bilhões envolvendo compromissos por uma ou duas gerações, o requerimento foi derrubado por ordem do líder da bancada do governo, como “uma afronta ao governador”. Contrariamente ao que pensa o prestativo deputado Traiano, perguntas não afrontam ninguém; a falta de respostas a perguntas razoáveis é que afronta a inteligência dos outros.

Belmiro Valverde Jobim Castor é professor do doutorado em Administração da PUCPR.

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Facebook bloqueia eventos do Dia do Basta à Corrupção

Um imbróglio virtual pode prejudicar a organização de um evento de proporção nacional. O Dia do Basta à Corrupção, que todo ano promove marchas, atos públicos e seminários de cunho político, teve cerca de 80 eventos criados no Facebook bloqueados sem qualquer razão aparente. Segundo a coordenadora nacional do Dia do Basta à Corrupção, Gerusa Lopes, os eventos, criados em janeiro, ficaram invisíveis para uns e visíveis para outros, e para estes não era possível confirmar presença. “Tínhamos já 11 mil pessoas confirmadas no evento principal, e o mais estranho é que os outros eventos foram criados de forma independente, mesmo assim foram bloqueados.”

Sem qualquer resposta por parte do Facebook, a situação chegou ao Ministério Público de Rondônia, para onde filiados ao movimento naquele estado levaram a reclamação. “O setor de informática do Ministério Público leu todos os termos e políticas do Facebook e não encontrou nada que pudesse causar isso”, conta Gerusa. Apenas por meio da ativação da rede social por parte do MP os organizadores do movimento puderam ter algum posicionamento. “O Facebook disse conhecer o movimento e, inclusive, ser simpatizante. Eles pediram para que levássemos os links bloqueados ao escritório central deles”, explica Gerusa. Nos últimos dias,

porém, o escritório da empresa em São Paulo entrou em contato com a coordenação do movimento para dizer que ninguém seria recebido e que tudo não deveria ter passado de um mal entendido. “Eles disseram que nunca recebem ninguém e pediram para fazer a notificação via Facebook como todo mundo”, afirma Gerusa. Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da rede social informou que a empresa não se pronuncia em casos específicos.

Mesmo com o imprevisto, a coordenadora do movimento explica que o Dia do Basta à Corrupção continua de pé, ocorrendo em diversas cidades do Brasil durante os dias 19, 20 e 21 de abril. A pauta, segundo ela, será pelo fim do voto secreto no Congresso e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que restringe o poder de investigação do Ministério Público. “Já temos 50 mil assinaturas do ano passado, fora as virtuais, e vamos recolher mais neste ano. Independentemente do imprevisto, sempre aparece bastante gente”, espera Gerusa.

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» SISTEMA PRISIONAL

52% dos presos federais recebem visitas virtuais

Rede de videoconferência implantada há três anos permite que detentos de presídios falem a distância com cônjuges e outros parentes

Metade dos presos das penitenciárias federais faz visitas virtuais, conforme levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A iniciativa, uma parceria entre o Depen e a Defensoria Pública da União (DPU), permite que detidos nas quatro cadeias federais (Catanduvas-PR, Campo Grande-MS, Porto Velho-RO e Mossoró-RN) tenham contato com parentes, cônjuges e amigos, mesmo que a distância, em uma tentativa de manter vínculos afetivos e facilitar a ressocialização.

O projeto também serve para a realização de audiências judiciais por videoconferência, que já superaram em número as audiências presenciais. Em 2012, 232 presos de um total de 446 (52%) realizaram um total de 870 visitas, mobilizando 2.215 familiares.

Durante a visita virtual, o preso permanece com algemas nos tornozelos, acompanhado por um agente penitenciário — que não deve aparecer nas imagens. Por questões de segurança e sigilo, o Depen não divulga a lista dos presos no programa. As visitas ocorrem às sextas-feiras.

Implantada em 2010, a parceria Depen/DPU funciona assim: após o Depen ter comprado os aparelhos (58 equipamentos de videoconferência), a DPU usa a infraestrutura montada nas 27 unidades espalhadas pelas capitais brasileiras. “O projeto da visita virtual humaniza o cumprimento da pena. O deslocamento dos presos federais para estados diversos dificulta o contato com a família”, avalia o defensor público-geral federal, Haman Córdova.

De acordo com assistentes sociais ouvidos pela reportagem, as visitas virtuais fizeram os presos melhorarem de comportamento, por meio da manutenção de vínculos familiares ou até mesmo pela restauração deles — há casos de pais presos que não viam os filhos há anos. A visita virtual também é uma forma de os parentes evitarem os constrangimentos invasivos das revistas, quando decidem ir pessoalmente aos presídios.

Prêmio

A iniciativa foi premiada no 17.º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, na última terça-feira, em Brasília. Para o diretor-geral do Depen, Augusto Rossini, foi o reconhecimento de um projeto que “respeita os direitos humanos”. “Assegura o direito constitucional do preso de ter contato familiar e garante pacificação na unidade prisional”, comenta.

CATANDUVAS

A Penitenciária Federal de Catanduvas foi a primeira do país a experimentar o sistema de visita virtual, em maio de 2010. Na época, um detento que cumpria pena no presídio pôde conversar durante cerca de 30 minutos com familiares que estavam no estado de Alagoas, a quase 3 mil quilômetros de distância. Tudo supervisionado pela Defensoria Pública da União no estado. Em seguida, o sistema chegou às demais unidades prisionais federais.

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» PIRAQUARA

Agente é achado morto em presídio

Um agente penitenciário foi encontrado morto dentro da Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, na noite da última sexta-feira. Segundo a Polícia Militar e o Instituto Médico Legal, ele morreu enforcado com uma camiseta. Não havia sinais de violência próxima da casa de força da penitenciária. Uma das hipóteses é que seja suicídio.

A Delegacia de Polícia de Piraquara abrirá inquérito para investigar o caso. De acordo com o delegado Osmar Feijó, familiares da vítima afirmaram que o agente não estava sofrendo de depressão ou outro motivo aparente para cometer suicídio. Ele trabalha também com a hipótese de homicídio. “Se for homicídio, vamos procurar a autoria e ver se tem ligações com os outros casos de mortes envolvendo agentes penitenciários.” Recentemente, dois agentes foram assassinados em Curitiba, o que motivou protestos da categoria no último dia 19 na própria PCE.

O vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná, Anthony Johnson, contou que o agente teria ido trabalhar normalmente na PCE. “Mas depois de um tempo não deu mais resposta via rádio e quando foram ver ele estava morto”, diz. Se for mesmo suicídio, Johnson acredita que a insegurança e o medo foram os principais motivadores. “Tem muita ameaça contra os agentes.”

31 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Ministério Público

da União tem sete

vagas no Paraná

Órgão tem 147 vagas para preenchimento imediato em todo o país. Nos cargos de nível superior, salário beira os R\$ 7,9 mil

Estão abertas as inscrições para o concurso do Ministério Público da União (MPU) que vai preencher 147 vagas de analista e técnico, com colocações efetivas e de cadastro reserva.

São oportunidades de níveis superior e médio, com jornada de trabalho de 40 horas semanais. Dez postos serão reservados a candidatos com deficiência. Do total de oportunidades imediatas, sete são no Paraná. As inscrições devem ser feitas pelo site www.cespe.unb.br/concursos, até o dia 9 de abril. As taxas são de R\$ 55 (técnico) e R\$ 70 (analista).

Ofertas

Os candidatos com nível médio concorrem a 109 vagas na função de técnico, na especialidade administração, que conta com salários de R\$ 4.575,16. Aqueles com formação superior se inscrevem para analista, com 38 postos na especialidade direito e ven-

cimentos de R\$ 7.506,55. Com o auxílio alimentação de R\$ 373, os valores passam a R\$ 4.948,16 e R\$ 7.879,55, respectivamente.

Provas e nomeações

As provas objetivas ocorrem em todas as 27 capitais brasileiras, no dia 19 de maio no período da manhã. As nomeações dos aprovados devem ocorrer já no segundo semestre deste ano, segundo o MPU.

Justiça para o consumidor

Prefeitura indeniza usuário de transporte público

¶ A prefeitura do município de Quedas do Iguaçu, na região Centro-Sul do Paraná, foi condenada a indenizar um habitante em R\$ 35 mil por danos morais. A pessoa, que não foi identificada, foi lesionada gravemente em um acidente ocorrido com um ônibus da rede de transporte público municipal. O ônibus era conduzido por uma pessoa sem habilitação e trafegava com excesso de passageiros quando colidiu com um caminhão. Por causa dos ferimentos, o indenizado ficou mais de um mês hospitalizado.

Passageiro é ressarcido por extravio de bagagem

¶ Uma passageira teve sua bagagem extraviada quando embarcava em Foz do Iguaçu com destino a João Pessoa. A TAM foi condenada a indenizá-la em R\$ 22 mil por danos materiais e morais (R\$ 7 mil em ressarcimento ao bem material perdido e outros R\$ 15 mil por danos morais). O relator do recurso de apelação, o desembargador Francisco Luiz Macedo Junior, afirma que a responsabilidade pelas bagagens é inteiramente da companhia aérea contratada. "Qualquer alegação de culpa exclusiva da vítima é até infantil, pois eventual conduta imprópria do consumidor quanto ao conteúdo da bagagem não isenta a fornecedora, que responde objetivamente pelo extravio em face da má-prestação do serviço", completa.

"Eventual conduta imprópria do consumidor quanto ao conteúdo da bagagem não isenta a fornecedora, que responde objetivamente pelo extravio em face da má prestação do serviço."

Francisco Luiz Macedo Junior, desembargador, ao comentar a responsabilidade da companhia aérea.

Instalação de antena da Nextel em condomínio é suspensa

¶ O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu a instalação de uma antena, conhecida como Estação Rádio Base (ERB), no topo de um prédio do Alto da XV. A Nextel instalou a antena, mas um morador do condomínio reclamou contra a construção da ERB. O TJ acatou o pedido do morador, que alegava que a empresa não tinha autorização para instalar a antena.

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

01 ABR 2013

Menor delonga

para pagar precatório

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – GA HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

Os governos não mais poderão parcelar suas dívidas reconhecidas pelo título discutido e disputado denominado "precatório".

Um absurdo, conceder quinze anos para União, estados e municípios liquidarem suas obrigações, notadamente provenientes de restituição de tributos indevidos, ou decorrentes de indenização por desapropriação, por prática de ato ilegal, por ocorrências com culpa as mais variadas.

Ao longo de vinte e dois anos desta coluna, inúmeras vezes ocupamo-nos do vai e vem das normas sobre precatórios. Quando resultante de desapropriação de imóvel – e com cento e oitenta meses para o governo pagar – chegamos a chamar (junto com quantos outros que se dedicam à matéria) de "confisco vergonhoso", resvalando para "calote legalizado".

O Supremo Tribunal Federal revogou parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, bem assim parcialmente do art. 100 da própria Lei Maior, juntamente com art. 97 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias. Os juristas sabem do profundo significado dessa Decisão. Nossos leitores aplaudem a essência dela: fim dos 15 anos para pagamento.

Essa vergonhosa etapa foi ultrapassada com fortes reprimendas do Supremo, como a do ministro Luiz Fux que considerou o revogado mandamento "desrespeito à duração razoável do processo, uma vez que o credor quer um resultado palpável para realização do seu direito de receber a quitação da dívida". É muitíssimo comum que os processos judiciais contra o ente público durem mais de dez anos até que seja alcançada a ordem de emissão de precatório. Depois disso, ainda enfrentam fila cronológica de chegada no Executivo para liquidação efetiva. A fila vai continuar a existir, entretanto não mais seguida por 15 parcelas anuais.

É de se observar o noticiado – concordando ou não – que no voto do ministro Joaquim Barbosa, presidente do Excelso Pretório, consta a crítica ao sistema de leilões de precatórios, pois no descrédito do titular em relação ao governo, concorda ele em liquidar por valor muito inferior ao de face do precatório ainda que corrigido, exemplificando com até 25% daquele cifra.

Vergastando com energia o usual adiamento sem fim dos responsáveis pelas contas e cofres da União, estados e municípios (Distrito Federal compreendido), a ministra Rosa Weber acentuou que os regimes de liquidação de precatórios necessitam de outras

soluções, posto que "ambos são perversos", assinalando a afronta que a postergação de pagamento constitui contra as autoridades das decisões judiciais no "cumprimento de sentenças com trânsito em julgado".

Essas "decisões de concreto armado" (definição do saudoso Desembargador paranaense Henrique Nogueira Dorfmond), expressas nos Votos vencedores do memorável julgamento, certamente não de acordar o Legislativo para formulação de um regime de pagamento que atenda os princípios da Constituição Federal, visto que lei complementar federal pode estabelecê-lo, como grifa a ministra Carmen Lucia. Ela acentua importante tópico, que há outros caminhos para cumprimento de precatórios "até mesmo aquele apontado no parágrafo 16 do art. 100 que permite que a União possa financiar diretamente os estados para perfazer os precatórios." Abram-se pois, os cofres federais em socorro!

E assim, cada ministro de nosso Excelso Pretório foi aduzindo e complementando o pensamento vencedor do relator ministro Aires Brito (recém aposentado) fulminando, por consequência, outro freio composto pelo ditame da destinação de apenas um a dois por cento da receita pública para pagamento de precatórios, metade do que dirigidos aos leilões, metade à ordem cronológica.

01 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Tempo de convergência

A batalha pelo TRF tem unido o Paraná. A persistência e a aglutinação de forças, das quais a causa ainda depende, é um aprendizado para sempre

A criação de um Tribunal Regional Federal no Paraná, questão que interessa a todos neste estado, deve voltar esta semana à pauta do Congresso. Passado o feriado da Semana Santa e o prazo de cinco sessões plenárias desde a aprovação em primeira votação, a PEC 544, que amplia e redistribui a Justiça Federal de segunda instância em todo o Brasil, voltará ao plenário para a segunda votação. É mais um importante capítulo numa batalha de duas décadas. A julgar, porém, pelas declarações do deputado peemedebista Eliseu Padilha ela não está vencida. Padilha, que representa o Rio Grande do Sul, estado onde fica o TRF da 4ª Região, que hoje atende as causas do Paraná, tem declarado que pedirá, por meio de requerimento, que a matéria volte a ser analisada pelo Senado. Sem essa intervenção, a provável segunda aprovação na Câmara para a criação de quatro novos tribunais — contemplando também Minas Gerais, Bahia e Amazonas — seria a última etapa antes da promulgação pela presidência do Senado.

Padilha não é o único a impor obstáculos. Na primeira discussão na Câmara, no dia 13 de março, os 60 votos contrários atestaram que a causa não é unânime, tanto que numerosas intervenções, em especial da bancada gaúcha, argumentavam que o TRF hoje sediado em Porto Alegre perderia espaço, pois Paraná e Santa Catarina deixariam a jurisdição daquela corte. É admirável que os parlamentares do Rio Grande do Sul trabalhem em bloco por seu estado, mas, nesse caso, falta-lhes ver que também sairão ganhando, pois a divisão do tribunal da 4ª Região também irá melhorar a assistência à população gaúcha, com a diminuição dos processos e, conseqüentemente, com a celeridade em sua tramitação. Para convencê-los, os paranaenses precisam também trabalhar em bloco.

Vencidas as etapas no Congresso, a instalação do novo tribunal dependerá ainda de provisão orçamentária do Supremo Tribunal Federal (STF). O Plano Plurianual (PPA) prevê R\$ 300 milhões para a construção de quatro prédios dos novos TRFs, valor que não seria suficiente, mas que é apontado como uma “janela orçamentária” para que nos próximos anos mais recursos para os novos tribunais sejam incluídos no orçamento. Fica evidente que o aproveitamento da tal “janela” dependerá muito da persistência e da união do Paraná e dos demais estados interessados.

A situação pede, portanto, que a mesma convergência de forças positivas que se viu em outubro de 2009 e em abril de 2010, momentos expressivos que uniram a seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Pró-Paraná, a Associação de Juizes Federais do Paraná, a Fecomércio, a Fecoopar, a Fiep, a ACP, a Faep e a Fetranspar, entre outras instituições do estado. É também indispensável que, do governador do estado — para quem a instalação da corte é uma vitória da perseverança — aos nossos senadores, deputados, ministros e demais representantes no governo federal, todos os políticos mantenham o esforço feito até aqui.

A ativa participação dos paranaenses no processo tem sido destacada por parlamentares dos demais estados que estão no pleito, como o baiano Amauri Teixeira. E a conquista vai além das nossas divisas, pois envolve a redistribuição de competências dos tribunais regionais por todo o país. Apenas o Rio de Janeiro e o Espírito Santo não serão influenciados pelo novo quadro. Para 25 dos 27 estados brasileiros, as quatro novas cortes promoverão a aproximação entre a Justiça e o cidadão, diminuindo custos e permitindo um acompanhamento melhor dos processos.

Não poderia haver melhor momento para deixar a propalada “autofagia” paranaense apenas no folclore. Há 20 anos se trava esta luta, que passou pela proposição da PEC 544, aprovada no Senado em 2002 e que desde então aguardava votação na Câmara dos Deputados. Independentemente de opção partidária, todos devem seguir trabalhando para esse fim comum, numa exemplar demonstração de que em sintonia temos forças para superar essa e outras barreiras e para trazer ao nosso estado os benefícios que ele merece e dos quais precisa para se desenvolver sempre mais, ocupando o papel que lhe cabe no cenário nacional.

GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

01 ABR 2013

Medicina da morte

Título forte, polêmico? Não, caro leitor. É a expressão concreta do sentimento de milhões de brasileiros diante de recente proposta feita pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para a liberação do aborto até a 12.^a semana de gestação. O presidente do CFM, Roberto D'Ávila, na defesa de uma decisão que está em rota de colisão com a ética médica, esgrime argumentos que não param em pé. "Vivemos em um Estado laico. Seria ótimo que as decisões fossem adotadas de acordo com o que a sociedade quer e não como o que alguns grupos permitem." A estratégia de empurrar os defensores da vida para o córner do fundamentalismo religioso já não cola.

Um embrião e um feto são também uma pessoa, tanto do ponto de vista científico como filosófico. É falsa a afirmação de que o feto faz parte do corpo da mãe, e de que a mãe pode abortar por ter direito sobre o seu próprio corpo. Na verdade, a mãe é a hospedeira, protetora e nutriz de um novo ser diferente dela, um outro indivíduo. Biologicamente, o ser que está aconchegado dentro do seio da mãe é idêntico ao que estará sentado no seu colo com 3 meses ou à mesa com ela quando tiver 15, 20 ou 50 anos de idade. O embrião é distinto de qualquer célula do pai ou da mãe; em sua estrutura genética, é humano, não um simples amontoado de células caóticas; e é um organismo completo, embora imaturo, que — se for protegido matematicamente de doenças e violência — se desenvolverá até o estágio maduro de um ser humano.

Hoje, o que está sendo questionado não é tanto a realidade biológica, inegável, a que acabo de me referir; é coisa muito mais séria: o próprio conceito de "humano" ou de "pessoa". Trata-se, portanto, de uma pergunta de caráter filosófico e jurídico: quando se pode afirmar de um embrião ou de um feto que é propriamente humano e, portanto, detentor de direitos, a começar pelo direito à vida?

Perante essa perplexidade, é lógico que se acaba optando pelo juridicismo. Cada vez mais, cientistas e juristas vêm afirmando que quem deve decidir o momento em que começamos a ser humanos e, em consequência, a termos direito inviolável à vida é a lei de cada país. A vida passa a ser manipulada pelo arbítrio do Estado ou de supostos consensos. Quanto ao "consenso por interesse", é útil recordar que fruto dele foi a legislação que, durante séculos, definiu que uma raça ou um povo são legalmente infra-humanos e que, portanto, podem ser espoliados de direitos e tratados como "coisas", também para benéficas experiências científicas: é o caso do *apartheid* dos negros na África do Sul e dos judeus aviltados e trucidados pela soberania "democrática" nazista.

O brasileiro é contra o aborto. Não se trata apenas de uma opinião, mas de um fato medido em sucessivas pesquisas de opinião. O CFM, representando uma minoria, está promovendo uma ação nitidamente antidemocrática. Não obstante a força do marketing emocional que apoia as campanhas pró-aborto, é preocupante o veneno antidemocrático que está no fundo dos slogans abortistas. Não se compreende de que modo obteremos uma sociedade mais justa e digna para uns seres humanos (os adultos) por meio da morte de outros (as crianças não nascidas).

Além disso, não sei como o CFM consegue articular sua proposta pró-aborto com o juramento hipocrático. A posição da atual diretoria, tal como amplamente veiculada pelos meios de comunicação, não parece condizer com o compromisso sobre o qual todos os médicos, velhos ou novos, algum dia juraram. Não creio que o CFM represente o pensamento daqueles que, um dia, prometeram solenemente empenhar sua profissão, seu saber e sua ciência na defesa da vida.

Carlos Alberto Di Franco, doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor do Departamento de Comunicação do Instituto Internacional de Ciências Sociais (Iics).

01 ABR 2013

GAZETA DO POVO

À espera de 2.^a votação, PECs param na Câmara

Proposta que cria TRF no Paraná só precisa passar por mais uma votação para ser aprovada. Mas histórico do Legislativo mostra que isso não é garantia de que a matéria irá passar

Anderson Gonçalves

! Aprovada em primeira discussão, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná e mais três novos tribunais no país está prevista para voltar ao plenário da Câmara Federal para a segunda e derradeira votação na metade de abril. Mas como em uma partida de futebol, que pode mudar nos últimos segundos e só tem seu desfecho definitivo depois que o juiz apita, ainda pode ser cedo para comemorar. A história recente da Câmara dos Deputados mostra que, em alguns casos, a distância aparentemente curta que separa duas votações pode se transformar em um abismo, gerando uma espera de anos sem que o processo seja concluído.

Isso ocorreu com a PEC 300/08, que cria um piso nacional para policiais militares, bombeiros e policiais civis — igualando a remuneração dessas categorias ao dos profissionais do Distrito Federal. Aprovada em março de 2010, até hoje não foi apreciada em segunda votação por causa de divergências em torno da proposta.

Segundo dados do portal da Câmara Federal na internet, 72 PECs estão prontas para serem votadas pelos deputados em plenário. Dessas, além da PEC que cria os novos TRFs e da que regula o piso salarial dos policiais, outras duas propostas já foram aprovadas em primeira votação e não retornaram à pauta.

A mais antiga delas é a PEC 349/2001, de autoria do ex-deputado Antônio Fleury Filho. A proposta institui o voto aberto em todas as decisões do Legislativo Federal e foi aprovada em primeira votação em setembro de 2006. Em fevereiro deste ano, o deputado Major Fábio (DEM-PB) apresentou requerimento solicitando sua inclusão em pauta, o que não ocorreu.

A outra proposta que ainda espera pela segunda votação é a PEC 511/2006, do ex-senador Antônio Carlos Magalhães, morto em 2007.

Sua proposta estabelece que a Medida Provisória (MP) só terá força de lei depois de aprovada a sua admissibilidade pelo Congresso Nacional, sendo o início da apreciação alternado entre a Câmara e o Senado. A primeira votação ocorreu em fevereiro de 2009 e, apesar de ter sido discutida em segundo turno, não teve sua apreciação concluída.

A preocupação dos deputados favoráveis à PEC dos TRFs é que aconteça o mesmo com a proposta. Protocolada em 2001 no Senado, a PEC 544/2002 cria quatro novos TRFs, com sedes no Paraná, Minas Gerais, Bahia e Amazonas. Aprovada em primeira discussão há duas semanas, ela recebeu na semana passada o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que garante o retorno da matéria a plenário para a segunda votação. Conforme o prazo regimental, a proposta já poderia ter sido apreciada pelo plenário na última quarta-feira, mas a previsão dos deputados é que ela seja incluída na pauta na primeira quinzena de abril.

CONTINUA

01 ABR 2013

GAZETA DO POVO

OBSTÁCULO

Criação de novos tribunais regionais enfrenta resistências

CONTINUAÇÃO

Relator da PEC na Câmara, o deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR) defende que se crie um movimento favorável à apreciação da proposta, a exemplo do que ocorreu quando da sua aprovação em primeiro turno. “Se o governo não se manifestar contrariamente, temos como votar a proposta nas próximas semanas. Já estamos trabalhando junto ao colegiado de líderes para que ela possa voltar logo à pauta.”

Embora já tenha passado pela Câmara dos Deputados em primeira votação, a PEC 544/01, que cria TRFs no Paraná e em mais quatro estados, sofre resistência de parlamentares e do próprio Supremo Tribunal Federal (STF). A situação pode ameaçar a celeridade do processo de conclusão da análise da matéria.

Durante a votação em primeiro turno da PEC 544, um grupo de deputados tentou retirar a proposta da pauta. Parlamentares gaúchos se mostraram contrários à possibilidade de saída dos processos do Paraná e de Santa Catarina do TRF da 4.ª Região, com sede em Porto Alegre.

Receio

Eles temem que o atual tribunal perca representatividade julgando apenas os processos do Rio Grande do Sul.

Outros parlamentares avalliam a proposta como inconstitucional, sob o argumento de que a iniciativa deveria partir do Poder Judiciário e não do Legislativo. Por fim, na semana passada, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, se declarou contrário à criação de novos TRFs devido ao “Inchaço” de servidores nos cinco tribunais regionais federais já existentes.

01 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Pinga-fogo

“Tem havido pedidos no sentido de flexibilizar a lei penal. Mas todos me conhecem e sabem que eu não sou de flexibilizar a lei em nenhum sentido. Todas as decisões que tomei até agora foram no sentido de aplicar a lei.”

Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre pedidos feitos pelos advogados dos condenados no processo do mensalão.

Agenda

Terça-feira

O Plenário da Câmara Federal deve votar o projeto de lei que amplia a pena para sequestro ou cárcere privado quando a vítima for grávida ou pessoa doente. Pela proposta, a pena sobe de até três anos de prisão para até cinco anos.

COLUNA DO LEITOR

Código Penal

Fiquei chocado com o despreparo de nossos deputados ao estabelecerem como o mais grave crime patrimonial a pirataria de tevê a cabo (**Gazeta**, 26/3). Notem que pirataria de tevê a cabo é um furto virtual; somente há supressão de um bem no furto e furto qualificado. Verificamos a defesa dos interesses de quem banca a campanha sem o menor pudor e extrema falta de bom senso.

João Carlos Machado Pereira

28 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Chegou depois

Teve valor simbólico o "trâmite acelerado" que o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), deu ao projeto que ampliou o colégio eleitoral do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, antes restrito aos 25 membros do Órgão Especial do TJ, agora liberado para todos os futuros 145 desembargadores. A AL aprovou a mudança antes que Clayton Camargo, novo presidente do TJ, pudesse fazer a mesma coisa alterando o Regimento Interno do Tribunal. Camargo tinha prometido essa democratização na campanha ao cargo. No dia que mudou o regimento, recebeu visita de Rossoni no TJ.

INFORME

De mudança

Após 55 anos de existência, a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) está de mudança do Palácio da Justiça. A entidade representativa da magistratura paranaense ocupará de maneira provisória, a partir de segunda-feira, as dependências da antiga sede das varas de família da capital paranaense, em frente à Prefeitura Municipal, no Centro Cívico. O novo presidente quer reformar o Palácio da Justiça para reunir todos os gabinetes dos desembargadores, o que motivou a saída da Amapar e de outros setores do do TJ que funcionavam no prédio antigo.

INFORME

Indicação ao CNJ

O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, fez a indicação do procurador Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca para a vaga aberta no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o Ministério Público. A escolha dele para representar o Paraná foi fácil, pois Domingos Thadeu foi candidato único e recebeu 237 dos 283 votos contabilizados na seleção interna. Agora o nome dele segue para a cúpula do MP, junto com concorrentes do Brasil inteiro.

28 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Lehmann afastado

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná negou o pedido da defesa do prefeito de Rolândia, Johnny Lehmann (PTB), mantendo o afastamento dele do cargo. O petebista teve o registro da candidatura cassado pela Corte do TRE por prática de conduta vedada a agentes públicos e abuso de poder econômico durante a campanha. A defesa tentava a volta de Lehmann ao cargo sustentando que a Justiça Eleitoral deveria ter aguardado um eventual embargo de declaração contra a decisão do TRE, antes de notificá-lo para sair do cargo. Segundo o advogado Guilherme Gonçalves, "o juiz indeferiu o pedido de liminar por entender que o embargo de declaração que apresentamos não teria efeito suspensivo". Gonçalves deve apresentar novo recurso apenas na próxima semana, mas disse que ainda não definiu os detalhes.

■ Com a saída de Lehmann, assumiu a Prefeitura de Rolândia a presidente da Câmara de Vereadores, Sabine Giesen (PMDB).

MAZZA

Mais que digitais

O governo paranaense deixou mais do que as digitais do comprometimento no caso do "Tudo Aqui", um caso, para dizer o mínimo, cabeludo. E quem o comprova é o próprio Diário Oficial: no dia 12 de julho de 2011 pelo decreto 1996, dava 30 dias de prazo para que empresas se habilitassem à disputa do "Tudo Aqui" e um dia depois, pelo decreto 1998, dava ganho de causa à empresa Shopping do Cidadão para a exploração.

Alguns dos serviços são prestados pela prefeitura (Ruas da Cidadania), pela Associação Comercial como o relativo ao crédito e aos cartórios de um modo geral e nenhum desses setores teve qualquer consulta a respeito. Aí se explica por que não se deseja qualquer esclarecimento e se aposta no sigilo porque há um certo tipo de poder como o Drácula que não suporta a luz do dia.

CLÁUDIO HUMBERTO

Celebridade

O juiz Alexandre Mesquita será o novo corregedor-geral do TRE do Rio. Disputava com o advogado Leonardo Antonelli, irmão da atriz Giovanna Antonelli, e marido de outra, Guilhermina Guinle.

28 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão carcerário abre quase 500 vagas na capital

Curitiba - O mutirão carcerário encerrado ontem, no Complexo Penal de Piraquara, permitiu que quase 500 novas vagas fossem abertas nas unidades penais que compõem a estrutura prisional na região de Curitiba. O balanço das ações iniciadas no último dia 20 foi apresentado ontem, no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

Foram analisados 2.063 pedidos de benefícios de detentos do Complexo de Piraquara e de carceragens de delegacias da capital e da região metropolitana, que estavam em trâmite na 1ª, 2ª e 3ª Varas de Execuções Penais (VEPs) da capital. Deste total, foram julgados 1.175 pedidos, sendo 937 deferidos e 238 indeferidos.

Conforme o juiz da 1ª VEP de Curitiba, Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, os resultados apontam a expedição de 267 alvarás de soltura, 217 progressões para o regime semiaberto e 462 comutações e remissões de pena, além de indultos. "Conseguimos um número de julgamentos de benefícios muito expressivo. Por exemplo, nas demais 8 VEPs do Estado, a média é de 179 benefícios concedidos, sendo apenas 30 alvarás de soltura", ressaltou.

A secretária de Justiça, Ci-



"Não estamos falando somente da abertura de novas vagas, mas da garantia do direito dos apenados", afirmou Maria Tereza

dadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, destacou que este foi o maior mutirão carcerário dos últimos anos no Estado. Ela ressaltou que na próxima semana deve se reunir com o presidente do TJPR e com os juízes das VEPs do interior para discutir a realização de novos mutirões. "Não estamos falando somente da abertura de novas vagas no sistema, mas sim da garantia do direito já adquirido dos apenados", afirmou.

Programa

Maria Tereza lembrou que o trabalho da Justiça não se restringe apenas a julgar e conce-

der benefícios, mas também inclui amparar a pessoa que obteve a liberdade. Entre algumas iniciativas, a secretária destacou o Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que disponibiliza vagas de emprego e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema penitenciário.

Atualmente, o Paraná disponibiliza por meio do programa 2.335 vagas, sendo que deste total, 2.131 estão preenchidas. "Estas pessoas que tiveram o benefício concedido neste mutirão poderão se candidatar às 204 vagas ainda disponíveis", completou Maria Tereza.

28 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Desconto da previdência no PR será de 11%

**Servidores reivindicam 1%
de recomposição salarial para cobrir
aumento da contribuição,
que começa a vigorar a partir de abril**

Curitiba - A contribuição previdenciária dos servidores estaduais, que hoje é de 10% do salário, passará para 11% a partir de abril. O reajuste foi autorizado pela Assembleia Legislativa do Paraná em dezembro do ano passado. A nova alíquota vai incidir nos salários de todos os servidores públicos efetivos do governo, dos juizes, desembargadores estaduais, membros do Ministério Público e dos conselheiros do Tribunal de Contas. O novo desconto será percebido, na prática, nos salários a serem pagos no final de abril. Os aposentados e pensionistas não estão incluídos na nova alíquota, por enquanto, e continuam isentos da contribuição. A medida vai atingir 180 mil servidores ativos.

Para alterar o percentual, o governo estadual se baseou na Constituição Federal, segundo a qual, compete aos estados instituírem a contribuição social, que não deve ser inferior à alíquota dos servidores federais. E a Lei Federal 10.887 de 18 de junho de 2004 determina que a alíquota da contribuição previdenciária não deve ser menor à estabelecida para os servidores da União, que é de 11%.

A contribuição dos inativos ainda está em discussão no Supremo Tribunal (STF) depois que uma Ação Direta de Constitucionalidade (Adin) defende que os aposentados não deveriam ser tributados. Por este motivo, o Paraná preferiu aguardar antes de taxar nos aposentados. Hoje, os aposentados e pensionistas somam 102 mil no Paraná.

O presidente da Parana-previdência, Jorge Sebastião de Bem, explicou que com o aumento da alíquota da contribuição previdenciária dos servidores estaduais, haverá um incremento de 10% na arrecadação mensal, que hoje varia entre R\$ 45 milhões e R\$ 50 milhões.

Segundo ele, os aposentados e pensionistas também poderão ser taxados no futuro. Caso inicie esta cobrança, os inativos seriam taxados somente a partir do teto de R\$ 4.136. Atualmente, cerca de 20% dos aposentados ganham acima do teto e seriam atingidos pela taxa.

Hoje, o cálculo para aposentadoria dos servidores estaduais é a média dos salários desde julho de 1994, excluindo do total os 20% salários

mais baixos. Jorge de Bem disse que a Parana-previdência tinha um deficit atuarial de R\$ 7,3 bilhões. Para sanar isso, o governo estadual assumiu mais compromissos em relação à Parana-previdência.

A presidente da APP Sindicato e coordenadora do Fórum de Entidades Sindicais, Marlei Fernandes de Carvalho, ressaltou que o aumento da contribuição previdenciária está sendo debatido entre os servidores e o governo. Segundo ela, os servidores reivindicam 1% de recomposição salarial para cobrir o aumento do desconto da previdência. Marlei disse que está marcada uma reunião para o dia 9 de abril com a secretária de Administração e Previdência, Dinorah Botto Portugal Nogara, para discutir o assunto. Segundo a presidente da APP, os servidores querem um debate sobre a totalidade da legislação da Parana-previdência. Além disso, defendem a criação de um conselho paritário entre servidores e governo.

28 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria pede indenização para famílias de vítimas

São Paulo - A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul entrou ontem com ação na Justiça pedindo indenização para as famílias das vítimas do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS). A defensoria pleiteia indenização de diversos tipos: danos morais, danos morais coletivos, danos materiais e lucros cessantes.

A ação é contra a boate Kiss, seus proprietários, o município de Santa Maria e contra o Estado do Rio Grande do Sul. "Não há um valor fixado (para as indenizações). O juiz vai determinar a partir do caso concreto. Após ele fixar um valor, se entendermos que o valor é razoável, concordamos, senão, recorreremos", disse o defensor público André Magalhães, um dos autores da ação.

Ontem fez dois meses da tragédia na boate Kiss. Os 241 jovens que morreram em razão do incêndio foram homenageados com o soar dos sinos das igrejas, sons de buzinas e salva de palmas pelas ruas da cidade.

29 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

PEC 37 não suprime direito do Ministério Público

A simples leitura da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, de 2011, e da própria Constituição, ao contrário do que se divulga, não suprime do Ministério Público o direito de investigação, até porque a Carta Magna não o prevê, nem sequer implicitamente. Mas determina que o MP é o fiscal da lei e o titular da ação penal pública, conferindo-lhe o poder de requisitar investigações e a realização de diligências.

Competência

Pela Constituição, o MP exerce controle externo da polícia e determina que compete às polícias civil e federal investigar as infrações penais.

Como antes

A PEC 37 tampouco impede a criação de CPIs ou a atividade de controle e fiscalização atribuídas a órgãos como TCU, CGU, Coaf, etc.

MAZZA

Folclore

Num jogo entre as seleções paranaense e gaúcha (nessa figuravam o goleiro Júlio, o meio campo Ávila e o atacante Tesourinha), empatado em zero, o povo se rebelou pelo árbitro Pereira Peixoto ter anulado um gol paranaense do ponta direita Batista. O delegado (mais tarde promotor e desembargador) Guilherme Maranhão foi de carro blindado e retirou o apitador em segurança. A turba, pedras à mão, derrubava os milicianos a cavalo. Lembro do Higino, goleiro do amador do Palestra Itália, à maneira de Sísifo, lançando uma pedra em cima do carro forte do alto da sede social em construção, hoje uma churrascaria.

30 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Dilma poderá indicar apenas mais um ao STF

Até o final do atual mandato, a presidenta Dilma terá apenas mais uma vaga para indicar no Supremo Tribunal Federal – a que foi aberta com a aposentadoria, em 2012, do ministro Carlos Ayres Britto. Ela já escolheu e nomeou três ministros: Luiz Fux, Rosa Weber e Teori Zavascki. Caso reeleita, terá mais cinco vagas a indicar, começando pela vaga do ministro decano Celso de Mello, em novembro de 2015.

A fila anda

Marco Aurélio se aposentará em julho de 2016. Em ~~2016~~, Lewandowski sairá em maio, Teori Zavascki em agosto e Rosa Weber em outubro.

31 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Poderees em choque na sucessão de Hermas Brandão

**Vaga para o TC
será decidida
em votação
secreta tomada
entre os 54
deputados
estaduais,
possivelmente
em abril**

José Lazaro Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A sucessão do conselheiro Hermas Brandão no Tribunal de Contas (TC) do Paraná colocou em rota de colisão os gestores dos poderes Executivo e Judiciário no Paraná. De um lado, o governador Beto Richa (PSDB) apoia abertamente o deputado estadual Plauto Miró (DEM). Do outro, Clayton Camargo, recém-eleito presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, torce pela vitória de seu filho, Fábio Camargo (PTB), político com mandato na Assembleia Legislativa (AL).

A vaga será decidida em votação secreta tomada entre os 54 deputados estaduais, possivelmente já no mês que vem, em abril. A data exata depende do pedido de aposentadoria de Hermas Bran-

dão, que completa 70 anos em maio de 2013, idade em que os conselheiros são afastados compulsoriamente. Ele passou apenas quatro anos no cargo, já que foi indicado pela própria AL em 2009, com o aval do então governador Roberto Requião (PMDB).

A indicação foi um "prêmio de consolação" após a fracassada convenção de 2006, quando Hermas Brandão, então filiado ao PSDB, ganhou no voto partidário o direito de ser vice na chapa de Requião. Só que o diretório nacional dos tucanos impediu o acordo com o PMDB. A solução encontrada por Requião foi manter Orlando Pessuti (PMDB) como vice, tirando dele a vaga certa no TC. A relação entre os dois peemedebistas só piorou nos últimos anos, com Requião e Pessuti comandando alas rivais dentro do partido atualmente.

A indicação de Plauto Miró faz parte do planejamento político de Beto rumo à reeleição. É uma forma de agradar o DEM, partido fiel ao projeto eleitoral do governador e que hoje ocupa espaço pequeno no primeiro escalão: tem Cássio Taniguchi na pasta de Planejamento, Luciano Pizzato na direção da Compagás, diretorias na Agência de Fomento e o ex-deputado estadual Durval

Amáral em cadeira do TC, conquistada via AL ano passado, quando o político estava licenciado da Assembleia e ocupava a Casa Civil do governo.

O PMDB também estaria comprometido com Plauto, pois quer a primeira secretaria da AL, cargo dele na Mesa Executiva da Assembleia. Com Plauto assumindo uma vaga no TC, o posto é prontamente ocupado por Ademir Bier (PMDB), que passaria a ser o "prefeito" da AL. Contudo, esse acordo que garantiria o apoio das duas maiores bancadas da Assembleia está ameaçado pela movimentação de Fábio Camargo. O petebista tem conversado em particular com os deputados estaduais e prefeitos do interior, que podem influenciar os parlamentares em suas decisões sobre o tema.

CONTINUA

31 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CONSELHEIROS

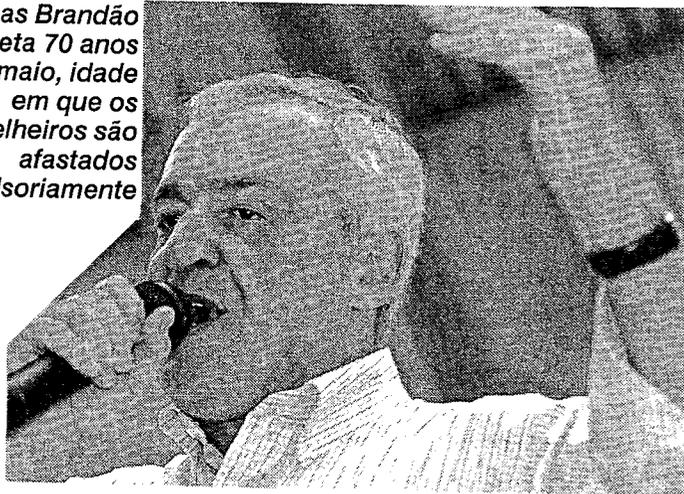
Veja quem indicou cada conselheiro e quando eles atingem a idade da aposentadoria compulsória (70 anos):

Ano e Indicação	Governador na Época	Conselheiro	Idade
Assembleia Legislativa (2009)	Roberto Requião	Hermas Brandão	69 anos
Ministério Público de Contas (2006)	Roberto Requião	Caio Soares	68 anos
Governo do Paraná (1991)	Roberto Requião	Artagão de Mattos Leão	65 anos
Governo do Paraná (1989)	Alvaro Dias	Nestor Baptista	65 anos
Ministério Público de Contas (2002)	Jaime Lerner	Fernando Guimarães	56 anos
Assembleia Legislativa (2012)	Beto Richa	Durval Amaral	53 anos
Assembleia Legislativa (2011)	Beto Richa	Ivan Bonilha	43 anos

Fonte: TC

Folha Arte

Hermas Brandão completa 70 anos em maio, idade em que os conselheiros são afastados compulsoriamente



31 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Governadores controlam 105 mil cargos sem concurso

**Postos de livre nomeação
servem para que
administradores se cerquem
de pessoas com quem têm
afinidades políticas e projetos
em comum**

São Paulo - A primeira pesquisa completa sobre a estrutura burocrática dos estados, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que os 27 governadores empregavam em 2012, em conjunto, um contingente de cerca de 105 mil funcionários que não fizeram concurso para entrar na administração pública. Se todas essas pessoas se reunissem, nenhum dos estádios da Copa de 2014 - nem mesmo o Maracanã - teria capacidade para acomodá-las.

Apenas na chamada administração direta, da qual estão excluídas as vagas comissionadas das empresas estatais, o número de funcionários subordinados aos gabinetes dos governadores ou às secretarias de Estado sem concurso público chega a 74.740, o suficiente para ocupar 98% do maior estádio do Brasil.

No governo federal há 4.445 servidores sem concurso em cargos de confiança na chamada administração direta, ou 0,7% do total dessa categoria. Já nos Estados, a proporção chega a 2,8%.

Gestão indireta

Na administração indireta dos governos estaduais - autarquias, fundações e empresas públicas, segundo a metodologia da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, do IBGE -, há outros 30.809 servidores comissionados não concursados, contingente que encheria metade do estádio Beira Rio, em Porto Alegre.

No governo federal, são 1,3 mil, mas qualquer comparação é indevida, pois o conceito de administração indireta não é o mesmo nas diferentes esferas.

Líder

Do total de 105,5 mil servidores sem concurso nos Estados, quase 10% estão em Goiás. O governador Marconi Perillo (PSDB) abriga em sua burocracia 10.175 funcionários nessa situação, o que o torna líder no ranking desse tipo de nomeações em números absolutos. A Bahia, governada pelo petista Jaques Wagner, vem logo atrás, com 9.240 não concursados.

Ao se ponderar os resultados pelo tamanho da população, os governadores que saltam para a liderança do ranking são os de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), com 937 e 263 cargos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Os oito governadores do PSDB controlam, em conjunto, 37,6 mil cargos ocupados por servidores não concursados. Os quatro governadores do PT, por sua vez, têm em mãos 23 mil vagas. Logo atrás estão os quatro do PMDB, com 21,6 mil.

O peso dos partidos muda quando se pondera a quantidade de cargos controlados por 100 mil habitantes. Nesse caso, o PT passa para o primeiro lugar (75), e o PSDB cai para o quinto (41).

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

31 MAR 2013

Função política

Em teoria, os cargos de livre nomeação servem para que administradores públicos possam se cercar de pessoas com quem têm afinidades políticas e projetos em comum. Na prática, no entanto, é corrente o uso dessas vagas como moeda de troca. Além de abrigar seus próprios eleitores ou correligionários, os chefes do Executivo distribuem as vagas sem concursos para partidos aliados em troca de apoio no Legislativo ou em campanhas eleitorais.

“Os critérios e métodos de composição de governo que servem para a esfera federal se reproduzem nos Estados”, observa o cientista político Carlos Melo. “A grande reforma política que poderíamos fazer seria reduzir ao mínimo esses cargos, tanto no âmbito da União quanto no dos Estados e municípios. Faremos? Creio que não. Não interessa ao sistema político.”

Cargos de livre nomeação também podem ser usados para atrair para a máquina pública profissionais qualificados que não têm interesse em vínculo permanente. Mas a pesquisa do IBGE mostra que nem sempre isso acontece. Em Goiás, por exemplo, 49% dos comissionados estudaram só até o ensino fundamental (antigo 1º grau), sendo que 561 funcionários estão na categoria “sem instrução”. No governo federal, apenas 1,4% dos comissionados têm escolaridade até o 1º grau.

“Não podemos tirar nenhuma conclusão sobre a competência dos servidores, mas são evidentes os critérios utilizados para nomear pessoas para o serviço público”, avalia o cientista político Sergio Praça. “Em termos de estruturação administrativa, os Estados estão atrasados em relação ao governo federal.”

Levantamento em prefeituras é feito desde 2001

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais foi divulgada pelo IBGE pela primeira vez neste ano, mas desde 2001 o instituto avalia a estrutura burocrática dos municípios.

O levantamento de 2011 revelou que as 5.565 prefeituras do País abrigam 506 mil servidores sem concurso - o equivalente a 6,6 Maracanãs lotados.

Nas capitais, onde havia cerca de 22 mil não concursados há dois anos, a líder no ranking era a capital paulista. O ex-prefeito Gilberto Kassab tinha nos quadros de sua gestão 7.081 servidores sem concurso. A reportagem perguntou à assessoria do prefeito Fernando Haddad se o quadro mudou desde então, mas não houve resposta.

FOLHA DE LONDRINA

DENISE CESÁRIO
BULLYING

31 MAR 2013

Conceito novo, prática antiga

Projeto de criminalização é criticado por entidades de defesa das crianças e adolescentes

ENTREVISTA

Denise Cesário
Gerente executiva da Fundação Abrinq



*Até o presidente
dos Estados Unidos
foi ofendido
por ser negro*

*É necessário que
os responsáveis estejam
atentos para entender o
que está se passando*

CONTINUA

31 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Tanto quanto lápis e caderno, lousa e giz, o bullying está presente no cotidiano de escolas de todo o País. As intimidações e agressões recorrentes no ambiente estudantil chamaram a atenção até da classe política. A reforma do Código Penal prevê que a prática seja tipificada como crime.

O projeto que tramita no Senado classifica o bullying como "intimidação vexatória". O autor, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é punido com medidas socioeducativas, como prestação de serviços e internação. O maior pode ser condenado a até quatro anos de prisão.

A proposta, no entanto, é criticada por organizações da área da criança e do adolescente.

A gerente executiva de programas e projetos da Fundação Abrinq, Denise Cesário, defende que o diálogo, em casa ou na sala de aula, é o melhor caminho para evitar os casos de bullying. Para ela, não é recomendável criminalizar a atitude de um menor de idade.

A prática do bullying é recente?

A prática não, já o conceito sim. O bullying significa ter uma atitude considerada de "valentão". Então quando a gente fala de bullying; estamos tratando de atos de violência física ou psicológica, que podem ser intencionais, repetidas, praticadas por um indivíduo ou um grupo, com o objetivo de intimidar ou agredir outros.

Pode ocorrer por meio humilhações, gozações e ofensas. De forma geral, o agressor ou agressora também é ou já foi vítima de violência moral ou física dentro de casa ou da escola. É

que o bullying que mais vemos ocorre na escola. Hoje todos os atos que ocorrem no contexto de escola são caracterizados como bullying. O conceito de bullying é novo, a prática não.

Por que a repercussão dos casos cresceu nos últimos anos?

A prática do bullying existe em toda sociedade que tem violência no seu contexto. Grande parte das pessoas devem ter sofrido isso em algum momento da vida. Ocorre que hoje a gente percebe a prática de violência no contexto escolar porque é mais observada por professores e comunidades.

Existe um grupo ou indivíduos que são vítimas preferenciais?

Quando olhamos para o contexto na escola, o bullying é praticado contra as populações mais excluídas, como os homossexuais, negros, crianças portadoras de necessidades especiais. Mas em toda a sociedade existe este tipo de agressão. Estamos falando de uma espécie de assédio moral e físico que acomete gente de todo o tipo, de toda idade e de qualquer lugar. Até o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, durante sua campanha presidencial, foi ofendido por ser negro. Isso é racismo, mas também é um tipo de bullying. É que o termo está mais ligado à questão escolar.

As vítimas de hoje podem transformar-se em agressores no futuro?

O que a gente está dizendo é que a violência gera violência. E isso é fruto de uma sociedade violenta. Como é que a gente combate este tipo de comporta-

mento? O que é reflexo de uma sociedade violenta? Aquilo que é aprendido em casa, na escola, o que você vê na televisão, na sua cultura social. Todos estes espaços são essenciais para mudar esta realidade. E conscientizar crianças e adolescentes sobre as diferenças é papel das escolas e famílias, trabalhar numa perspectiva da não violência.

A criminalização do bullying pode ser uma solução?

Pelo contrário. Para a gente alterar este cenário de bullying não é a partir de um processo de criminalização, definindo como crime de intimidação escolar no Código Penal. Não é através de uma legislação que vai punir, penalizar crianças e adolescentes, que vamos resolver esta situação. Até porque o bullying também ocorre do aluno para o professor, e vice-versa. Entendemos que não é a medida adequada para o tratamento da questão. Que este projeto não contribui de forma nenhuma para a resolução da questão, pelo contrário, ele ainda vem para tentar criminalizar crianças e adolescentes por atos que podem ser tratados de outra forma.

É uma prática então que não se restringe apenas a crianças e adolescentes na escola?

É uma prática que ocorre dentro de um ambiente específico. Pode ser na escola, no trabalho, dentro da própria família. O que temos que mudar é a perspectiva de abordagem do assunto. Dentro do ambiente escolar, por exemplo, é não criminalizar os adolescentes, não vejo isto como a solução. Para isso precisamos trabalhar por uma cultura da não violência.

CONTINUA

Não seria necessária uma punição, mas sim uma forma de como abordar melhor a questão?

O que a gente precisa é começar a discutir isso no contexto da escola porque a criança, o adolescente, o professor, quem está no ambiente de uma escola, precisa de diálogo sobre o problema. Entender a raiz de tudo isto. O entendimento de que as coisas se resolvem sem violência. Precisamos mostrar isso para crianças e adolescentes, que através de um diálogo pode se chegar na resolução de problemas. Além disso, trabalhar a perspectiva da diversidade. Independentemente da cor, se sou negra, amarela, homossexual, bissexual, gorda, portadora de necessidades especiais, de cabelo encaracolado. Ou seja, cada ser humano é único e precisa ser respeitado. Precisamos romper alguns aspectos sociais que levam a esta concepção da prática da violência, vencer estes fatores.

Tudo isso acaba alterando o comportamento de toda a sociedade, mas como promover esta mudança?

A gente só consegue mudar um cenário de violência se enfrentarmos a raiz do problema. É necessário um amplo diálogo dentro deste contexto nos mais diversos setores da sociedade. Não é fácil e não será, mas é preciso iniciar essa discussão.

Existem casos em que ocorre uma dificuldade de se detectar que uma criança é vítima de bullying? Nestes casos, ela própria tem medo de sofrer alguma repressão e por isso não reclama da situação ou ela mesma não percebe que está sendo agredida? Tem como avaliar isto?

Tem como perceber. Tanto a criança quanto o adolescente têm formas de mostrar quando algo está errado. Mudança de comportamento, agressividade, depressão são sinais de que algo não está bem. É necessário que os responsáveis estejam atentos, dialogando, para entender o que está se passando. E aí, detectado algum problema em relação à escola, é preciso que a família vá até a escola para que tudo seja resolvido, para que as providências sejam tomadas.

E quando o problema está dentro de casa e a criança ou adolescente se torna agressivo ou pratica o bullying na escola. Como fica esta situação?

Quando falamos neste contexto, entramos no debate da violência doméstica, que pode ser física, psicológica, pode ser negligência. Também é papel do professor observar o comportamento desta criança e deste adolescente, quando se dirige à escola. Temos que ter um processo que precisa ser compartilhado. Os pais têm que cooperar com a escola, como a escola precisa cooperar com as famílias.

Crianças e adolescentes que têm um comportamento alterado estão sempre tristes, inseguras ao extremo e com deficit de atenção, tudo isso precisa ser investigado. E o olhar atento do professor pode levar à identificação de que esta criança ou adolescente estava sofrendo uma violência dentro de casa e, de alguma maneira, agindo diferente com seus colegas e professores. A violência física vai transformar de uma maneira geral, numa criança ou adolescente numa pessoa violenta. No caso da violência psicológica é mais difícil. São sinais que são diferenciados e cabe ao professor também observar isto.

Quando os alunos são agressivos dentro da sala de aula, evitam participar das atividades, o que pode ser feito?

É necessária a investigação do problema, uma conversa com o coordenador pedagógico, com os responsáveis, chamar para uma reunião. Tentar verificar a raiz do problema, porque expulsar o aluno não é a solução. Agora é claro que casos extremos existem e precisam ser resolvidos. No geral, a questão pode ser resolvida no contexto da escola com a família. Se é percebido que o problema está na família, é necessário verificar a situação da criança com os pais e encaminhar para os órgãos responsáveis.

FOLHA DE LONDRINA

'Faculdade não prepara para Exame de Ordem'

Recém-formados apontam descompasso entre o que é ensinado na universidade e o que é exigido na prova

31 MAR 2013

12 candidatos da FLP foram aprovados.

'Medida paliativa'

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular apontou, em nota, que a eventual suspensão de vestibulares e de abertura de novos cursos "é uma medida paliativa e que não resolve o problema nem dos cursos de Direito nem de qualquer outro".

O fórum ponderou que o resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), um dos principais componentes do Conselho Preliminar de Curso (CPC), não pode ser usado para avaliar um curso, "já que o aluno não tem compromisso com o seu resultado", e que o conceito preliminar é falho por não condizer "com a real qualidade dos cursos" e oferecer apenas resultados comparativos entre cursos, e não atestar se eles têm qualidade ou não.

"Ademais, faz-se necessário esclarecer que as instituições de ensino superior formam bacharéis em Direito de acordo com as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação, diferentemente da OAB, que seleciona profissionais para o mercado de trabalho por meio da prova da ordem. Portanto, trata-se de dois processos distintos", apontou o fórum.

A bacharel em Direito Laís Canedo, de 24 anos, vai prestar o Exame de Ordem pela primeira vez e sentiu necessidade de fazer um curso preparatório específico para a prova.

"Tem que buscar um complemento, porque as matérias na faculdade são muito superficiais, não são suficientes. É um estudo muito amplo, não foca nos termos da prova. A faculdade não prepara para o Exame de Ordem", critica.

Natalie Lopes Martins, de 21, vai tentar o exame pela terceira vez. Ela não acredita que os altos índices de reprovação sejam reflexo da má qualidade de ensino nas faculdades, mas sim resultado de um descompasso entre o que é ensinado nos cursos e o que é exigido na prova.

"Em cinco anos, você não vê tudo o que eles pedem. Não dá tempo", explica a bacharel. "A grade (de matérias) da faculdade que eu fiz é boa. A OAB está dificultando a prova. Está muito específica. A faculdade dá uma pincelada geral na grade."

A advogada Priscila Luciene Santos de Lima, coordenadora do curso de Direito da Faculdade do Litoral Paranaense (FLP), de Guaratuba, diz que as faculdades têm dificuldades para encontrar professores de qualidade.

"Vejo um despreparo dos professores. Uma coisa é advogar, outra é lecionar. Temos dificuldade para encontrar professores qualificados. Pela concorrência na área de Direito, muitos vão para a docência. Mas a pessoa tem que ter dom para ensinar", alega Priscila, que ressalta que o desempenho na faculdade e no Exame de Ordem também depende do "interesse do aluno".

O curso de Direito da FLP foi uma das oito faculdades paranaenses que não conseguiram nenhuma aprovação no penúltimo Exame de Ordem - 14 candidatos que estudaram na instituição fizeram a prova. Priscila afirma que no exame mais recente, cujos números definitivos por Estado e instituições de ensino ainda não foram consolidados pela OAB, cinco de

31 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Biometria em Maringá

A partir do dia 3 de abril todos os eleitores de Maringá, Dr. Camargo, Floresta, Ivatuba e Paiçandu deverão comparecer ao Fórum Eleitoral de Maringá, situado na Avenida do Herval, 968, Novo Centro, para o cadastramento biométrico. Por conta disso, a Justiça Eleitoral já disponibilizou em seu sítio na internet (www.tre-pr.jus.br) o serviço de agendamento. Esse serviço permite ao eleitor escolher dia e horário de atendimento.

OPINIÃO DO LEITOR

Mordaza ao MP

Querer alijar o Ministério Público (MP) do direito de realizar investigações só pode ter um objetivo: acobertar, dificultar, atrasar e complicar todos os processos de detecção e punição de todo tipo de irregularidade. Fazemos um retrospecto dos últimos 15 anos do trabalho e dos resultados obtidos pelo MP do Paraná, especialmente em nossa cidade, uma atuação objetiva, complexa e que exigiu muita competência. Como a Polícia Civil irá absorver todo esse volume de trabalho? Com que pessoal em termos de quantidade e qualidade de seu efetivo? Será, sem dúvida, um retrocesso inaceitável. Vamos protestar e participar todos nós.

CELSO MORENO BIZARRO (empresário) - Londrina

Agente penitenciário é encontrado morto em Piraquara

Londrina - Um agente penitenciário de 47 anos, foi encontrado morto dentro da Penitenciária Estadual de Piraquara, na Grande Curitiba, na tarde de sexta-feira. Ele estava em uma sala com sinais de enforcamento. O delegado de Piraquara, Osmar Feijó, disse que as primeiras informações apontam para suicídio, mas é cedo para ter certeza. "Só depois do laudo da perícia é que vamos saber o que aconteceu." Se se confirmar a hipótese de homicídio, este será o terceiro caso na Grande Curitiba em março envolvendo agentes penitenciários.

Os juízes e as redes sociais

A vida privada parece estar sendo engolida pelos novos recursos da tecnologia da informação e da comunicação. Ao inverso do que doutrinam os velhos manuais de Direito Civil, ela não se enquadra como bem absoluto e indisponível. As redes sociais estão aí para demonstrar esta realidade. Cada um decide o que deve ser exposto publicamente. O problema ganha alguns contornos que refogem do rotineiro quando se trata de autoridades públicas, mais particularmente quando se trata dos juízes em geral.

Dos Três Poderes da República, apenas o Judiciário é um poder estritamente técnico, composto de pessoas que formam uma carreira de Estado, em sua maioria aprovadas em rigorosos certames públicos (as exceções ficam por conta do quinto constitucional e da nomeação de ministros dos tribunais superiores). Não cumprem mandato. São vitalícios. Desfrutam de garantias constitucionais que preservam a sua independência. Devem ser bem remunerados. Trabalham em regime de dedicação exclusiva. Assim, estão livres do risco de interferências de ordem política e econômica. A magistratura impõe conduta pública e privada irrepreensível. Exige-se do magistrado uma postura mais austera do que dos profissionais de outras áreas. O juiz, para a sociedade, deve ser modelo exemplar de conduta moral. Qualquer deslize gera críticas e atrai a atenção dos meios de comunicação.

Criou-se, no imaginário coletivo, uma imagem à qual o juiz deve se adaptar. Deve vestir o figurino. Os tribunais, a opinião pública e a imprensa exigem isso. Porém, a realidade está muito distante desta alegoria. Os defeitos e as imperfeições humanas, conquanto possam ser reduzidos, não desaparecem da noite para o dia quando se é investido no cargo. Os avanços dos meios de comunicação e de informação, e todas suas novas possibilidades, em razão do progresso tecnológico nessas áreas, mormente com o advento da rede mundial de computadores, provocaram verdadeira revolução de costumes. O ordenamento jurídico, as pessoas, as empresas e as instituições não estavam completamente preparados para

este fenômeno.

Uma das novidades mais recentes diz respeito às redes sociais, pelas quais se expõem, voluntariamente, nome, imagem, profissão e outras informações pessoais. Não se pode ser fiel e refém a uma dada realidade estática. Dinamismo e versatilidade são as palavras de ordem. Tudo avança e se modifica nesta vida. É necessário um mínimo de liberdade individual e mente aberta para as transformações sociais, culturais e tecnológicas. A evolução é inexorável. Não é razoável sustentar, chegando ao extremo da interferência espúria na vida privada, que os juízes não devem ter perfis em redes

socialis, porque isso contraria a discricção que deles é esperada, além de sugerir que compromete a reputação da magistratura e a da instituição que integram. Expressiva parcela (talvez a maioria) dos magistrados, incluindo aqueles dos tribunais locais e de Brasília, tem perfis públicos. Igualmente, os governadores, deputados, senadores, prefeitos, vereadores, governo federal e ministros de Estado, entre outros. Não existe norma jurídica, ainda que implicitamente por força de interpretação, proibindo o juiz de aderir à moda. A decisão cabe a ele e

não aos tribunais aos quais está vinculado.

Na condição de magistrado, não se renuncia, nem tacitamente, pela investidura no cargo, àquela porção de liberdade individual, garantida a todos pela ordem constitucional, essencial para que as pessoas possam desenvolver plenamente sua personalidade, realizando seus sonhos e objetivos de vida. Ao assumir o cargo, não cede ao Tribunal sua vida, sua alma, seus sentimentos e seus desejos mais íntimos. Não se quer de volta a inquisição. Não se deseja que juízes, do mesmo modo que os hereges, sejam queimados na fogueira da purificação e da santificação. Não se quer que haja superiores hierárquicos posicionando-se como sábios, ou como líderes eclesiais, cujas opiniões não merecem censura ou contestação, como se fossem verdadeiros portadores da sabedoria divina e derradeira.

6 Não existe norma jurídica, ainda que implicitamente por força de interpretação, proibindo o juiz de aderir à moda.

01 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP em Londrina organiza ato contra PEC 37

Diante da possibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/2011 entrar na pauta da Câmara dos Deputados neste mês de abril, o Ministério Público (MP) brasileiro intensificou a sua campanha contra a aprovação da matéria. Classificada por promotores e procuradores de "PEC da Impunidade", ela proíbe o MP de fazer investigações criminais, restringindo o trabalho apenas às Polícias Civil e Federal.

No Paraná, o Ministério Público está organizando três atos públicos, em Maringá, Londrina e Curitiba, nos dias 10, 11 e 12 de abril, respectivamente. Segundo o promotor de Justiça Jorge Fernando Barreto da Costa, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, órgão ligado ao MP, os detalhes do evento deverão ser finalizados na terça-feira. O objetivo é reforçar a campanha junto à população, especialmente o abaixo-assinado contra a PEC 37, que pode ser acessado no site do MP estadual (www.mp.pr.gov.br).

Barreto disse que a mobilização nacional, intitulada "Brasil contra a impunidade", quer mostrar que o debate vai além da legalidade sobre a quem compete a investigação. Ele afirmou que existem interesses de políticos corruptos na mudança constitucional para barrar o trabalho de promotores e procuradores. "Por debaixo dos panos a ideia me parece ser justamente travar

esse tipo de investigação realizada pelo MP." Segundo ele, "queremos manter a parceria com a polícia e contar com o melhor de todas as instituições de investigação".

Outro argumento do MP contra a PEC é a possibilidade de que os políticos teriam de interferir e até de barrar investigações conduzidas exclusivamente pela polícia. O promotor de Justiça Miguel Sogaiar, que atua na área de Defesa do Consumidor de Londrina, lembrou que as apurações de casos de corrupção envolvendo o dinheiro público podem ser prejudicadas. "Não estamos questionando a honestidade dos policiais, mas eles são vinculados ao governo e hoje se um governante não está gostando de determinada investigação ele pode afastar ou transferir um delegado."

Segundo Sogaiar, "o governante não pode afastar um membro do Ministério Público". "O máximo que pode acontecer na Procuradoria (do MP) é a designação de alguém para acompanhar", completou.

O promotor explicou que, se a PEC passar, a função do MP será aguardar a conclusão das investigações pela polícia para depois apresentar a denúncia à Justiça. "O mensalão não teria chegado aonde chegou se não fosse a investigação do Ministério Público Federal (MPF)", comparou Sogaiar. Os dois promotores de Justiça visitaram a redação da

FOLHA na última quarta-feira para divulgar as datas dos atos públicos contra a PEC.

A PEC 37 é de autoria do deputado federal Lourival Mendes (PTdoB-MA) e já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, mas o texto ainda vai ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

01 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUBERTO

Mãe e filha no TJ

Pela primeira vez, mãe e filha usam a toga no mesmo tribunal, o TJ do Rio de Janeiro. A mãe, desembargadora Letícia de Faria Sardas, que preside o TRE-RJ, atuará com a filha, Mônica de Faria Sardas.

01 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA Comissionados e administração pública

É preciso que as regras estejam bem definidas para impedir que esses cargos continuem sendo utilizados como barganha

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reforça o peso da máquina pública nacional. No ano passado os 27 Estados da Federação empregavam cerca de 105 mil pessoas em cargos comissionados. Já as prefeituras mantinham cerca de 506 mil servidores sem concurso, enquanto o governo federal empregava 4.445 funcionários na administração direta, mais 1,3 mil na indireta. É um número demasiadamente alto, ainda mais considerando a natureza dessas nomeações.

É certo que os comissionados são necessários à estrutura administrativa. Podem abrigar por um determinado período profissionais qualificados que não têm interesse em vínculo permanente com a administração pública, mas esse fator na maioria dos casos não é a regra. Infelizmente, esse tipo de cargo ainda é muito utilizado como barganha pela maioria dos administradores. Nomeiam-se afilhados políticos, correlegionários ou qualquer pessoa que possa continuar rendendo votos ou garantindo algum apoio no Poder Legislativo. Para citar apenas um exemplo, segundo a pesquisa do IBGE, em Goiás 49% dos comis-

sionados estudaram só até o Ensino Fundamental, sendo que 561 deles estão incluídos na categoria "sem instrução". Esses casos podem ser enqua-

drados na velha prática de compra de votos, uma espécie de coronelismo dos tempos modernos.

Vale ressaltar que os cargos em comissão e funções de confiança estão previstos no artigo 37 da Carta Constitucional. A redação não traz diferença entre o cargo em comissão e a função de confiança. No primeiro caso, a nomeação é baseada na simples confiança da autoridade nomeante em relação à pessoa nomeada, podendo ser atribuída a essa pessoa um conjunto de atribuições e responsabilidades. Já no segundo caso, a função de confiança deve ser atribuída a um servidor efetivo.

O que não pode continuar ocorrendo são as nomeações feitas ao bel-prazer dos administradores, sem discutir critérios ou qualificações técnicas. É preciso que as regras estejam bem definidas para impedir que esses cargos continuem sendo utilizados como barganha. Já passou da hora de a máquina pública ser tratada com mais respeito, baseada em critérios técnicos a fim de evitar desperdícios.

28 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ eleva gastos e reproduz vícios dos tribunais

Conselho sofre com processos lentos, pressões políticas, inchaço da máquina, despesas crescentes e pequenos, mas simbólicos, malfeitos

CNJ eleva gastos, mas tem problemas 'de tribunais'

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) gastou mais de R\$ 1 milhão em 2012 com mudanças de servidores. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que o auxílio-moradia subiu de R\$ 355 mil, em 2008, para R\$ 900 mil no ano passado. Ao mesmo tempo, reproduz problemas dos tribunais, como morosidade nos processos e inchaço da máquina. O CNJ diz que despesas são "resultado do desenvolvimento de programas em âmbito nacional".

Criado para combater vícios da magistratura e melhorar a gestão do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começa a reproduzir os mesmos problemas dos tribunais brasileiros. São processos que andam a passos lentos, pressões políticas, inchaço da máquina, aumento de gastos com passagens aéreas, contas de telefone e diárias, além de pequenos, mas simbólicos, malfeitos, como o uso de carro oficial por ex-conselheiros.

Dados pedidos pelo Estado com base na Lei de Acesso à Informação mostram, por exemplo, aumentos progressivos nos gastos com diárias, passagens, auxílio-moradia e ajuda de custo, como pagamento de despesas de mudança. Com pagamentos de mudanças de servidores

● Composição

Os 15 conselheiros do CNJ têm mandato de dois anos. O conselho é composto por 9 magistrados, 2 integrantes do Ministério Público, 2 advogados e 2 representantes da sociedade civil.

ou juízes convocados para trabalhar em Brasília, o CNJ gastou mais de R\$ 1 milhão em 2012.

Com auxílio-moradia para servidores convocados ou juízes auxiliares, as despesas subiram de R\$ 355 mil em 2008 para R\$ 900 mil no ano passado. Em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período, o gasto mais do que dobrou.

Os gastos com diárias praticamente quintuplicaram em quatro anos. Em 2011, o conselho despendeu R\$ 5,2 milhões com o pagamento para servidores, conselheiros e juízes auxiliares que viajaram para participar de seminários, reuniões, workshops, projetos ou para tocar as dezenas de programas do conselho.

Viagens. As despesas com passagens de avião também aumentaram progressivamente em razão da ampliação de programas. Em 2008, foram gastos R\$ 901 mil com viagens aéreas. O valor subiu para R\$ 2,3 milhões no ano passado. Mesmo quando corrigido pelo IPCA, o valor de 2008 é a metade do gasto de 2012.

Reservadamente, conforme assessores, o presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, critica a quantidade de programas e projetos abertos no conselho e que demandam gastos com passagens e diárias. De acordo com

esses assessores, Barbosa considera que os conselheiros se valem desses programas para se autopromoverem.

A lista de programas inclui ações voltadas, por exemplo, para doação de órgãos, combate ao crack e gestão socioambiental. O site do CNJ já indica a quantidade de projetos em curso no órgão. O link "Programas de A a Z" mostra que há programas na área fundiária, de saúde, meio ambiente, direitos humanos, capacitação e execução penal.

Alguns deles geraram impactos positivos e serviram para suprir lacunas nem sempre supridas pelo Executivo. No entanto, estão em compasso de espera. Um dos programas foi voltado para dar efetividade à Lei Maria da Penha. Assim que entrou em vigor, a lei foi contestada inclusive em decisões judiciais.

Os mutirões carcerários também sofreram uma paralisia. Há mais de três meses o CNJ não faz uma inspeção em presídio, mesmo com a crise que atingiu o sistema carcerário de Santa Catarina no início do ano.

Aos gastos elevados, verificados pelo CNJ em vários tribunais do País, somam-se duas novas suspeitas. Na semana passada, o Estado revelou o pedido feito pelo então conselheiro Tourinho Neto para que um colega julgasse rapidamente um processo de interesse de sua filha.

E partiu de um conselheiro a denúncia em plenário de que o CNJ estaria protegendo poderosos e punindo apenas juízes sem ligações políticas.

CONTINUA

28 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Quem tem poder alto tem dificuldade de ser punido nesse plenário”, afirmou o conselheiro Jefferson Kravchychyn, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em sessão no início do mês.

Conselho diz ter ampliado programas em âmbito nacional

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o aumento dos gastos com diárias e passagens aéreas é resultado do desenvolvimento de programas em âmbito nacional.

“Para cumprir sua missão constitucional, nos últimos anos, o CNJ tem desenvolvido diversos programas e projetos de trabalho, todos com projeção nacional, envolvendo a participação de todos os órgãos do Poder Judiciário, sejam federais ou estaduais”, informou o CNJ.

A assessoria ainda argumentou que o aumento das despesas com auxílio-moradia resulta da reestruturação do órgão e do reajuste do valor pago entre 2008 e 2012. No início deste ano, por exemplo, o CNJ elevou o auxílio-moradia de R\$ 3.384 para R\$ 4.158.

O CNJ afirmou ainda que uma instrução normativa do próprio conselho garante aos juízes auxiliares uma passagem aérea de ida e outra de volta todo mês, para o retorno à cidade de origem. O benefício é concedido aos juízes auxiliares desde novembro de 2009, segundo o órgão.

A assessoria do CNJ informou também que a quantidade de juízes auxiliares voltou a cair no final do ano passado. Em 2008, havia 12 juízes auxiliares. Em 2010, a quantidade de juízes auxiliares chegou a 22. No final do ano passado, o número caiu para 17.

Os dados são de dezembro de cada ano e não refletem a quantidade de juízes que passaram pelo CNJ ao longo do ano. Quando um presidente assume, os juízes convocados pelo antecessor deixam o cargo. Novos juízes são convocados, o que aumenta os gastos do conselho.

A assessoria de imprensa acrescentou que o uso de carros oficiais é regulado por uma resolução do próprio conselho. O texto proíbe o uso de carros oficiais para fins pessoais.

O CNJ informou que os mutirões carcerários serão retomados no próximo mês. O primeiro será em Natal, no Rio Grande do Norte. E o próximo será no Piauí em data ainda indefinida.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

28 MAR 2013

● Ajuda de custo supera R\$ 60 mil

Cada juiz do CNJ recebe ajuda de custo que pode superar R\$ 60 mil para a mudança para Brasília e tem direito a duas passagens aéreas por mês.

Ajuda de custo para juiz supera R\$ 60 mil

A convocação de juízes de todo o País para trabalhar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliou as despesas do órgão e tornou-se, para alguns, um trampolim para outros cargos. Cada juiz chamado para o conselho recebe ajuda de custo para a mudança – valor que pode superar os R\$ 60 mil e direito a duas passagens aéreas por mês para voltar à cidade de origem, mesmo que tenha vindo com a família para Brasília.

Levantamento feito pelo próprio CNJ a pedido do Estado mostra que a quantidade de juízes auxiliares que passaram pelo conselho aumentou progressivamente de 2008 para 2012. Em 2008, 19 juízes foram convocados para trabalhar no órgão em substituição a outros ou reforço de equipe. Em 2012, 36 juízes auxiliares foram chamados.

Quando vêm de outros Estados, os magistrados recebem ajuda para financiar a mudança, valor que pode chegar a três salários de magistrados a depender da quantidade de dependentes. Em 2012, os gastos com essas ajudas de custo superaram R\$ 900 mil. Para morar em Brasília, esses juízes recebem também auxílio-moradia. Em 2012, 36 juízes auxiliares receberam quase R\$ 700 mil para o pagamento de aluguel. O valor mensal, segundo o conselho, chega a R\$ 3.384,15 por magistrado.

Passagens. Além disso, os juízes auxiliares têm direito a cota de passagens aéreas para voltar para casa. O valor gasto cresceu também progressivamente nos últimos anos. Em 2009 foram gastos apenas R\$ 2.558 em passagens para juízes auxiliares. Em 2012 o valor superou R\$ 151 mil.

A esses benefícios soma-se uma prática que o conselho já regulamentou, mas que nem sempre é seguida à risca. Juízes auxiliares, inclusive do Supremo Tribunal Federal (STF), usam carros oficiais para levá-los a restaurantes, supermercados e aeroporto (mesmo que tenham recebido diária para pagamento de táxi). Seguranças e motoristas do CNJ dizem que os juízes auxiliares são os principais usuários de carros oficiais. Um deles, que assessorava o ex-ministro Carlos Ayres Britto, ficou conhecido por usar o carro para ir a bares e a shoppings.

No que deu...

Em 5 meses.

Mais de 76 mil processos de detentos em penitenciárias do Estado foram analisados por juízes do CNJ

Mutirão deu liberdade a 2,3 mil presos

O mutirão carcerário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no segundo semestre de 2011, em São Paulo, prometia analisar a situação de 94 mil detentos nas penitenciárias estaduais. Depois de cinco meses, 76.331 processos foram revisados e 2.300 pessoas, colocadas em liberdade.

Segundo o balanço do CNJ, 400 detentos foram libertados porque suas penas já estavam cumpridas ou encerradas, 1.890 obtiveram liberdade condicional e dez receberam indulto.

Além de colocar presos em liberdade, o mutirão do CNJ reconheceu benefícios pertinentes a 12,4% dos processos analisados. Foram para o regime semiaberto 5.916 (7,8% do total) detentos e para o aberto, 98 (0,12%). Os demais 4,48% correspondem a outros benefícios concedidos.

Os juízes Paulo Irion, Esmar Filho e Soraya Brasileiro Teixeira passaram por 160 instituições prisionais de São Paulo e constataram que a maioria das unidades estava superlotada e em condições insalubres, situação semelhante à encontrada em outras regiões do País.

Na ocasião, os magistrados encontraram fila de espera de cerca de 900 detentos com problemas psiquiátricos que aguardavam vaga em três estabelecimentos destinados ao cumprimento de medidas de segurança. As sugestões de melhoria foram encaminhadas às autoridades.

Vida de Lalau

O STJ teve bons motivos para negar ontem novo pedido de habeas corpus a Nicolau dos Santos Neto! Afinal de contas, que corpus ainda habeas no caso do juiz aposentado recém-encarcerado na Polícia Federal de São Paulo?

Lalau virou escombro de si mesmo! Ainda que nos últimos 13 anos tenha desfrutado do conforto da prisão domiciliar, o ex-presidente do TRT tem levado uma vida que, de certa forma, contribui para que o brasileiro ainda acredite minimamente na máxima "o crime não compensa".

Se o leitor por acaso observou nos últimos dias o ir e vir da cadeira de rodas do condenado no circuito cadeia-mansão-cadeia, responda rápido: você gostaria de ficar velho e milionário daquele jeito?

Ainda que tenha boa parte dos R\$ 170 milhões que ajudou a desviar bem guardada em algum paraíso fiscal, o chefe da quadrilha do TRT é a infelicidade em pessoa.

Descontando pela metade os males – depressão, avaria de raciocínio, pressão alta e dificuldades de locomoção – evocados por sua defesa, sobra ainda o pior dos castigos para um homem de 84 anos: a solidão.

Para os padrões brasileiros de justiça, convenhamos, Lalau está pagando seus pecados. Bem feito!

TRAGÉDIA DE S. MARIA Defensoria entra com pedido de indenização

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul entrou ontem com ação judicial para cobrar indenizações às famílias das vítimas do incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), que completou dois meses. A Defensoria quer ressarcimento por danos morais, danos morais coletivos, danos materiais e lucros cessantes. A ação é contra os donos da Kiss, o município e o Estado. O valor não foi fixado.

ACIDENTE NA PAULISTA TJ decidirá se atropelador vai a júri

O juiz Waldir Calciolari, da 25.ª Vara Criminal, declinou da competência para julgar o atropelamento do ciclista

David Santos Sousa, de 21 anos, por Alex Siwek, de 21, na Avenida Paulista, que arrancou seu braço. Dessa forma, sinaliza que concorda com

a acusação da promotoria contra Siwek por tentativa de homicídio com dolo eventual. O Tribunal de Justiça vai decidir se o crime será julgado em júri popular ou por um juiz.

241
PESSOAS
MORRERAM POR
CAUSA DO
INCÊNDIO

28 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Brincando com fogo

A exemplo do que ocorreu no ano passado com a desocupação da área de Pinheirinho, em São José dos Campos, a execução de uma ordem judicial de reintegração de posse de um terreno no bairro Iguatemi, na zona leste de São Paulo, se converteu em mais um embate político entre o PT e o PSDB e terminou em tumulto. Convocada por um juiz de Itaquera, a Troça de Choque da Polícia Militar (PM) iniciou às 6 horas a remoção das 700 famílias que ocuparam ilegalmente a área, mas suspendeu a operação no final da manhã, depois que o prefeito Fernando Haddad manifestou a intenção de desapropriar a área e o governador Geraldo Alckmin acionou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Sartori.

Haddad e Alckmin disseram que chegaram a um acordo por temer que o confronto entre a PM e os invasores resultasse em mortes. Apesar de ter sido procurado por uma comissão de moradores da área invadida na mesma semana em que assumiu a Prefeitura, a verdade é que Haddad só agiu após a atuação da PM, que é subordinada ao governo estadual.

Com isso, o prefeito saiu bem na foto. Quando acenou com uma solução politicamente correta para os invasores, prometendo declarar o terreno área de utilidade pública, Alckmin já havia sofrido o desgaste político causado por uma

operação policial sobre a qual não tinha responsabilidade, uma vez que a PM foi convocada pela Justiça para executar uma ordem judicial.

Foi uma situação semelhante à da desocupação da área do Pinheirinho, em janeiro de 2012, quando movimentos sociais, o PT e pequenos partidos de esquerda conseguiram atribuir ao governador a imagem de culpado pela remoção forçada de 1.600 famílias. O incidente foi amplamente usado nas eleições municipais de outubro pelo PT, que acabou derrotando o PSDB não só em São José dos Campos, mas em outras cidades do Vale do Paraíba – o principal reducto eleitoral de Alckmin.

A exploração política da execução de ações de reintegração de posse teve início há cerca de três décadas, quando os movimentos sociais começaram a estimular as invasões de propriedades privadas em áreas urbanas. À medida que as ocupações se repetiam, os advogados desses movimentos passaram a usar os recursos previstos pelo Código de Processo Civil para acelerar ou retardar a tramitação das ações impetradas pelos proprietários para preservar suas propriedades. O objetivo dos movimentos sociais era levar a Justiça a julgar essas ações e a autorizar sua execução no período de campanhas eleitorais, criando situações de fato que beneficiam os partidos de esquerda vinculados a ONGs e associações comunitárias e constroem prejuízos e governadores.

O cronograma da ação de reintegração da gleba do bairro Iguatemi é um exemplo dessa estratégia. O processo foi aberto em junho do ano passado. A ordem de reintegração foi emitida dois meses depois pelo juiz Jurandir Abreu Júnior. Entre o final de 2012 e o início de 2013, ele recebeu quatro pedidos de suspensão da reintegração de posse, tendo negado todos. Há um mês, reecendo a exploração política da operação, já que o embate entre o PT e o PSDB pelo Palácio dos Bandeirantes já começou, a PM pediu o adiamento da reintegração, alegando falta de efetivo. O juiz não acolheu o pedido e ordenou à PM que promovesse a reintegração.

A exploração política da execução de ações de reintegração de posse também tumultua o Judiciário, disseminando incerteza jurídica. Diante da interferência dos políticos, o juiz Jurandir de Abreu Júnior acolheu o pedido de suspensão feito pelo governo do Estado e fixou o prazo de uma semana para que Haddad assinasse o decreto de desapropriação da área. Mas, para cumprir a promessa feita aos moradores da gleba invadida, a Prefeitura terá de pagar uma quantia vultosa ao proprietário – e, se depositar esse valor, estará estimulando uma onda de invasões na cidade e no Estado, abrindo com isso um perigoso precedente para todos os governos municipais e estaduais, já que os movimentos sociais exigirão um tratamento isonômico.

29 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Para Barbosa, defesa do mensalão quer 'flexibilizar a lei'

Ministro afirma que não vai atender pedidos de advogados dos condenados que podem atrasar o cumprimento das penas

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, deixou claro que não pretende atender a pedidos de advogados dos condenados no processo do mensalão que, na prática, podem atrasar o cumprimento das sentenças. "Tem havido pedidos no sentido de flexibilizar a lei penal. Mas todos me conhecem e sabem que eu não sou de flexibilizar a lei em nenhum sentido. Todas as decisões que tomei até agora foram no sentido de aplicar a lei", declarou o ministro em entrevista na noite de quarta-feira.

Relator do processo do mensalão, o presidente do STF esteve no Rio para receber o prêmio Faz Diferença, na categoria "Personalidade do ano", concedido pelo jornal *O Globo*.

Na terça-feira passada, o ministro negou pedidos de dois condenados, o ex-ministro José Dirceu e Ramon Hollerbach, ex-sócio do empresário Marcos Valério. Dirceu pedia a divulgação dos votos dos ministros no processo antes da publicação do acórdão, prevista para a próxima segunda-feira. Hollerbach solicitou a ampliação do prazo para recursos de cinco para 30 dias depois da publicação do acórdão.

No mesmo dia, um grupo de 15 advogados de condenados protocolou no Supremo pedido de ampliação do prazo de recursos de cinco para vinte dias. "Já decidi contrariamente", afirmou Barbosa, referindo-se ao pedido de Ramon Hollerbach e indicando que seguirá a mesma linha, mantendo o prazo de cinco dias.

Questionado se haverá atraso na publicação do acórdão com as decisões de todos os ministros, o presidente do Supremo respondeu apenas: "Espero que não". Barbosa disse que, depois da publicação, certamente haverá recursos e evitou falar de prazos para a prisão dos condenados.

O ex-ministro e ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto foi premiado na categoria "País". Em discurso de agradecimento, disse que "quem chega ao Supremo não tem nem sequer direito a mau humor". "As oportunidades são tantas de arejar mentes, são tantas as chances de contribuir para a moderna idade do País que o mau humor chega a soar uma heresia", afirmou.

Joaquim Barbosa defendeu transparência na vida pública. "Não concebo a vida do Estado e seus personagens sem o controle e a vigilância da imprensa. Na minha concepção, a transparência deve ser a regra. Não deve haver mistério para aqueles que exercem atividades públicas", afirmou. O presidente do STF disse que participará, no dia 4 de maio, a convite da Unesco, de uma conferência sobre liberdade de expressão na Costa Rica.

SÔNIA RACY

Persistência

Eles não desistem. Advogados de condenados no mensalão conseguiram marcar, para terça-feira, audiência com **Joaquim Barbosa**.

Após primeira negativa do relator, farão novo pedido a ele, desta vez, pessoalmente. Querem ter acesso à ação – e entrar com recursos na sequência – ou mais tempo para analisar o calhamaço jurídico depois da publicação do acórdão.

29 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

H-Buster pede recuperação judicial

Com dívida de mais de R\$ 500 milhões, fabricante de produtos eletrônicos planeja vender uma linha de produção de TVs e notebooks

A H-Buster, fabricante de televisores, notebooks e aparelhos de som automotivo, entrou com pedido de recuperação judicial na 3.^a Vara Cível de Cotia, município de São Paulo. Com uma dívida de mais de R\$ 500 milhões, a maior parte com o sistema financeiro, a companhia encerrou o ano passado com um prejuízo de R\$ 300 milhões.

Segundo Eduardo Mônaco, advogado responsável pelo pedido de recuperação judicial, feito na semana passada, a maior parte do prejuízo acumulado veio da linha de televisores. “A linha de som automotivo é lucrativa, enquanto a de televisores é deficitária”, diz o advogado.

A empresa tem duas fábricas: uma em Manaus (AM), onde são produzidos os televisores e notebooks, e outra em Cotia, que concentra a fabricação de aparelhos de som automotivo. Dois terços dos 2,2 mil trabalhadores estão em Manaus e o restante em Cotia. No ano passado, a empresa faturou R\$ 1 bilhão com a produção de TVs, notebooks e aparelhos de som automotivo. No segmento de TVs e notebooks, a marca é tida como de produtos de segundo preço – isto é, aquelas marcas que não fazem parte do grupo líder do segmento.

Mônaco explica que a forte concorrência entre as marcas de televisores no mercado levou a uma grande redução nos preços dos aparelhos. Isso teria levado a empresa para o vermelho. Pesquisas de mercado mostram que, nos últimos 12 meses, os preços das TVs de tela fina caíram até 40%.

● perda

R\$ 300 mi

foi o prejuízo da H-Buster no ano passado

R\$ 1 bi

é a receita da empresa, que tem 2,2 mil empregados

Para reverter o prejuízo, a empresa elaborava um plano negociação com os credores. Mas o pedido de recuperação judicial foi precipitado porque houve o bloqueio das operações da companhia no mercado financeiro, capitaneado por um banco. “A empresa ficou sem liquidez neste mês, sem capital de giro para pagar os funcionários e fornecedores de componentes, liberar os componentes no porto. Estamos com as linhas praticamente paradas.”

Com a entrada de pedido de recuperação judicial, um banco decidiu tornar indisponível uma aplicação financeira feita pela companhia como quitação do empréstimo. Isso complicou a situação da empresa, que tenta agora renegociar com a instituição financeira a reversão da operação. Ao todo, a empresa tem R\$ 250 milhões aplicados no mercado financeiro, a maior parte com esse banco.

Futuro. Em dez dias, a empresa deve apresentar um plano de recuperação, depois que o juiz se manifestar sobre o pedido de recuperação judicial na semana que vem, calcula o advogado.

Já faz parte dos planos da companhia a venda da linha de produção de televisores e notebooks.

Segundo advogado, essa linha é muito moderna e está avaliada em R\$ 800 milhões. Com a venda dessa parte da empresa, seria possível quitar todas as pendências e tocar a parte lucrativa da companhia, que é a produção de aparelhos de som automotivo.

Fundada em 2003, a empresa tem origem sino-brasileira. Os dois irmãos e sócios da companhia, Guilherme e Gilberto Ho, nasceram na China, mas vivem no Brasil desde crianças.

Mônaco conta que tanto o sindicato de metalúrgicos de Cotia, ligado à Força Sindical, como o de Manaus, filiado à CUT, já foram informados da situação da empresa. Segundo ele, a demanda imediata da empresa é conseguir obter capital de giro para efetuar o pagamento do salários de fevereiro, que deveriam ter sido quitados no dia 5 deste mês.

30 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

End...

Não se comenta outra coisa no meio jurídico: o impasse em torno do inventário de **Orestes Quércia** (morto em 2010) pode chegar ao fim em breve.

Sidney e Fernando, seus dois filhos mais velhos, estariam muito propensos a entrar em acordo com **Alaide Quércia**, mulher e mãe de outros quatro filhos do político.

...of story?

Reunião nos próximos dias colocará integrantes dos dois lados da disputa frente a frente. Quércia deixou fortuna de R\$ 150 milhões – porém, estima-se que ela pode ser até três vezes maior, graças à atualização do valor dos bens em jogo.

31 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Por unanimidade, o Senado aprova a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10 que garante aos trabalhadores domésticos 17 novos direitos, igualando suas condições de trabalho às dos demais trabalhadores urbanos e rurais. A proposta deve ser promulgada em 2 de abril.

RICARDO ANTUNES

A revolta da sala de jantar

Apesar da resistência de uma classe média urbana acostumada às vantagens da era serviçal, a chaga da exploração do trabalho das domésticas finalmente está sendo reduzida no Brasil

Quando a classe trabalhadora inglesa, a partir do século XVIII, começou a lutar pelos direitos do trabalho, como redução da jornada (que atingia 18 horas por dia), salários dignos, intervalos para refeições, des-

canso semanal, férias, licença maternidade, etc, as crianças e adolescentes trabalhavam diuturnamente, sem intervalos, ao sabor dos proprietários. Pude constatar, no acervo do museu da maquinaria industrial inglesa, chamado Quarry Bank Mill, em Manchester, os caixotes minúsculos onde dormiam as crianças-operárias exploradas pela Revolução Industrial nascente, no gélido frio do norte da Inglaterra.

Em plena expansão do mundo maquinico e sua lógica produtivista, o legítimo ingresso das mulheres nas fábricas teve como "contrapartida" patronal a redução do salário da totalidade dos assalariados, homens, mulheres e crianças. E, a cada avanço em seus direitos, a grita patronal aumentava. Era como se o capitalismo fosse acabar, e ele mal estava começando...

Se a história é singular em suas distintas épocas, há algo de similar ocorrendo no Brasil do século 21, após a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas. Nossa origem escravista e patriarcal, concebida a partir da casa grande e da senzala, soube amoldar-se ao avanço das cidades. A modernização conservadora deu longevidade ao servilismo da casa grande para as famílias cidadi-
nas. As classes dominantes sempre exigiram as vantagens do urbanismo com as be-
nesses do servilismo, com um séquito de
cozinheiras, faxineiras, motoristas, babás,
governantas e, mais recentemente, perso-
nal trainers para manter a forma, valets nos
restaurantes para estacionar os carros, etc.

Como o assalariamento industrial excluiu a força de trabalho negra das fábricas (preterida em favor dos imigrantes brancos), formou-se um bolsão excedente de trabalho ex-escravo que encontrou acolhida no trabalho doméstico. E, como um prolongamento da família senhorial, manteve-se as vantagens da era serviçal. Agora, os "de cima", para recordar Florestan Fernandes, estão novamente alvoroçados com a ampliação de direitos dos "de baixo". Algo lhes incomoda neste avanço plebeu.

Com as classes médias o quiproquó é maior: os seus estratos mais tradicionais e conservadores agem quase como um espelhamento deformado das classes proprietárias e vociferam a "revolta da sala de jantar": não será estranho se começarem a defender o direito das trabalhadoras domésticas não terem os direitos ampliados. E sua bandeira principal já está indicada: são contrárias à ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas para lhes evitar o desemprego.

Nos núcleos mais intelectualizados e democráticos das classes médias, há o sentimento de que uma chaga está sendo reduzida. Percebem a justeza destes direitos sociais válidos para o conjunto da classe trabalhadora, ainda que sua conquista altere significativamente seu modo de vida. Mais próxima (ou menos distante) do cenário dos países do Norte, tende a recorrer cada vez mais ao trabalho doméstico diarista em substituição ao mensalista.

E isso aproxima setores da classe média ao home office, com suas conhecidas vantagens (flexibilidade do uso do tempo e sem perder horas no trânsito para o emprego) e múltiplas desvantagens (como a proximidade com a terceirização e a informalidade, o fim da separação entre espaço público e privado e o risco de perda de controle do tempo, entre outras). E pode incentivar especialmente as mulheres ainda mais em busca de trabalho em meio período, o que, se possibilita maior proximidade com os filhos, pode ampliar ainda mais a desigual divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva.

CONTINUA

31 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para as trabalhadoras domésticas, entretanto, a ampliação e igualdade de direitos tem o significado de uma primeira abolição. O risco de maior desemprego é claramente falacioso: primeiro porque faz tempo que elas procuram melhores qualificações para migrar para novos empregos, especialmente no comércio e serviços. É por isso que a redução da oferta de trabalhadoras domésticas vem se reduzindo a cada ano. Ao contrário, portanto, do proferido “desemprego inevitável”, a ampliação de direitos poderá até mesmo ampliar a oferta de trabalho. Uma parcela destas trabalhadoras pensará duas vezes se compensa recorrer ao call center e telemarketing, onde a burla e a informalidade também não são exceções.

Combater a informalidade que atinge mais de 70% desse contingente (dos quais mais de 90% são mulheres e mais de 60% negras) será uma bandeira decisiva dos sindicatos das trabalhadoras domésticas que devem avançar sua organização e aumentar sua força buscando a regulamentação efetiva dos direitos. E esta sim, será uma consequência importante da ampliação de direitos, que tanto incomoda aos conservadores.

●
RICARDO ANTUNES É PROFESSOR TITULAR DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO NA UNICAMP E AUTOR, ENTRE OUTROS, DE *OS SENTIDOS DO TRABALHO* (ALMEDINA, COIMBRA). SEU NOVO LIVRO, *RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL, VOL. II* (BOITEMPO), ESTÁ NO PRELO

31 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Administração. Pesquisa do IBGE revela que apenas na administração direta dos Estados havia, em 2012, mais de 74 mil servidores com indicação política, número 17 vezes maior que o existente no governo federal; vagas são usadas para barganhar apoio ao Executivo

Governadores controlam máquina de 105 mil cargos sem concurso público

A primeira pesquisa completa sobre a estrutura burocrática dos Estados, realizada pelo IBGE, revela que os 27 governadores empregavam em 2012, em conjunto, um contingente cerca de 105 mil funcionários que não fizeram concurso para entrar na administração pública. Se todas essas pessoas se reunissem, nenhum dos estádios da Copa de 2014 - nem mesmo o Maracanã - teria capacidade para acomodá-las.

Apenas na chamada administração direta, da qual estão excluídas as vagas comissionadas das empresas estatais, o número de funcionários subordinados aos gabinetes dos governadores ou às secretarias de Estado sem concurso público chega a 74.740, o suficiente para ocupar 98% do maior estádio do Brasil.

No governo federal há 4.445 servidores sem concurso em cargos de confiança na chamada administração direta, ou 0,7% do total dessa categoria. Já nos Estados, a proporção chega a 2,8%.

Gestão indireta. Na administração indireta dos governos estaduais - autarquias, fundações e empresas públicas, segundo a metodologia da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, do IBGE -, há outros 30.809 servidores comissionados não concursados, contingente que encheria metade do estádio Beira Rio, em Porto Alegre.

No governo federal, são 1.300, mas qualquer comparação é indevida, pois o conceito de administração indireta não é o mesmo nas diferentes esferas.

Líder. Do total de 105,5 mil servidores sem concurso nos Estados, quase 10% estão em Goiás. O governador Marconi Perillo (PSDB) abriga em sua burocracia 10.175 funcionários nessa situação, o que o torna líder no ranking desse tipo de nomeações em números absolutos. A Bahia, governada pelo petista Jaques Wagner, vem logo atrás, com 9.240 não concursados.

Ao se ponderar os resultados pelo tamanho da população, os governadores que saltam para a liderança do ranking são os de Rondônia, Confúcio Moura

(PMDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), com 937 e 263 cargos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Os oito governadores do PSDB controlam, em conjunto, 37,6 mil cargos ocupados por servidores não concursados. Os quatro governadores do PT, por sua vez, têm em mãos 23 mil vagas. Logo atrás estão os quatro do PMDB, com 21,6 mil.

O peso dos partidos muda quando se pondera a quantidade de cargos controlados por 100 mil habitantes. Nesse caso, o PT passa para o primeiro lugar (75), e o PSDB cai para o quinto (41).

CONTINUA

31 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Função política. Em teoria, os cargos de livre nomeação servem para que administradores públicos possam se cercar de pessoas com quem têm afinidades políticas e projetos em comum. Na prática, no entanto, é corrente o uso dessas vagas como moeda de troca. Além de abrigar seus próprios eleitores ou correligionários, os chefes do Executivo distribuem as vagas sem concurso para partidos aliados em troca de apoio no Legislativo ou em campanhas eleitorais.

“Os critérios e métodos de composição de governo que servem para a esfera federal se reproduzem nos Estados”, observa o cientista político Carlos Melo. “A grande reforma política que poderíamos fazer seria reduzir ao mínimo esses cargos, tanto no âmbito da União quanto nos Estados e municípios. Faremos? Creio que não. Não interessa ao sistema político.”

Cargos de livre nomeação também podem ser usados para atrair para a máquina pública profissionais qualificados que não têm interesse em vínculo permanente. Mas a pesquisa do IBGE mostra que nem sempre isso acontece. Em Goiás, por exemplo, 49% dos comissionados têm apenas o ensino fundamental, segundo registros oficiais. O governo diz que não controla a escolaridade

No governo federal, apenas 1,4% dos comissionados têm escolaridade até o 1º grau.

“Não podemos tirar nenhuma conclusão sobre a competência dos servidores, mas são evidentes os critérios utilizados para nomear pessoas para o serviço público”, avalia o cientista político Sergio Praça. “Em termos de estruturação administrativa, os Estados estão atrasados em relação ao governo federal.”

Levantamento em prefeituras é feito desde 2001

● A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais foi divulgada pelo IBGE pela primeira vez neste ano, mas desde 2001 o instituto avalia a estrutura burocrática dos municípios. O levantamento de 2011 revelou que as 5.565 prefeituras do País abrigam 506 mil servidores sem concurso – o equivalente a 6,6 Maracanãs lotados. Nas capitais, onde havia cerca de 22 mil não concursados há dois anos, a líder no ranking era a capital paulista. O ex-prefeito Gilberto Kassab tinha nos quadros de sua gestão 7.081 servidores sem concurso. O Estado perguntou à assessoria do prefeito Fernando Haddad se o quadro mudou desde então, mas não houve resposta.

CONTINUA

31 MAR 2013

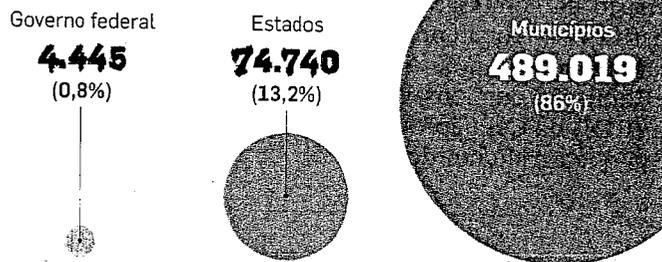
O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RETRATOS DAS MÁQUINAS

Onde estão os cargos ocupados por não concursados na administração direta*

TOTAL
568.204



A máquina controlada por cada partido nos governos estaduais

	CARGOS OCUPADOS POR NÃO CONCURSADOS	TAXA DE CARGOS POR 100 MIL HABITANTES
 PSDB	37.621	41
	22.979	75
 PMDB <small>PROGRESSO DO BRASIL</small>	21.601	72
 PSB	16.579	58
 PSD	5.549	56
 DEM	1.220	38

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

31 MAR 2013

A situação nos Estados em 2012**

	CARGOS OCUPADOS POR NÃO CONCURSADOS	TAXA DE CARGOS POR 100 MIL HABITANTES
Goiás	10.175	165
Bahia	9.240	65
Rio de Janeiro	8.781	54
São Paulo	7.747	18
Distrito Federal	6.961	263
Paraíba	5.434	142
Minas Gerais	4.453	22
Roraima	4.400	937
Paraná	3.966	37
Amazonas	3.953	110
Maranhão	3.913	58
Rondônia	3.527	222
Mato Grosso	3.474	112
Pernambuco	3.390	38
Espírito Santo	3.248	91
Pará	2.964	38
Sergipe	2.851	135
Alagoas	2.533	80
Rio Grande do Sul	2.356	22
Piauí	2.005	63
Mato Grosso do Sul	1.906	76
Amapá	1.752	251
Santa Catarina	1.596	25
Acre	1.571	207
Tocantins	1.383	98
Rio Grande do Norte	1.383	38
Ceará	750	9

A situação nas capitais em 2011**

	CARGOS OCUPADOS POR NÃO CONCURSADOS	TAXA DE CARGOS POR 100 MIL HABITANTES
São Paulo	7.081	63
Recife	5.792	375
Teresina	3.021	367
Goiânia	2.452	186
Belém	2.229	159
Rio de Janeiro	1.957	31
São Luís	1.837	179
Fortaleza	1.621	65
Belo Horizonte	1.559	65
Manaus	1.407	77
Aracaju	1.276	220
Salvador	1.062	39
João Pessoa	1.061	145
Maceió	926	98
Vitória	832	252
Boa Vista	830	285
Macapá	815	200
Natal	784	97
Campo Grande	770	97
Porto Alegre	691	49
Porto Velho	610	140
Cuiabá	495	89
Rio Branco	488	143
Curitiba	325	18
Florianópolis	299	70
Palmas	Não informado	Não informado

*Os dados federais e estaduais da administração indireta não são comparáveis, por razões metodológicas

**Administração direta e indireta

FONTE: IBGE, ESTADÃO DADOS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

31 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TJ condena loja por usar poema sem autorização

O Tribunal de Justiça do Rio condenou a loja Stroke a indenizar os herdeiros e coproprietários dos direitos intelectuais do poeta Manuel Bandeira. A empresa teria utilizado o poema *Natal*, de autoria do poeta, em seu catálogo de roupas sem autorização, além de não conceder os créditos a Manuel Bandeira. Foi utilizada ainda a obra *Quando ela passa*, de Fernando Pessoa, com atribuição errada a Bandeira.

Projeto aumenta punição para sequestro

O Plenário da Câmara vai votar nesta semana projeto de Lei que amplia a pena para sequestro ou cárcere privado, prevista no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), quando a vítima for grávida ou doente. A pena atual, de prisão de 1 a 3 anos, passaria a ser de 2 a 5 anos. A proposta é do ex-deputado Celso Russomano. Ainda pode ser votado o projeto do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) que amplia as punições para a prática de racha, estipulando pena máxima de 15 anos de prisão.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Se MP não está presente, juiz não precisa interrogar testemunha

Se o representante do Ministério Público não compareceu à audiência, o juiz não é obrigado a formular perguntas às testemunhas que a própria acusação arrolou. Afinal, ele não é um substituto ou porta-voz do MP. A conclusão é da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que manteve, no dia último dia 14, ato da juíza Patrícia Stelmar Netto, da 2ª Vara da comarca de Teutônia, que se recusou a ler os questionamentos do MP em Audiência de Instrução do fim de janeiro. O promotor do caso estava em férias. Na Correição Parcial que opôs contra o ato da magistrada, o MP sustentou que ela atuou com “error in procedendo” — o erro que se comete por não se obedecer a determinadas normas processuais —, já que a ausência do promotor foi devidamente justificada. O recurso jurídico-penal visa à correção de atos ou omissões do juiz que importem inversão tumultuária de atos e fórmulas processuais.

O MP também argumentou que os quesitos que seriam formulados às testemunhas de acusação foram previamente repassados à juíza. Assim, em face da negativa de inquirição, entendeu que foram ofendidos os artigos 201 e 203 do Código de Processo Penal (CPP). Pediu, pois, a anulação da audiência e a marcação de uma nova data para inquirição das vítimas e testemunhas do caso criminal.

“Ainda que não esteja vedado ao magistrado ordenar, de ofício, a realização de provas e diligências que entenda pertinentes à elucidação do caso, tal não vai ao ponto de substituir, na íntegra, os misteres da acusação, sob pena de violação ao princípio do devido processo legal, da imparcialidade do juiz, em afronta ao Estado Democrático de Direito”, afirmou o desembargador José Conrado Kurtz de Souza, que relatou o recurso no colegiado.

O desembargador-relator também atentou para o fato de que, se o defensor do réu é obrigado a comparecer à audiência para obter a prova que almeja, desobrigar-se o Ministério Público, titular da ação penal, desse ônus implicaria evidente afronta à “paridade de armas”.

28 MAR 2013

Projeto de lei estabelece rapidez nos julgamentos contra idoso

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que estabelece o rito sumaríssimo (caminho mais rápido para um processo de causas pequenas) no julgamento de crimes contra idoso. A proposta, de autoria da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), altera o Estatuto do Idoso para permitir a nova tramitação para crimes com penas de até dois anos. A matéria segue agora para o Senado.

Atualmente, o rito sumaríssimo é previsto apenas para crimes cuja pena seja de até quatro anos de prisão, entretanto, a Lei dos Juizados Especiais trata dos crimes com menor potencial ofensivo, classificados como aqueles com pena de até dois anos. Esses ritos são definidos no Código de Processo Penal.

“Não seria razoável que, impondo um tratamento penal mais rigoroso aos autores de crimes contra o idoso, o estatuto permitisse, ao mesmo tempo, a aplicação de mecanismos despenalizadores”, disse a deputada Sandra Rosado (PSB-RN). A deputada lamentou o fato de idosos atingidos por crimes acabarem morrendo sem ver a Justiça atuar.

Sandra Rosado argumentou que o procedimento sumaríssimo está previsto no Estatuto do Idoso para acelerar os processos de crimes contra os idosos.

01 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

TECNOLOGIA

O Juiz Roberto Portugal Bacellar representou o TJPR, participando de uma experiência inédita testada durante o curso de Aperfeiçoamento da Atividade Judicante no Pará realizado entre os dias 20 e 22 de março de 2013. Com o apoio da tecnologia, duas audiências de tentativa de conciliação, instrução e julgamento foram integralmente realizadas via digital pelo magistrado do Paraná e por um juiz de Belém, e as partes, com seus respectivos advogados, no interior do estado do Pará. A primeira experiência testada tem o potencial de revolucionar a forma de se conduzir audiências judiciais em áreas distantes dos grandes centros do Brasil.

REGIMENTO

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná aprovou na tarde de segunda-feira (25/3) a proposta de reforma do Regimento Interno, de autoria do Presidente da Corte, Desembargador Clayton Camargo, que permite que os 120 desembargadores integrantes do TJ possam concorrer aos cargos eletivos independentemente de estarem no Órgão Especial. Assim, o Presidente do TJPR, com pouco mais de um mês de mandato, cumpriu a promessa de democratizar o processo eleitoral no Tribunal. A proposta foi aprovada por aclamação, com voto vencido do Desembargador Telmo Cherem.

MAIS 25 DESEMBARGADORES

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou nesta semana em segunda discussão, a proposição do Tribunal de Justiça, que cria 25 cargos de desembargador e 175 comissionados para auxiliar os novos desembargadores. A Corte paranaense passará a contar com 145 integrantes. De acordo com a justificativa do projeto, apresentada pelo Tribunal de Justiça, a criação proposta tem por objetivo dotar o segundo grau de jurisdição de estrutura adequada para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais.

APROVAÇÃO

Em sessão ordinária do Egrégio Órgão Especial realizada no último dia 25, foi aprovada proposta do Presidente do TJPR, Desembargador Clayton Camargo, que altera o artigo 225, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. A proposta possibilita que o próprio Tribunal de Justiça, por resolução do Órgão Especial, estabeleça e altere a competência e denominação de todas as unidades judiciárias do Estado. Essa modificação propicia ao Tribunal atuação célere na adequação das unidades judiciais para atender as necessidades dos jurisdicionados.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

As juízas, Manuela Simon Pereira Rattmann (1º grau) e Sandra Bauermann (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 01 a 08 de abril. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3200-3040/ 3323-6767. imp@tjpr.jus.br

01 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ divulga lista com novos tribunais contemplados pelo projeto Eficiência

O Conselho Nacional de Justiça enviou na última segunda-feira (25/03) ofício para todos os Tribunais Federais e Estaduais informando quais os escolhidos para o Projeto Eficiência em 2013. Receberão o projeto: a 2º Vara Federal de Uberaba do Tribunal Regional Federal 1ª Região; a Vara de Execuções Penais de Guarapuava do Tribunal de Justiça do Paraná; a 3ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza do Tribunal de Justiça do Ceará; a Vara de Medidas e Penas Alternativas de Manaus do Tribunal de Justiça do Amazonas; a 16ª Vara Criminal de Maceió do Tribunal de Justiça de Alagoas.

O Edital de seleção para a participação no projeto Eficiência foi publicado em 26/02 deste ano (Edital Nº1 DMF/CNJ). Até 15 de março, foram enviados ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), que coordena o projeto, 30 formulários de inscrição de varas vinculadas a 11 tribunais (8 estaduais e 3 federais), de 13 estados diferentes.

Criado em 2011, o Projeto Eficiência tem o objetivo de garantir maior celeridade e qualidade na prestação do serviço jurisdicional cartorário, com a implantação de organização cartorária e de método e rotina de trabalho de forma racionalizada, padronizada e equilibrada. O projeto surgiu diante do diagnóstico percebido pelo DMF em muitas serventias do país. "A excessiva demanda de processos, o número muitas vezes insuficiente de servidores para atendê-la e a inexistência de métodos e rotinas de trabalho estão, quase sempre, entre as principais causas de morosidade na tramitação de processos no Brasil", explica o coordenador do projeto no DMF, Everton Bernar.

01 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Compatibilidade de horários possibilita acumular cargos

A 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal negou recurso do Distrito Federal contra uma servidora da área médica que acumula cargo de enfermeira e auxiliar de enfermagem e trabalha mais de 60 horas semanais. De acordo com a Turma, para acumulação lícita de cargo basta a comprovação de compatibilidade de horários, pois inexistente previsão legal que condicione a acumulação de cargos à determinada jornada de trabalho.

A autora ajuizou Mandado de Segurança depois de ser intimada pela Secretaria de Saúde a limitar sua carga horária de trabalho para 60 horas semanais, com base na decisão do TC-DF 2.975/2008. Alegou na ação, que a determinação da autoridade coatora fere seu direito

líquido e certo à acumulação dos cargos em questão, na forma assegurada pela Constituição Federal no artigo 37, XVI, c.

Na primeira instância, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública concordou com os argumentos da autora e concedeu a segurança. Segundo o julgador, “a decisão do TC-DF não tem o condão de se sobrepor ao disposto na Constituição Federal e na lei”.

O Distrito Federal recorreu defendendo a inexistência do direito líquido e certo da autora. Alegou questões relativas à qualidade e condições dignas de vida e apontou excesso na jornada de 64 horas semanais por ela exercida.

O relator do recurso afirmou em seu voto: “A questão da qualidade e condições dignas de vida

não pode servir de fundamento para impedir que um profissional assumira a carga horária de trabalho que julga poder cumprir. Igualmente, não se pode presumir, sem qualquer comprovação neste sentido, que o excesso de trabalho irá refletir no desempenho laboral da servidora, que vem cumprindo sua jornada de trabalho sem que a Administração traga dados consistentes de execução ineficiente do trabalho. O texto constitucional exige somente a compatibilidade de horários e não faz qualquer alusão à duração máxima da jornada de trabalho, razão por que se afigura sem propósito a imposição deste limite pela Administração Pública, como já decidido pelo egrégio Supremo Tribunal Federal (MS 26085/DF)”.

28 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STJ nega pedido de liberdade de ex-juiz Nicolau

Ele foi reconduzido à carceragem da PF após a Justiça revogar sua prisão domiciliar

O ministro Og Fernandes, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), negou ontem um pedido de liberdade apresentado pela defesa do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

Aos 84 anos, ele foi reconduzido na segunda à carceragem da Polícia Federal em São Paulo após o TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região revogar a prisão domiciliar a que tinha direito.

No habeas corpus, a defesa do ex-juiz pedia o restabelecimento de sua prisão domiciliar. A defesa ainda alega que ele já cumpriu mais de um quinto da pena, o que lhe daria direito ao benefício.

O advogado Francisco de Assis Pereira queria que o STJ aplicasse o mesmo critério dos réus do mensalão.

“Não há nenhuma condenação definitiva contra o dr. Nicolau. Se os réus do mensalão não foram presos até que haja uma condenação definitiva, por que esse critério não é aplicado ao dr. Nicolau?”

Segundo a defesa, o ex-juiz cumpre “a mais longa prisão provisória da história do Brasil”. Ele está preso há 13 anos.

O advogado vai tentar tirar o ex-juiz da PF com novo recurso, mas afirmou que dificilmente vai conseguir uma nova decisão antes da próxima semana. “Não há justificativa para mantê-lo na carceragem”, disse.

Nicolau foi condenado a 48 anos e quatro meses de prisão por causa de desvios que somam R\$ 169,5 milhões na construção do fórum trabalhista de São Paulo. Ex-presidente do TRT (Tribunal Re-

gional do Trabalho), ele dirigia a comissão de obras do fórum, em 1992.

Ao negar o pedido, o ministro Og Fernandes, relator do habeas corpus no STJ, disse que não encontrou evidenciado o direito invocado pelo advogado de Nicolau.

A revogação da prisão domiciliar pela Justiça aconteceu por supostas irregularidades cometidas pelo ex-juiz. Ele instalou câmeras de vigilância em sua casa para monitorar os policiais federais encarregados de monitorar o cumprimento da prisão.

Para o ministro Og Fernandes, essa irregularidade “não pode ser ignorada”.

A decisão do ministro é preliminar e o pedido ainda será analisado pela sexta turma do STJ, em data ainda não definida pelo tribunal.

Em 1992, o TRT abriu a licitação para construir o fórum trabalhista na Barra Funda (zona oeste da capital).

A construtora Incal venceu a licitação e se associou ao empresário Fábio Monteiro de Barros para tocar a obra.

Em 1998, uma auditoria realizada pelo Ministério Público apontou que só 64% da obra do fórum havia sido concluída, mas que 98% dos recursos haviam sido liberados.

28 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

INDENIZAÇÃO SIMBÓLICA

José Serra ganhou indenização de R\$ 1.000 por danos morais pelo "oportunismo eleitoral" do livro "A Privataria Tucana", de Amaury Ribeiro Júnior. O autor e a editora Geração Editorial foram condenados pelo juiz André Pasquale Scavone, da 10ª Vara Cível, em sentença publicada em 1º de março.

Defensoria pede indenização a sobreviventes

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul pediu ontem à Justiça o pagamento de indenização a sobreviventes e familiares de vítimas do incêndio da boate Kiss, em 27 de janeiro.

Na ação, a Defensoria responsabiliza o município de Santa Maria, onde ocorreu a tragédia, o Estado e proprietários da boate.

O valor não foi definido. O pedido envolve danos materiais, morais e coletivos, incluindo pensão e ressarcimento de despesas com atendimento médico, além de pagamento a formas de prevenção de tragédias.

O defensor Felipe Kirchner diz que todos os envolvidos estão representados. Caso saia uma decisão favorável, terão direito a benefícios.

Cada família pode tentar indenizações individuais, mas não receberá duas vezes pelo mesmo dano.

"Os que não entraram [com ação particular] ou os que suspenderem ações [já em curso] serão diretamente beneficiados pela ação coletiva", disse.

A procuradora-geral do município, Anny Desconzi, disse que aguarda a citação para se manifestar. A reportagem não conseguiu contatar o governo estadual.

Ontem, um ato com familiares de vítimas, no centro da cidade, marcou os dois meses da tragédia.

INDENIZAÇÃO 2

Na decisão, o juiz declara que "não é este o juízo que vai dizer se os fatos narrados são ou não verdadeiros". Diz, no entanto, que é "inequívoca a intenção dos réus de atingir a imagem de Serra". Scavone considera "curioso" o caráter indenizatório da ação. "Se o interesse era preservar a imagem, o pedido deveria ser de impedir a venda do material ofensivo."

INDENIZAÇÃO 3

Ao fixar a indenização, o juiz afirma ser o valor "simbólico (para fins de paraísos fiscais)", uma referência às denúncias do livro, lançado às vésperas das eleições de 2010, contra o candidato tucano à Presidência.

INDENIZAÇÃO 4

Serra e os réus devem recorrer da decisão. "O livro foi considerado ofensivo, mas entramos com recurso para ampliar a condenação", afirma Ricardo Penteado, advogado do tucano. "Também vamos recorrer. Para nós, R\$ 1.000 é muito", diz o editor Luiz Fernando Emediato.

29 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Programa de proteção a menor está no limite

Lançada há 4 meses, iniciativa tem 70% das vagas preenchidas e Estado afirma que pode rever metas e recursos

Secretária da Justiça diz que ninguém ficará sem atendimento; hoje são 84 casos e 44 em análise, para 120 vagas

JAIRO MARQUES
DE SÃO PAULO

Em apenas quatro meses de existência em São Paulo, o programa que visa dar proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte no Estado já preencheu 70% das vagas previstas para todo o ano.

Hoje, já são 84 atendidos. Somados os 44 casos ainda em análise, a iniciativa fica deficitária e deve exigir revisão de metas e recursos.

A maioria dos casos incluídos no Ppcaam —sigla do programa— são de jovens com algum tipo de envolvimento com o tráfico de drogas, 80%.

Adolescentes que serviram como “aviõezinhos” de traficantes e querem deixar a criminalidade, mas são alvos de ameaças, são exemplos do público amparado.

Os outros 20% que estão recebendo apoio, até agora, são vítimas de violência se-

xual, inclusive praticada por algum membro da família. Os relatos mais comuns nesta modalidade são de padrastos que violentam enteadas e que, quando denunciadas, passam a prometer vingança.

Implantado em novembro de 2012, a expectativa da Secretaria da Justiça do Estado com o programa era dar novas condições de vida para até 120 crianças ou adolescentes, juntamente com seus familiares, e investir, com recursos estaduais e federais, cerca de R\$ 1,4 milhão.

“Os números são reflexos da grande eficiência do programa. Posso garantir que nenhuma criança ou adolescente ameaçado vai ficar desatendido”, disse a secretária da Justiça, Eloisa de Sousa Arruda.

“Havendo necessidade, va-

mos pedir ampliação de recursos ao governo estadual, ao federal”, completa.

PROTEÇÃO POLICIAL

Uma comissão formada por juristas e especialistas em infância e adolescência analisa todos os casos que são encaminhados ao programa pelos conselhos, Ministério Público, autoridades judiciais ou pela Defensoria Pública.

Quem passa a integrar o programa recebe proteção policial 24 horas por dia e precisa seguir regras rígidas de comportamento.

Segundo a secretária da Justiça, as crianças e os adolescentes incluídos, até agora, são todos vulneráveis economicamente. Os que tinham relação com o tráfico foram aliciados, em sua maioria, na porta da escola.

Jovens com até 21 anos também podem ser atendidos pelo programa do Estado, desde que tenham saído de algum sistema socioeducativo, como a Fundação Casa.

Todo o processo de atenção a crianças e adolescentes protegidos é feito por uma ONG cujo nome fica em sigilo por questões de segurança.

“ Havendo necessidade, vamos pedir ampliação de recursos ao governo estadual e ao federal

ELOISA DE SOUSA ARRUDA
secretária da Justiça

CONTINUA

29 MAR 2013

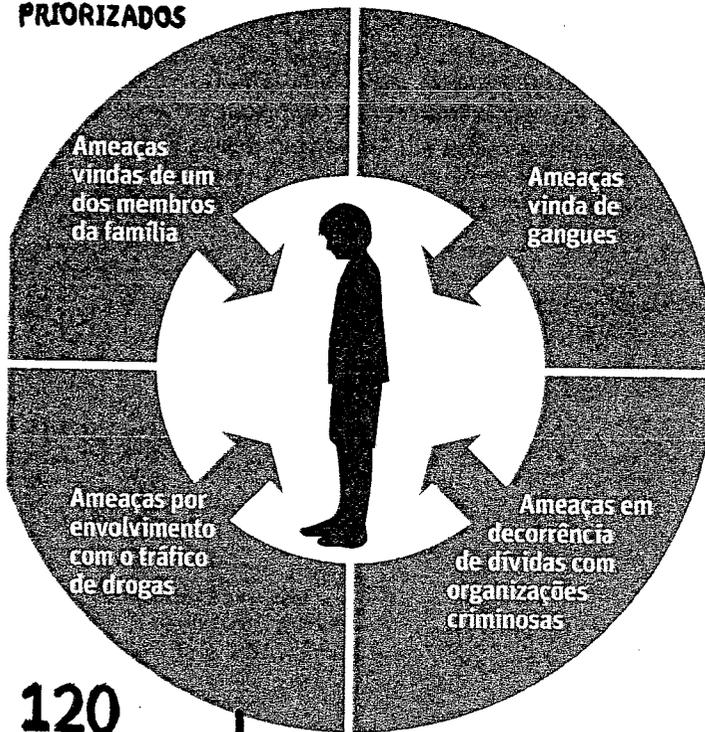
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

COMO FUNCIONA O PROGRAMA DE PROTEÇÃO

Alvos são crianças e adolescentes em situação de risco

CASOS PRIORIZADOS



120
é o número de vagas no Estado

70%
foram preenchidos

80%
dos casos são relacionados ao tráfico de drogas

DURAÇÃO

O programa pode durar até um ano, renovável por mais, de acordo com a gravidade do caso

O PROCESSO

- 1** Um órgão competente, como os conselhos tutelares, faz o pedido de inclusão no programa
- 2** A criança ou adolescente recebe segurança, imediatamente
- 3** Uma comissão, formada por vários órgãos públicos, analisa o grau de ameaça e decide se a vítima deve ser protegida
- 4** Dependendo do caso, a vítima, juntamente com a família, é deslocada para outra cidade
- 5** Tanto a família como a vítima precisam concordar com uma série de regras de segurança, incluindo limitação de comunicação

- 6** Durante o período de proteção, os incluídos recebem assistência médica, social, psicológica e financeira

29 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Folha faz debate sobre reforma do Judiciário

SÃO PAULO - A Folha promove na próxima segunda-feira, das 19h às 21h, a segunda e última rodada de debates sobre a reforma do Judiciário.

Participam Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas (Rio); o secretário de Reforma do Judiciário, Flavio Caetano; Pierpaolo Bottini, professor de direito penal da USP; e Felipe Cavalcanti, presidente da Associação Paulista do Ministério Público. O mediador será o colunista Helio Schwartzman.

O evento será no auditório do jornal, em São Paulo.

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br ou pelo telefone 0/xx/11/3224-3473, das 14h às 19h. É preciso informar nome, telefone e RG.

30 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Leitura... Ministros do STF estimam que chegará a 10 mil páginas o acórdão final do julgamento do mensalão, incluindo os votos dos 11 ministros e as notas orais do plenário durante as longas sessões. Com esse tamanho, acham que serão raros os que vão se aventurar a ler o documento de cabo a rabo.

...dinâmica Escritórios de advocacia se armam para montar equipes para destrinchar os votos relativos aos seus clientes, mas se queixam de que não haverá como, no exíguo prazo de cinco dias, contestar todos os pontos dúbios ou contraditórios.

Revisão Muitos ministros que, em votações das "fatias" do mensalão, se limitavam a votar com o relator Joaquim Barbosa ou com o revisor Ricardo Lewandowski correm para fundamentar as decisões, para não destoar dos caudalosos votos dos colegas.

Jornalista terá de pagar R\$ 30 mil a diretor da Globo

DE SÃO PAULO - O jornalista Luiz Carlos Azenha, da Rede Record, foi condenado a pagar R\$ 30 mil por danos morais causados ao diretor-geral de jornalismo e esporte da Rede Globo, Ali Kamel. A decisão, de 19 de março, foi da juíza Juliana Benevides de Barros Araújo, da 43ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio. A defesa de Azenha vai recorrer.

Kamel moveu ação alegando sofrer perseguição pessoal no blog do jornalista. Na decisão, a juíza rejeitou o argumento de Azenha de que não quis prejudicar a imagem de Kamel.

Evento da Folha discute reforma no Judiciário

DE SÃO PAULO - A Folha promove na próxima segunda-feira, das 19h às 21h, um debate sobre a reforma do Judiciário.

Participam Joaquim Falcão, da FGV-Rio; o secretário de Reforma do Judiciário, Flavio Catetano; Pierpaolo Bottini, professor de direito da USP; e Fe-

lipe Cavalcanti, da Associação Paulista do Ministério Público.

O evento será no auditório do jornal, em São Paulo. Inscrições pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br e, na segunda, pelo tel. 0/xx/11/3224-3473, das 14h às 19h. É preciso informar nome, telefone e RG.

30 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Reformulação de poderes e funções

WALTER CENEVIVA

A extraordinária alteração da vida reclama a vinda de um novo Montesquieu, que separou os três poderes

MESMO O leitor mais distante dos livros sabe que o brasileiro é submetido a três instituições ou pessoas que tocam a máquina governamental. São os que mandam, os que não mandam tanto, mas fazem uma parte das leis, e os que não mandam, nem fazem a lei e interferem na discussão dela em casos examinados nos limites da questão discutida.

O quadro geral das matérias enfrentadas pelo Estado se multiplicou. Tornou a multiplicar-se desde a segunda metade do século 20, com tempo curto, muito curto, para absorção de tantas alterações, como nunca houve na história do ser humano sobre a Terra. A sistematização dos poderes partiu, porém, de Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu, em 1748, com a tripartição dos poderes. Montesquieu defendeu o equilíbrio entre os três ramos da governabilidade, mas, de lá para cá, a tripartição foi substituída. Há um poder (o Executivo generalista) e duas funções setoriais (o Legislativo e o Judiciário).

O equilíbrio interno do Estado foi distorcido em favor do Executivo, graças ao domínio da máquina (e, portanto, do cofre). Pode privilegiar ou sacrificar interesses da cidadania, que a favoreçam ou não. Na atual pré-campanha eleitoral antecipada, o desequilíbrio aparece com clareza. Compreende-se, nos que

mandam, a percepção de que podem trocar vantagens ou posições com os outros, acentuando seu domínio.

É razoável a pergunta: como ficam as relações entre os dois grupos que não mandam e deles com o grupo que manda? Se o cálculo não erra, posto o sistema entre o sol e a Terra, resultará no eclipse total no direito dos desprovidos de força para intervir na criação das leis e na execução delas. A maior parte da população tem problemas sérios ao negociar seus interesses em face do Poder Executivo e aí estão os desapropriados e os caloteados para espelhar a verdade.

A esperança da solução a ser obtida, no dia a dia da Justiça, não parece auspiciosa. O tempo normal entre o acionamento inicial da máquina judiciária e o pronunciamento final dos processos não é compatível com a prestação da Justiça. Duas constatações são importantes. A culpa dos atrasos do Judiciário não se concentra apenas em sua conta de débito. A operação da máquina estatal tem encontrado no poder que legisla normas que facilitam o calote, sem limites.

O problema acrescido ganha força, quando chegamos ao ato final de nomeação dos que julgam. É praticado pelos que mandam. Claro que há intervenientes na escolha, pelos órgãos dos dois outros segmentos, mas o último critério é do Poder Executivo. O que lhe abre imensa margem de manobra. Opera na Repú-

blica, nos Estados e, de certo modo, até nos municípios sob os mesmos impulsos e condições.

Montesquieu levou 14 anos aprimorando seu livro "O Espírito das Leis". Não poderia prever mudanças e alterações radicais ocorridas na vida dos países e de todos — nem que tivesse vivido até 1900. A extraordinária alteração da vida, em seus aspectos individuais e coletivos, agravados por complexidade que cresce a cada dia que passa, reclama a vinda de um novo Montesquieu. O motor do carro governamental precisa de outro mecânico, para passar dos poderes formais aos fatos das funções inovadas e operativas.

FOLHA DE S. PAULO

Na Justiça, mineradoras destrayam novas áreas

Autorizações estão suspensas pelo governo há quase um ano e meio

Para voltar a investir, empresas conseguem liberação para pesquisa e lavra; escritório passa de duas para 80 ações

AGUIRRE TALENTO
DE BELÉM

Com novas autorizações suspensas pelo governo há quase um ano e meio, mineradoras estão recorrendo à Justiça a fim de conseguir licenças para pesquisa e lavra.

A opção pela via judicial resultou em ao menos cinco decisões favoráveis a empresas no Pará e em Minas Gerais, o que já provoca uma enxurrada de ações semelhantes de mineradoras.

Publicações de alvarás de pesquisa e portarias de lavra de minerais metálicos estão suspensas desde novembro de 2011, enquanto o governo federal aguarda a aprovação do novo marco da mineração.

O marco mudará a legislação do setor em pontos como a outorga de áreas de mineração. O texto está em fase final de elaboração no Planalto. Depois, será encaminhado para votação no Congresso.

Empresas estão paradas à espera de licenças do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) para tirar projetos do papel.

Essa suspensão vem travando investimentos no setor em meio a um momento ruim na mineração, com queda nas exportações.

Segundo o Ibram (Instituto Brasileiro da Mineração), R\$ 20 bilhões em investimentos do setor estão estagnados por

causa disso. O DNPM do Pará calcula que o Estado tenha deixado de receber R\$ 150 milhões em pesquisa mineral em 2012 em razão da suspensão.

Mineradoras então vêm acionando a Justiça Federal para a publicação de suas autorizações. São casos que já haviam tramitado no DNPM, restando apenas a publicação final dos alvarás.

As primeiras decisões favoráveis às empresas, do início deste ano, referem-se a autorizações de pesquisa mineral. E já motivam ações semelhantes de mineradoras, mas que agora incluem pedidos de autorização para exploração — a portaria de lavra.

LIMINARES

Decisões liminares (provisórias) da Justiça já forçaram a publicação, no início deste ano, de ao menos três alvarás de pesquisa no Pará.

Em Minas, já houve duas decisões favoráveis na Justiça, que deu 20 dias ao DNPM para analisar e publicar os pedidos de pesquisa. Esse prazo judicial vence no final da próxima semana.

Um escritório de advocacia de Minas, o Mendo de Souza, que obteve duas liminares, agora estima que terá 80 ações com o mesmo objeto.

As ações identificadas pela reportagem foram propostas por mineradoras de pequeno e médio porte. Elas acusam o DNPM de omissão em razão de demora na liberação das licenças.

Para a advogada Andrea Viggiano, do Mendo de Souza, a suspensão de novas autorizações “não tem embasamento legal”

30 MAR 2013

OUTRO LADO

É preciso olhar também para o futuro, diz órgão

A regional paraense do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) afirma que a suspensão de autorizações de pesquisa e lavra de minerais metálicos no país, em vigor desde o fim de 2011, visa “dar ao país a oportunidade de discutir um modelo com maior compromisso social” para o setor.

Para o superintendente do DNPM no Pará, João Bosco, não devem ser considerados só os investimentos parados.

“O modelo que está aí é ultrapassado. O que a sociedade brasileira quer para a mineração? Investir US\$ 5 bilhões e gerar só 5.000 empregos? Ou algo que tenha um retorno social maior?”

O DNPM em Brasília orientou a reportagem a procurar o ministério (MME) para respostas sobre a suspensão.

O MME disse que as autorizações são de responsabilidade do DNPM, órgão subordinado ao ministério.

31 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

O STF e seus prazos

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, negou pedidos de advogados de réus do mensalão para estender o prazo de cinco dias que terão para apresentar seus recursos depois que a sentença for publicada, o que deve acontecer nas próximas semanas.

Por lei, o ministro não está obrigado a atender à demanda. O argumento por ele utilizado —de que os defensores já estão bastante familiarizados com o processo— não é desprovido de sentido. Ainda assim, não seria despropositado ter anuído ao pleito.

A exemplo da mulher de César, que, além de ser honesta, precisa mostrar-se acima de qualquer suspeita, Barbosa poderia ter aproveitado a ocasião para deixar absolutamente claro que não houve qualquer tipo de cerceamento à defesa nesse processo.

A essa altura dos acontecimentos, depois de sete anos de preparativos, quatro meses e meio de julgamento e quase outro tanto para a redação do acórdão, não serão cinco ou dez dias de tempo extra para as partes produzirem suas peças que farão diferença.

Embora os advogados decerto exagerem ao afirmar que será “humanamente impossível” preparar os recursos no período regulamentar, há que considerar a singulari-

dade desse processo, cuja sentença, por si só, deverá somar alguns milhares de páginas.

Como os embargos dependem muito de divergências ou contradições que possa haver no texto final, parece razoável alguma tolerância quanto a prazos. Os próprios ministros do Supremo, vale assinalar, vivem a descumpri-los. Até o fim do ano passado, mais de 2.000 ações esperavam a publicação da sentença, a maioria com o prazo vencido.

O julgamento do mensalão tem um caráter histórico. Pela primeira vez, pessoas intimamente ligadas aos governantes foram processadas e condenadas por crimes associados ao exercício do poder, no que representa um importante passo para o aprimoramento dos costumes políticos do país.

Igualmente importante: não foi uma caça às bruxas nem um juízo de exceção. Embora penas severas tenham sido atribuídas aos principais artífices do esquema, 12 dos 37 réus foram absolvidos de todas as acusações.

Os debates entre os magistrados foram francos, por vezes até rudes. Apesar da complexidade do caso, os defensores tiveram plenas condições de apresentar sua versão. Não vale a pena deixar margem para que essa condução exemplar seja posta em dúvida na reta final.

31 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Um pacto para reduzir desigualdades

BETO RICHA

É fundamental a fixação de parâmetros de correção dos custos de rolagem das dívidas estaduais condizentes com a evolução das receitas correntes

O fraco desempenho econômico registrado pelo Brasil em 2012, expresso na variação de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), colocou o país perto da rabeira do sistema global, incluindo os mercados desenvolvidos e os emergentes.

Ao contrário da argumentação preferida pelo governo federal, não se pode imputar a ausência de crescimento ao segundo tempo da crise internacional iniciada em 2008: a recessão na região do Euro.

Como alguns países em desenvolvimento, e também suscetíveis aos humores internacionais, exibiram performances satisfatórias em 2012 —Peru (6,3%), Índia (5,0%), México (3,9%) e Rússia (3,4%)—, parece prudente reconhecer a existência de motivações estruturais domésticas para a breçada dos negócios no país.

O que houve, de fato, foi o esgotamento do modelo de crescimento vigente desde 2004, assentado na impulsão do consumo das famílias e dos gastos do governo e na bonança mundial das commodities.

Outro fator que contribuiu para o esgotamento foi a maturação da primeira geração de reformas plantadas nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, com ênfase para a liberalização comercial e financeira, as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal e os programas de inclusão social.

De outra parte, não há como negar falhas no encaminhamento, no Congresso Nacional, de uma pauta federativa para a revisão, aperfeiçoamento e atualização das regras de divisão dos haveres tributários nacionais e para a redefinição de atribuições entre União, Estados e municípios.

É necessária a reformulação e modernização do arcabouço de impostos. É preciso estabelecer procedimentos contemporâneos para a construção e distribuição espacial do Fundo de Participação dos Estados (FPE) —aliás, exigência do Supremo Tribunal Federal que venceu no final de 2012.

É fundamental a fixação de parâmetros de correção dos custos de rolagem das dívidas estaduais mais condizentes com a evolução das receitas correntes.

Lembremos que as alterações introduzidas desde 1993 no sistema de impostos promoveram a elevação contínua da carga da União, sem a necessidade de partilha com Estados e municípios.

Figuram aí, como ícones, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), depois transformado em CPMF, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo Social de Emergência (FSE), mais tarde Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e quase que eternizado na peça orçamentária como Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Com isso, o governo federal recuperou com sobras a perda de 14% das receitas de IPI e IR para Estados e municípios, conferida pela Constituição de 1988, e conseguiu abocanhar, novamente, mais de 60% do bolo tributário do país.

Por tudo isso, a recente derrubada pelo Congresso Nacional do veto presidencial ao consistente e equânime projeto de repartição dos royalties do petróleo pode representar a primeira tarefa da obra de reconstrução de um novo marco institucional da nação.

Cabe aos governadores a mobilização das bancadas federais para um novo pacto federativo. E par que, de maneira soberana, o Poder Legislativo não se curve às pressões concentradoras e volte a defender a bandeira do desenvolvimento econômico e social do país.

Que o avanço seja sempre baseado na redução das desigualdades regionais, a partir dos esforços de descoberta de fatores de mudança e de oportunidades brotados de Estados e municípios.

BETO RICHA (PSDB) é governador do Paraná

31 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Folha faz rodada final de debates sobre reforma do Poder Judiciário

DE SÃO PAULO—A **Folha** promove amanhã, das 19h às 21h, a última rodada de debates sobre a reforma do Poder Judiciário.

Participam Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da FGV-Rio; o secretário de Reforma do Judiciário, Flavio Caetano; Pierpaolo Bottini, professor de direito penal da USP; e Felipe Cavalcanti, presidente da

Associação Paulista do Ministério Público. O mediador será o colunista Helio Schwartzman.

O evento será no auditório do jornal, em São Paulo.

As inscrições serão pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br e, amanhã, também no telefone 0/xx/11/3224-3473, das 14h às 19h. É preciso informar nome completo, telefone e RG.

ELIO GASPARI

CHAFURDEMOS

Chafurdando na notícia, o repórter Felipe Recondo descobriu que em 2012 aconteceram as seguintes gracinhas no Conselho Nacional de Justiça:

— Em 2012 o CNJ gastou mais de R\$ 1 milhão com mudanças de servidores e juízes.

— A conta da Bolsa Moradia pulou de R\$ 355 mil em 2008 para R\$ 900 mil no ano passado.

— No mesmo período as despesas com diárias de viagens quintuplicaram, chegando a R\$ 5,2 milhões. As despesas com passagens (R\$ 2,3 milhões) duplicaram.

— Nove fora o fato de três ex-conselheiros servirem-se de carros oficiais. (Na Corte Suprema dos Estados Unidos só quem tem essa mordomia é o presidente da corte, no exercício do cargo.)

Há poucas semanas o ministro Joaquim Barbosa, que assumiu o CNJ em novembro passado e portanto nada teve a ver com isso, mandou Recondo “chafurdar no lixo, como você faz sempre”. Depois desculpou-se, por intermédio de sua assessoria.

Chafurdemos todos.

PAINEL

Câmera lenta Na volta do feriado, ministros de tribunais esperam que Dilma Rousseff decida sobre as indicações paradas para a Justiça desde o ano passado. Além da vaga de Carlos Ayres Britto no Supremo Tribunal Federal, há três listas para cadeiras no Superior Tribunal de Justiça sobre a mesa.

Gaveta cheia Além das indicações para os tribunais superiores, a presidente tem de deliberar sobre mais de 30 promoções de juízes para tribunais federais e eleitorais. Mais: outro ministro do STJ se aposentará em julho.

01 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Dívidas judiciais de cidades e Estados já passam de R\$ 90 bi

Milhares de servidores e vítimas de desapropriações esperam muitos anos pelo pagamento de precatórios

Para não quebrar os Estados, Supremo pode modular abrangência da decisão que ordenou pagamento em um ano

“Ainda bem que Deus não quis me levar até agora”, diz a dona de casa Isaura Soares de Siqueira, 90, ao falar sobre a espera de mais de 26 anos para receber o dinheiro que o governo estadual deve a ela após a Justiça reconhecer uma diferença salarial devida ao marido já morto.

O marido, um policial militar, havia pedido ao Judiciário o pagamento de um adicional previsto na lei. A notícia da vitória na ação chegou à casa de Isaura no dia do enterro dele. Agora, ela e seus nove filhos aguardam o pagamento que, com correções, já passa de R\$ 700 mil.

“Quando receber, vou pagar a operação no joelho da minha filha que sofre de artrite e vou ajudar meus filhos que ainda têm que pagar aluguel”, conta a dona de casa.

A situação de Isaura também é vivida por milhares de funcionários públicos e pensionistas que ganharam na Justiça, tiveram seus créditos formalizados nos títulos chamados de precatórios, mas ainda não levaram.

Segundo Tribunais de Justiça consultados pela **Folha**, servidores que não receberam as verbas salariais previstas em lei formam o maior número de titulares de precatórios no país. Outro grupo relevante é o de donos de terrenos desapropriados que não aceitaram o valor pago pelo Poder Público.

O fato de muitos governantes terem ignorado a máxima de que “decisão judicial não se discute, cumpre-se” levou Estados, municípios e autarquias a acumularem dívidas que já somam mais de R\$ 90 bilhões, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

Como esse passivo já era altíssimo em 2009, o Congresso aprovou a Emenda 62, que autorizou o parcelamento dessas dívidas em até 15 anos.

Porém, no último dia 14 o STF (Supremo Tribunal Federal) declarou inconstitucional essa permissão. Com isso, vai voltar a valer regra anterior, que estipulava o prazo de um ano para pagamento.

A decisão preocupa Estados, municípios e autarquias que têm dívidas muito altas em relação à receita líquida anual. Se a conta vier para quitação em um ano, suas políticas públicas e investimentos ficarão comprometidos.

A **Folha** fez um levantamento nas contas das unidades da Federação e apurou que a situação de endividamento com os precatórios é grave em vários locais. No Distrito Federal, por exemplo, chega a quase 30% da receita corrente.

“A sociedade de cada Estado e município deveria investigar quando seus governantes tomaram a decisão política de parar de pagar em dia os precatórios e deixaram que grandes passivos fossem acumulados”, diz o procurador-geral do município de São Paulo, Celso Coccaro.

Coccaro cuida do passivo de precatórios de mais de R\$ 17 bilhões da prefeitura paulistana, que praticamente empata com a dívida do Estado de São Paulo. O valor equivale a 56% da receita líquida da cidade em 2012. “O passivo é equivalente a quatro anos de investimentos da prefeitura”, diz Coccaro.

O respiro para as administrações pode vir do próprio STF. É que o ministro relator da ação contra os parcelamentos, Luiz Fux, vai propor uma discussão sobre a abrangência da decisão.

O STF poderá decidir, por exemplo, que as dívidas anteriores ao julgamento ainda poderão ser parceladas, por algum período, e a regra da quitação em um ano vai valer para os novos precatórios.

CONTINUA

01 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O tribunal poderá também declarar que algumas regras da Emenda 62 consideradas positivas pelos credores poderão continuar vigorando.

A própria autora da ação contra os parcelamentos, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), deve sugerir ao STF alternativas para evitar o caos financeiro nos Estados.

A secção paulista da OAB já propõe que o STF dê prazo de cinco anos para o pagamento de precatórios antigos.

o FANTASMA DOS PRECATÓRIOS

Dívidas com títulos chegam a mais de 20% da receita líquida anual dos Estados

OS ESTADOS MAIS ENDIVIDADOS EM 2012*

	Total de precatórios, em R\$ bilhões	O que representa da receita corrente do Estado, em %
Distrito Federal	4	28
Piauí	1,2	22,2
X Paraná	4,6	20,9
Rondônia	0,9	19,3
Rio Grande do Sul	4	17
Paraíba	0,9	15,6
São Paulo	13	11,3
Rio de Janeiro	4	9,9
Bahia	2,1	9,8
Mato Grosso do Sul	0,6	9,8

OS MUNICÍPIOS MAIS ENDIVIDADOS EM 2011**

	Total de precatórios, em R\$ bilhões	O que representa da receita orçamentária do município, em %
São Paulo (SP)	17	52,7
Guarulhos (SP)	1	37,5
Guarujá (SP)	0,3	36,5
Diadema (SP)	0,2	26,8
Pelotas (RS)	0,1	23,8
Cotia (SP)	0,1	22,1
Vila Velha (ES)	0,1	21,8
Itaquaquecetuba (SP)	0,07	19,3
Marília (SP)	0,09	18,5
Rio Branco (AC)	0,08	16,3

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FRANÇOIS E. J. DE BREMAEKER

ANÁLISE

Única alternativa é converter dívida em operação de crédito especial

01 ABR 2013

Os precatórios representam créditos a pessoas físicas e jurídicas devidos pelo poder público a partir do trânsito em julgado de ações judiciais. Acontece que o pagamento dos precatórios sempre foi adiado sob a alegação da falta de recursos financeiros, sendo que em muitos casos eles vêm se acumulando por mais de uma década. Em 2011 os municípios deviam R\$ 23,7 bilhões em precatórios, o que correspondia a 6,42% das suas receitas.

Recentemente o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu acabar com os leilões e parcelamentos de precatórios, julgando inconstitucionais dispositivos da EC nº 62, o que obrigaria o seu pagamento imediato.

E qual é a situação dos municípios? Eles apresentam realidades bastante distintas. Cada caso é um caso, não se pode generalizar. Segundo levantamento do Observatório de Informações Municipais, 84% dos municípios não possuíam dívidas com precatórios. O problema está nos outros 16%. São quase 900 municípios.

Mais da metade (59,88%) não teria grandes dificuldades em pagar, vez que os débitos não ultrapassam 2% da receita. Outros 18,58% poderiam fazê-lo de dois a três anos, pois devem de 2% a 5% da receita. Para 10,36% deles a situação é mais difícil, pois o débito varia de 5% a 10% da receita.

Os 11,18% restantes (83 casos) deverão, sem dúvida, ter um tratamento diferenciado. Devem mais de 10% da receita anual. Pagar os débitos comprometerá suas finanças por muito tempo e inviabilizará qualquer tipo de investimento. Os casos extremos são o município de São Paulo, que devia 52,67% da receita (R\$ 16,9 bilhões) e Porecatu (PR), que devia 133,14%.

Para que a população desses municípios não se veja prejudicada, a única alternativa seria transformar a dívida dos precatórios numa espécie de operação de crédito especial, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou então os credores continuarão aguardando por anos e anos a perder de vista.

FRANÇOIS E. J. DE BREMAEKER é economista e geógrafo da Associação Transparência municipal

01 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Folha faz rodada final de debates sobre reforma do Poder Judiciário

DE SÃO PAULO - A Folha promove hoje, das 19h às 21h, a última rodada de debates sobre a reforma do Poder Judiciário.

Vão participar do evento Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio; o secretário de Reforma do Judiciário, Flavio Caetano; Pierpaolo Bottini, professor de direito penal da USP (Universidade de São Paulo); e Felipe Cavalcanti, presidente da Associação Paulista do Ministério Público. O mediador será o colunista Helio Schwartsman.

O evento será no auditório do jornal, em São Paulo.

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br e também pelo telefone 0/xx/11/3224-3473, das 14h às 19h. É preciso informar nome completo, telefone e RG.

Participaram da primeira rodada de debates sobre a reforma do Judiciário, realizada no último dia 25 de março, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, a pesquisadora Maria Tereza Sadek, o ex-secretário de Reforma do Judiciário Sérgio Renault e o corregedor-geral do Tribunal de Justiça de São Paulo José Renato Nalini.

28 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Voltando atrás

A Câmara Municipal de Colombo (região metropolitana de Curitiba) aprovou ontem, por 15 votos a 3, a anulação de um decreto aprovado pela própria Casa, em 2009, que desaprovava as contas da prefeita **Beti Pavin** (PSDB) relativas ao exercício de 2001. Com a medida, Pavin poderá se livrar de processo de cassação de sua candidatura que tramita no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que tem como base justamente a rejeição de suas contas pelos vereadores. A votação foi viabilizada graças à decisão do presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Cleyton Camargo, que cassou uma liminar concedida em fevereiro à vereadora Professora Michele (PT).

TRF

A Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Tribunais Regionais Federais promoverá um ato público na próxima terça-feira, dia 2 de abril, às 11 horas, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, em Brasília. A PEC 544/2002, que cria TRFs no Paraná, na Bahia, no Ceará, em Minas Gerais e no Amazonas, aguarda votação em segundo turno e poderá ser incluída na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados na próxima quarta-feira.

Nesse mesmo dia, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) tem agendado um encontro com o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer, para discutir o assunto. “São muitos os casos em que as dificuldades de mobilidade no território nacional desestimulam o indivíduo a procurar por seus direitos”, diz Sérgio Souza, que é o coordenador da Frente Parlamentar no Senado e também é autor da PEC 42/2012, que cria um TRF no Paraná.

28 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

VIRGÍNIA SOARES DE SOUZA se apresenta ao Tribunal do Júri

Determinação é que médica acusada de mortes em UTI do Evangélico compareça uma vez por mês diante da Justiça

A médica e ex-chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico de Curitiba, Virgínia Soares de Souza, de 56 anos, se apresentou ontem, ao Cartório Judicial da 2ª Vara do Tribunal de Júri da Capital do Paraná para cumprir uma obrigação de comparecimento mensal que lhe foi imposta pelo juiz Daniel Surdí de Avelar, responsável pela liberação dela no dia 20 de março, depois de ter sido presa em 19 de fevereiro. Virgínia é acusada de homicídio qualificado e formação de quadrilha.

O Ministério Público (MP) paranaense, porém, entrou com recurso para que Virgínia — acusada, com mais sete pessoas, de matar pacientes em uma UTI do Hospital Evangélico — volte para a prisão. Mas de acordo com o advogado da médica, Elias Mattar Assad, a apresentação foi realizada nesta quarta-feira (ontem) por precaução. "Esta apresentação referente ao mês de março foi feita nesta quarta-feira por cautela da defesa, pois, após as 18 horas, iniciase o recesso judiciário de feri-

ado de Páscoa. Feita a apresentação e extraída a certidão, encerrou-se a cerimônia judicial", afirmou, em nota.

O MP também pediu ao Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) a instauração de um inquérito para investigar os ex-diretores do Hospital Evangélico. A entidade alegou não ter sido comunicada oficialmente e não se pronunciou a respeito do novo processo.

Além das sete mortes que originaram o indiciamento de Virgínia e mais sete pessoas, a médica é suspeita de ter provocado a morte de mais 21 pessoas, cujos prontuários estão sendo analisados. Na terça-feira, o presidente da Associação de Medicina Intensiva (Amib), José Mario Telles, disse, por meio de nota, que a situação deveria ter "uma avaliação ou declaração de um especialista em medicina intensiva independente, solicitada pelo juiz, pela promotora ou pela auditoria do Ministério da Saúde, que tivesse uma visão completa dos casos", concluiu.

Na terça-feira o Conselho regional de Medicina no Paraná (CRM-PR), também emitiu nota, onde diz que espera a conclusão das auditorias iniciadas pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com o Ministério da Saúde. Só então a entidade vai se manifestar oficialmente sobre o caso. Na nota, o CRM diz que não quer emitir juízo de valores nem éticos enquanto as investigações estão em curso.

28 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

STJ nega pedido de liberdade a Nicolau

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou ontem liminar em habeas corpus pedido em favor do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, conhecido por "Lalau". No entender do ministro, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), ao decidir pela prisão do condenado, "agiu dentro das possibilidades legalmente admitidas, diante do que considerou comportamento desviante do paciente - que se transmudou em fiscal do fiscal, no cumprimento da prisão domiciliar - possível de comprometer a eficácia da atividade processual".

Nicolau foi condenado, junto com ex-senador Luiz Estevão, pelo desvio de R\$ 169 milhões da obra de construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. No habeas corpus, a defesa do ex-juiz pedia o restabelecimento de sua prisão domiciliar, revogada pelo TRF3, que determinou o retorno do ex-magistrado à prisão.

Para o ministro Og Fernandes, a revogação da prisão do-

municípioar deveu-se à identificação de fatos que dizem respeito diretamente à prisão domiciliar então usufruída pelo ex-juiz, referindo-se à instalação de câmeras de vigilância para o monitoramento dos agentes policiais encarregados de sua fiscalização. O caso foi revelado pelo Estado. Fernandes destacou que Nicolau inverteu a lógica de vigilância estatal no cerceamento da liberdade, ao passar a vigiar o encarcerador.

O relator destacou, também, a constatação por perícia médica oficial, realizada por determinação do juízo das execuções, da melhora na saúde do ex-magistrado, concluindo não mais se justificar a manutenção de prisão domiciliar. De todo modo, observou Og Fernandes, a decisão do TRF3 teve o cuidado de determinar que Nicolau fosse recolhido em condições "adequadas a sua peculiar situação pessoal (pessoa com mais de 80 anos de idade)", ou transferido para "hospital penitenciário que possibilite adequado tratamento de saúde, caso necessário".

29 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Senado vota criação do TRF DO PR NA SEMANA QUE VEM

Proposta já foi aprovada pela Câmara e precisa de aval dos senadores para ir à sanção de Dilma

O Senado deve votar, na semana que vem, a Proposta de Emenda Constitucional que cria o Tribunal Regional Federal do Paraná (TRF/PR). A proposta já foi aprovada pela Câmara, e agora depende apenas do aval dos senadores para ir à sanção da presidente Dilma Rousseff. A medida é vista pelos parlamentares paranaenses como uma forma de agilizar a justiça no Estado.

Atualmente, as ações que envolvem a União ou questões constitucionais, depois de passarem pela primeira instância, são encaminhadas para o TRF da 4ª região, em Porto Alegre. Além dos processos do Rio Grande do Sul e do Paraná, o TRF também recebe as demandas procedentes de Santa Catarina.

Com a criação do novo Tribunal, haverá uma redistribuição das ações em segunda instância. O TRF do Paraná passa a ser responsável pelos processos de Santa Catarina e também do Mato Grosso do Sul.

Além do Tribunal no Paraná, a proposta também prevê a criação de outros três TRFs, nos estados de Minas Gerais, Bahia e Amazonas. Também nesses casos, os processos devem ser redistribuídos, pois Tribunais em outros estados são responsáveis pelas demandas dessas regiões.

A pauta ainda traz a PEC 61/2012, que cria um tribunal federal com jurisdição nos estados de Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, com sede na cidade de Fortaleza (CE). Coordenador, no Senado, da frente parlamentar pela aprovação da PEC 544/2002, que cria TRFs no Paraná, na Bahia, no Ceará, em Minas Gerais e no Amazonas, o senador paranaense Sérgio Souza (PMDB) defende a aprovação da matéria. Segundo ele, a criação de TRFs é necessária para permitir o acesso de todos os cidadãos à Justiça, especialmente aqueles que vivem longe das capitais. "São muitos os casos em que as dificuldades de mobilidade no território nacional desestimulam o indivíduo a procurar por seus direitos", argumentou.

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) também é a favor da criação de novos tribunais. Convencido de que a população será beneficiada, Eunício disse esperar que o Plenário conclua logo a votação de PECs que criam tribunais federais.

No entanto, outros senadores, como Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), consideram que a criação de tribunais federais só poderia ser proposta por projeto de lei de iniciativa do Supe-

rior Tribunal de Justiça (STJ). No último dia 19, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, conversaram sobre o assunto com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Segundo Renan, Joaquim Barbosa manifestou preocupação com um possível "gigantismo" da Justiça, já que cada tribunal pode exigir a contratação de até 3 mil servidores.

CONTINUA

29 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Processos — Entre os argumentos que justificam a instalação do TRF no Paraná, está o grande número de processos do Paraná que transitam no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, jurisdição à qual os paranaense estão subordinados. Além disso, o volume de arrecadação da Seção Judiciária no Paraná, a qualidade dos serviços prestados pela seção judiciária paranaense, a posição geográfica do estado e qualidade da cidade de Curitiba também foram apresentados como argumentos pela seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR).

Ainda em 2010, representantes do STJ continuavam a posicionar-se contra o projeto, mas para a OAB Paraná, o acúmulo de processos no tribunal gaúcho justificava plenamente a demanda dos advogados. Pelo levantamento feito na ocasião, em 1989, foram distribuídos 12.516 processos no TRF4. Dez anos depois, em 2009, esse número subiu para 101.446, revelando uma situação dramática, principalmente porque não houve, em todo esse período, um aumento significativo no número de magistrados. Desde 1988, portanto, a estrutura da segunda instância da Justiça Federal não se altera e os dados mostram que os cinco únicos tribunais criados há 25 anos não têm mais capacidade para a demanda crescente.

Para o presidente da OAB Paraná, Juliano Breda, a ampliação do número de tribunais federais de segunda instância no país garantirá mais celeridade na prestação jurisdicional, além de aproximar a justiça da população.

29 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Afastado

A Justiça da Comarca de Ivaiporã decretou o afastamento de um servidor do setor Engenharia da prefeitura do município por conta de indícios de ato de improbidade administrativa. A decisão atendeu ao pedido de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público. De acordo com a ação proposta pelo MP, houve irregularidades de desmembramentos de 472 terrenos em desacordo com a Lei do Plano Diretor de Ivaiporã Lei do Parcelamento e Remembramento do Solo para fins Urbanos. Outro topógrafo do mesmo setor de engenharia estaria envolvido nas irregularidades. Além disso, os dois servidores e mais um arquiteto da Prefeitura exerceram atividades particulares de assessoria para pessoas interessadas em ver seus projetos aprovados pelo município e que, dessa forma, burlariam a fiscalização do cumprimento das normas urbanísticas. A Justiça considerou que a permanência do engenheiro no cargo da prefeitura poderia gerar riscos por conta da concorrência desleal do profissional, além de intimidar testemunhas que dependem da aprovação de projetos técnicos e, por isso, decidiu pelo afastamento do profissional.

29 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Barbosa diz que não é de "flexibilizar lei"

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, deixou claro que não pretende atender pedidos de advogados dos condenados no processo do mensalão que, na prática, podem atrasar o cumprimento das sentenças. "Tem havido pedidos no sentido de flexibilizar a lei penal. Mas todos me conhecem e sabem que eu não sou de flexibilizar a lei em nenhum sentido. Todas as decisões que tomei até agora foram no sentido de aplicar a lei", declarou o ministro em entrevista na noite de quarta-feira.

Relator do processo do mensalão, o presidente do STF esteve no Rio para receber o prêmio Faz Diferença, na categoria "Personalidade do ano", concedido pelo jornal O Globo. Na terça-feira passada, o ministro negou pedidos de dois condenados, o ex-ministro José Dirceu e o empresário Ramon Hollerbach, ex-sócio do publicitário Marcos Valério, também condenado. Dirceu pedia a divulgação dos votos dos ministros no processo antes da publicação do acórdão, prevista para a próxima segunda-feira (1º). Hollerbach solicitou a ampliação do prazo para recursos de cinco para trinta dias depois da publicação do acórdão. No mesmo dia, um grupo de 15 advogados de condenados protocolou no Supremo pedido de am-

pliação do prazo de recursos de cinco para vinte dias. "Já decidi contrariamente", afirmou Barbosa, referindo-se ao pedido de Ramon Hollerbach e indicando que seguirá a mesma linha e manterá o prazo legal de cinco dias.

Questionado se haverá atraso na publicação do acórdão com as decisões de todos os ministros, o presidente do Supremo respondeu apenas: "Espero que não." Barbosa disse que, depois da publicação, certamente haverá recursos e evitou falar de prazos para a prisão dos condenados.

O ex-ministro e ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto foi premiado na categoria "País". Em discurso de agradecimento, disse que "quem chega ao Supremo Tribunal Federal não tem sequer direito a mau humor". "As oportunidades são tantas de arejar mentes, são tantas as chances de contribuir para a moderna idade do País que o mau humor chega a soar uma heresia", afirmou Ayres Britto. O ex-ministro dedicou o prêmio à mulher, Rita: "A mulher com quem durmo e acordo é também a mulher dos meus sonhos".

Joaquim Barbosa defendeu transparência na vida pública. "Não concebo a vida do Estado e seus personagens sem o controle e a vigilância da imprensa", afirmou ele.

01 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

Araucária acompanha jovens EM LIBERDADE ASSISTIDA

Atualmente, 87 adolescentes do município são atendidos pelo Comse junto com os pais

Para acompanhar os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, Araucária conta com o serviço do Centro Operacional de Medidas Socioeducativas (Comse). Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, o espaço realiza diversas ações com jovens encaminhados pela Vara da Infância e Juventude do município para o regime de Prestação de Serviços Comunitários (PSC) ou de Liberdade Assistida (LA) em decorrência da prática de ato infracional.

Atualmente, são 87 jovens entre 13 e 19 anos acompanhados pelo Comse. Segundo a coordenadora Katia Cristina Novak Kaplum, a equipe técnica de trabalho do espaço — formada por assistente social, psicóloga, pedagoga e educadora social — monitora todos os casos, realizando acompanhamento individual e familiar, com foco na escolarização e profissionalização dos adolescentes. “Os pais ou responsáveis participam de atendimentos e reuniões mensais no Comse, pois são co-responsáveis e partícipes no cumprimento das medidas socioeducativas”, diz.

A PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral por período não ex-

cedente a seis meses, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de 8 horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, desde que não comprometam a frequência escolar ou a inclusão no mercado de trabalho. Os espaços acolhedores do núcleo — que recebem os adolescentes para o cumprimento da PSC — são as Secretarias de Assistência Social, Cultura, Trabalho e Emprego, Saúde e Esporte e Lazer.

Nesses locais, os profissionais orientam os jovens durante a realização das tarefas dentro do espaço. Além do cumprimento da PSC, os adolescentes participam de oficinas educativas, esportivas ou artesanais no Comse. “Todas as atividades desenvolvidas têm o objetivo de contribuir e incentivar a reconstrução do projeto de vida dos adolescentes atendidos”, explica Katia. Entre as atividades realizadas estão oficinas de desenho e grafiteagem e de capoeira. Em abril, começam as oficinas de produção áudio-visual, sobre projeto de vida e sobre saúde.

Em breve, os jovens vão ter a oportunidade de colocar em prática o que estão aprendendo na oficina.

01 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

Prisões aumentam 140% na Capital

As estatísticas do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Paraná (BPTran) mostram que o número de pessoas presas na capital do Estado por embriaguez ao volante aumentou 140% neste ano, com 125 prisões nos meses de janeiro e fevereiro. Em 2012, no mesmo período, foram 52 detidos.

Segundo o comandante do BPTran, o tenente-coronel Valterlei Mattos de Souza, o batalhão têm intensificado as blitzes com o uso de etilômetro (bafômetro) em Curitiba, juntamente com apoio de outras unidades da Polícia Militar. “Estamos fazendo várias operações simultâneas em diversos pontos da cidade, concentrando os esforços nos dias e horários de maior incidência de condutores embriagados, como no período da noite e de madrugada”, afirma Souza.

Os dados estatísticos apontam queda no total de acidentes (-10%) e no número de feridos (-7,5%) nos dois primeiros meses do ano. As reduções ocorreram mesmo com o aumento da frota de veículos, que cresceu 3,8% no mesmo período, passando de 1.260.654 para 1.309.109 veículos.

O tenente-coronel Souza comenta que o uso de bebida alcoólica é uma das principais causas de acidentes. “Sabe-se que o uso de álcool é um fator preponderante, assim como o excesso de velocidade e o desrespeito à sinalização”, destaca.

O BPTran utiliza em todas as suas operações um aparelho etilômetro – conhecido popularmente como bafômetro - para realização de testes, inclusive nas viaturas que atendem acidentes. No início de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, foi registrado um aumento de 1.326% nos exames etilométricos realizados na capital, com 1.384 exames em janeiro e fevereiro. No ano anterior, no mesmo período, foram 97 exames.

01 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Ônibus

Os ônibus de uma empresa de transporte urbano de Brasília deverão ter ar-condicionado, direção hidráulica, câmbio automático e motor traseiro. A determinação é da juíza da 14ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, que tomou a decisão baseada em estudos sobre as condições as condições de trabalho de motoristas e cobradores na capital federal.

Justa causa

A empresa pode demitir por justa causa empregado que, comprovadamente, utilizou e-mail corporativo da empresa para troca de mensagens com conteúdo pornográfico. O entendimento é da 6ª Turma TST.

Alimentos

A verba alimentar definitiva, quando superior ao valor fixado provisoriamente, retroage à data da citação. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Ficha limpa

Por decisão do CNJ, os tribunais brasileiros não podem mais exigir certidão da Justiça do Trabalho para nomeações em cargos comissionados ou funções de confiança.

Defensor

Defensor público se sujeita ao estatuto da OAB e a inscrição na Ordem é indispensável para o exercício da sua atividade. A decisão é do juiz federal José Henrique Prescendo, de São Paulo.

Prêmio

O advogado Gustavo Swain Kfourri recebeu no último dia 27 o prêmio Cidade de Curitiba da Câmara Municipal. A proposição foi do vereador Zé Maria (PPS). O prêmio é entregue anualmente na Sessão Solene comemorativa ao aniversário da cidade e destina-se a prestar homenagens às empresas ou cidadãos que tenham alcançado destaque em suas áreas de atuação no ano anterior.

Prisão

O Estado do Rio Grande do Sul foi condenado ao pagamento de indenização para uma mulher cujo companheiro foi morto em uma cela de um presídio estadual, dois dias após ter sido preso. Foi fixada indenização por danos morais no valor de R\$ 35 mil e pensão mensal equivalente a 2/3 do salário mínimo, até a data em que o falecido completaria 72 anos de idade, ou que a autora case novamente ou faleça. A decisão é do TJ do Rio Grande do Sul.

Remédio

O TRF da 4ª Região determinou ao estado do Paraná e à União que forneçam, em 30 dias, o medicamento Cystagon a uma criança. Ela sofre de uma doença rara, de origem genética, e que pode levar à morte. A decisão da 3ª Turma entendeu que o remédio é o único tratamento disponível e deve ser fornecido pelo poder público, ainda que não seja registrado na Anvisa.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 477 do STJ

— A decadência do art. 26 do CDC não é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.

01 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CEF não deve responder por dano causado no interior de casa lotérica

A Caixa Econômica Federal (CEF) não é parte legítima para figurar no polo passivo de ação em que se pede indenização por danos materiais e morais em razão de ferimento provocado por disparo de arma de fogo, ocorrido no interior de casa lotérica. O entendimento, unânime, é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No caso, o consumidor ajuizou a ação afirmando que estabelecimentos dessa natureza têm o status de agentes da CEF, que está obrigada à prestação de segurança para todos os que usufruem dos serviços.

Em primeiro grau, a ação foi extinta, em virtude da ilegitimidade passiva da Caixa. Inconformado, o consumidor apelou, mas o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve a sentença.

No STJ, o consumidor alegou que, ao indeferir pedido de produção de provas, o tribunal estadual violou os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Sustentou, ainda, que a CEF é parte legítima para responder pelos danos ocorridos no interior de casas lotéricas, pois estas constituem "estabelecimentos conveniados". Por último, afirmou que a CEF, "como empresa que permite a atividade das casas lotéricas, delas auferindo percentual de comissão, tem responsabilidade objetiva, no caso de danos que venham a ocorrer em razão do risco da atividade normalmente desenvolvida".

Em seu voto, a relatora, ministra Nancy Andrighi, destacou que a análise da Circular Caixa 539/11 - que regulamenta as permissões lotéricas e delimita a atuação das respectivas unidades - permite inferir que, embora autorizadas a prestar determinados serviços bancários, não possuem natureza de instituição financeira, já que não realizam as atividades referidas na Lei 4.595/64 (captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros).

"Claro está que a pessoa jurídica delegante do serviço não é responsável pela reparação de eventuais danos causados a terceiros no interior do estabelecimento do permissionário", assinalou a ministra.

Segundo Andrighi, a eventual possibilidade de responsabilização subsidiária da CEF, verificada apenas em situações excepcionais, não autoriza o ajuizamento de ação de indenização unicamente contra a instituição bancária.

Assim, a relatora concluiu que, sob qualquer ângulo que se examine a questão, a conclusão é a de que não há obrigação legal ou contratual imposta à CEF que conduza à sua responsabilização pelo dano causado ao consumidor no interior da casa lotérica.

METRO 28 MAR 2013

Polícia deve investigar ex-diretores do Evangélico

Pedido. Ministério Público do Paraná quer a abertura de um novo inquérito. Médica Virgínia se apresentou ontem ao Tribunal do Júri

Os ex-diretores do Hospital Evangélico também devem ser investigados pelo Nucrisa (Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde) sobre a suposta antecipação de mortes na UTI Geral da instituição, que era comandada pela médica Virgínia Soares de Souza.

O MP-PR (Ministério Público do Paraná), por meio da Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, pediu à Polícia Civil a abertura de um novo inquérito para descobrir se há "a eventual participação de outras pessoas no caso, inclusive por outros profissionais de saúde ou de ex-diretores do Hospital Evangélico."

Além da médica, que foi indiciada por homicídio qualificado e formação de quadrilha, o MP denunciou outros

8

8 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público do Paraná

sete profissionais que são suspeitos de ajudá-la. Todos negam que tenham cometido qualquer tipo de crime.

Prisão

No início desta semana, o Ministério Público recorreu da decisão que concedeu liberdade à médica Virgínia "em função da repercussão do caso na opinião pública, por ela ser acusada de ser líder da quadrilha e acusada pelas sete mortes denunciadas, e ainda por haver relatos de intimidação a testemunhas."

O advogado dela, Elias Mattar Assad, informou que

já pegou o processo que trata do recurso do MP e agora tem prazo para devolvê-lo até a segunda-feira.

Apresentação

Ontem à tarde, a médica Virgínia, acompanhada do advogado, se apresentou ao Cartório Judicial da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, para cumprir a obrigação de apresentação mensal imposta pelo juiz Daniel Surdi de Avelar, que assegurou o direito de responder em liberdade.

"O escrivão faz algumas perguntas de rotina como confirmação de endereço, se está trabalhando e confere a documentação", conta o advogado Elias Mattar Assad.



Virgínia compareceu ontem à Vara do Júri. (PETERSON HOFMANN)

28 MAR 2013

METRO

Mensalão: três ministros ainda não liberaram votos

STF. Prazo está perto do fim. Data-limite para a entrega da revisão é o dia 1º de abril

O STF (Supremo Tribunal Federal) aguarda os votos de três ministros para que o acórdão do julgamento do mensalão seja publicado no Diário da Justiça. O presidente da Corte, ministro Joaquim Barbosa, pediu que os prazos sejam respeitados e estabeleceu o dia 1º de abril como data-limite para a entrega da revisão.

Os ministros Dias Toffoli, Celso de Mello e Rosa Weber prometem liberar o material dentro do prazo.

O último a entregar a revisão foi ministro revisor, Ricardo Lewandowski.

Após a publicação dos votos, será aberto um prazo de cinco dias para que as defesas dos 25 condenados apresentem recursos. A expectativa do STF é receber, pelo menos, 32 embargos contra a decisão.

Uma petição conjunta apresentada por 15 advogados, anteontem, pedia que o período seja estendido para 30 dias.

Joaquim Barbosa já negou duas petições esta semana para abrir a exceção afirmando que, apesar da complexidade dos votos, todas as sessões foram transmitidas pela televisão e puderem ser acompanhadas pelo réus e pelas defesas. "Disso decorre a inegável conclusão de que, embora o acórdão ainda não tenha sido publicado, o seu conteúdo já é do conhecimento de todos", afirmou o ministro relator.

Mantida a interpretação - caso a sentença seja mesmo publicada na segunda-feira - os advogados terão até o dia 8 de abril para apresentar recurso. A previsão do STF é julgar todos os embargos até junho para que as penas de prisão possam começar a ser cumpridas no segundo semestre deste ano.  METRO BRASÍLIA

28 MAR 2013

METRO

Gaeco cumpre mandados em casa de ex-funcionários

O Gaeco (Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado) cumpriu 13 mandados de busca e apreensão na casa de ex-funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná. Duas pessoas foram presas por porte ilegal de armas, mas foram liberadas em seguida. A operação foi realizada ontem pela manhã.

“O objetivo era apreender documentos principalmente que tinham relação com os fatos sobre a investigação dos ex-funcionários fantasmas da Assembleia Legislativa do Paraná”, afirmou o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti.

Todos os mandados foram cumpridos em Curitiba, de acordo com Batisti.

Os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

CCJ autoriza igrejas a questionarem leis no STF

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a Emenda constitucional que permite entidades religiosas a entrarem com ação no Supremo questionando leis. A proposta segue para Comissão Especial.

28 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Mutirão carcerário abre 500 vagas nas prisões

No Mutirão Carcerário realizado nesta semana (de 20 a 27) foram analisados 2.063 pedidos de benefícios de detentos do sistema prisional do Paraná - incluindo delegacias de polícia de Curitiba e Região Metropolitana - em trâmite na 1ª, 2ª e 3ª Varas de Execução Penal de Curitiba. Foram julgados 1.175 pedidos, sendo 937 deferidos e 238 indeferidos. A Justiça expediu 267 alvarás de soltura, 217 progressões para o regime semiaberto e 462 comutações e remissões de pena, e indultos. O Mutirão foi realizado no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (Ceebja), em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, e os resultados foram anunciados nesta quarta (27) no Tribunal de Justiça pela secretária da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, e pelo presidente do TJ, Clayton Coutinho de Camargo. O trabalho contou, ainda, com a participação de assessores de estabelecimento penal da Defensoria Pública, que durante o mutirão percorreram unidades prisionais no Estado.

28 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

STJ nega liberdade ao ex-juiz Nicolau

O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou o pedido de liberdade do ex-juiz do Trabalho Nicolau dos Santos Neto. A decisão é em caráter liminar e o mérito do pedido será julgado pela sexta turma do STJ.

Nicolau está preso desde a noite de segunda (25) na carceragem da Polícia Federal (PF) em São Paulo, após ter a prisão domiciliar revogada.

Os advogados entraram com o pedido no STJ nesta terça-feira para pedir a suspensão da decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que mandou o ex-juiz voltar para a prisão. Nicolau dos Santos Neto foi condenado em 2006, acusado de participar de um esquema que desviou cerca de R\$ 170 milhões da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

JORNAL DO ÔNIBUS

A cada três dias, um juiz sofre ameaças

01 ABR 2013

Em 24 de março de 2003, o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, de 32 anos, foi assassinado com três tiros quando estava em uma academia de ginástica de Itapoá, bairro de classe média alta Vila Velha (ES). Dez anos depois, os acusados pelo crime - o juiz aposentado Antônio Leopoldo Teixeira, o coronel da reserva da Polícia Militar Walter Gomes Ferreira, e o expolicial civil Claudio Luiz Andrade Baptista, o Calu - continuam soltos e ainda não foram a júri popular graças a inúmeras medidas protetórias da Justiça.

O medo dos magistrados por causa do exercício da profissão vem crescendo, principalmente após a execução da juíza Patrícia Acio-li, morta em agosto de 2011, assassinada por policiais militares, no Rio de Janeiro. Três PM's foram condenados em janeiro deste ano.

Esses dois casos mostram que a magistratura é uma profissão de risco no Brasil. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que 199 juízes no Brasil sofreram algum tipo de ameaça no Brasil desde julho de 2011. Isso significa uma média de uma ameaça a cada três dias em todo o território nacional. As ameaças mais constantes são de morte e contra a família dos juizes brasileiros.

01 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Gaeco apreende documentos na casa de assessores de Justus

O Ministério Público do Paraná cumpriu 13 mandados de busca e apreensão por meio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), na casa de ex-funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná. Todos eles eram funcionários no gabinete do ex-presidente da Assembleia, o deputado Nelson Justus (DEM), entre os anos de 2007 e 2010. Entre os investigados estão Sérgio Roberto Monteiro, atual chefe de gabinete de Justus, e Luiz Alexandre Barbosa, assessor no gabinete de Justus.

De acordo com o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, o objetivo da operação era apreender documentos relacionados a investigação dos ex-funcionários fantasmas da Casa – o famoso caso “Diários Secretos”. Duas pessoas foram presas por porte ilegal de armas, mas foram liberadas em seguida. Todos os mandados foram cumpridos aqui em Curitiba.

METRO

Justiça. Deputados debatem Defensoria

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa e o Coped (Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná) promovem amanhã, no Plenarinho, a partir das 9 horas, uma audiência pública sobre o processo de implantação da Defensoria Pública do Paraná.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alep, deputado Tadeu Veneri (PT), disse que é importante a participação da sociedade no debate que vai definir ações para acelerar a estruturação da Defensoria Pública no Paraná.

30 MAR 2013

IMPACTO PARANÁ

SOLENIIDADE PELOS 320 ANOS DE CURITIBA



Mais de 600 pessoas lotaram o plenário da Assembléia Legislativa na manhã da terça-feira (26), a convite do deputado Ney Leprevost, para comemorar os 320 anos de Curitiba.

Na sessão, presidida foram homenageados servidores públicos de carreira, ex-prefeitos, empresas de comunicações, pessoas da comunidade e alguns ícones da cultura da cidade.

A mesa de honra foi composta pela secretária de Família e Desenvolvimento Social Fernanda Richa, pelo desembargador Antonio Loyola; pelos deputados Rossoni, Leprevost e pastor Edson Praczik; pelo arcebispo Dom Moacyr Vitti; pelo secretário Celso Torquato, que representou o prefeito Gustavo Fruet e pelo vereador Pierpaolo Petruziello que representou a Câmara Municipal.

Em nome de todos homenageados, discursou o ex-prefeito Saul Raiz que recentemente levou dois tiros em um assalto no centro de Curitiba. Raiz emocionou a todos com sua fala e pediu uma cruzada contra a violência.

N.R: O jornal Impacto Paraná através do diretor e jornalista Luiz Fernando Fedeger, agradece ao deputado Ney Leprevost pela homenagem ao nosso semanário no evento comemorativo dos 320 anos de Curitiba.

30 MAR 2013

IMPACTO PARANÁ

Perguntar não ofende

- A Justiça paranaense está mesmo precisando de mais 25 desembargadores e 175 novos comissionados no TJ?

Cantinho Sigiloso

O destaque desta semana foi a aprovação de projeto de lei criando mais 25 cargos de desembargador no TJ paranaense, acompanhado da criação de mais 175 cargos comissionados para assessoria dos mesmos. Pelas contas, cada desembargador vai ter 7 funcionários especiais para seus gabinetes que vão ocupar ainda mais espaço no Centro Cívico e adjacências. O custo anual desta criação será da ordem de R\$ 30 milhões anuais. Com os 25 novos desembargadores, o número destas autoridades no TJ será de 145 desembargadores. A Assembleia Legislativa vive na atualidade uma verdadeira lua de mel nas relações com o TJ, depois de uma breve colisão registrada no final e início deste ano.

28 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

267 presos liberados

O mutirão carcerário promovido esta semana pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (Seju) - que deveria ter ocorrido na semana passada e foi adiado devido à manifestação dos agentes penitenciário pedindo mais segurança à classe - feito nas penitenciárias de Piraquara e delegacias da Região Metropolitana, colocou nas ruas 267 presos que estavam aguardando o julgamento de benefícios. Outros 217 foram transferidos do regime fechado para o semiaberto e 462 tiveram a pena reduzida. Esta ação, que contou com a participação do Ministério Público do Paraná e da Defensoria Pública do Estado, possibilitou a abertura de 500 novas vagas no sistema prisional.

Cerca de 32 servidores das Varas de Execuções Penais, além de juízes, trabalharam por cinco dias na apreciação de 2.063 pedidos de benefícios feitos por detentos. Destes, 937 foram deferidos e 238 indeferidos. "O objetivo deste mutirão é oxigenar o sistema prisional, agilizando o julgamento de recursos feito pelas defesas dos presos", disse o juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes, um dos coordenadores.

Para a secretária de justiça do Estado, Maria Tereza Uille Gomes, o trabalho feito pelos juízes e funcionários contribuiu para "desafogar" os presídios e carceragens de delegacias. "Garantimos o direito reclamado por muitos detentos e assim propiciamos mais vagas nas penitenciárias", comentou.

28 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Novo inquérito da UTI

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) solicitou à polícia a abertura de um novo inquérito para investigar eventual participação de ex-diretores do Hospital Evangélico e demais profissionais de saúde do hospital, no caso dos supostos homicídios de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A médica Virgínia Helena Soares de Souza, que chefiava a UTI e é acusada de antecipar a morte de sete pacientes, foi solta na semana passada. O diretor da sindicância que apura as mortes na UTI levantou a suspeita de que os diretos do hospital sabiam das atitudes da médica.

A Polícia Civil, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que abrirá o inquérito assim que receber oficialmente a solicitação, o que não havia ocorrido até a tarde de ontem. Mais detalhes não serão divulgados pela polícia por causa do sigilo nas investigações. O MP-PR não divulgou quantas pessoas serão investigadas.

Trezentos prontuários estão sendo analisados pela sindicância e são considerados suspeitos. O advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, alega que nenhum dos casos foi provado cientificamente.

Presença

Quando Virgínia foi solta, o juiz determinou que, periodicamente, ela se apresente à Justiça. A médica cumpriu a solicitação e apresentou-se ontem no Tribunal do Júri de Curitiba, acompanhada da equipe de seu advogado.

01 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Grandes avanços

Ana Carolina Bendlin

Ao observar a realidade de hoje, fica difícil acreditar que, até pouco tempo atrás, as mulheres ainda estavam submetidas a condições desiguais no mercado de trabalho em relação aos homens. Os direitos diferenciados das mulheres eram resultado de uma tentativa de protegê-las, depois de grande exploração no início do século XX, época da Revolução Industrial. No entanto, com o passar dos anos, o que antes era um benefício, passou a ser discriminação.

“Existia muita desigualdade entre os direitos previstos em lei para homens e mulheres em relação ao trabalho há algumas décadas. Isso só começou a mudar em 1989, quando uma das leis que previam algumas dessas diferenças foi revogada”, explica a advogada, professora e mestre em Direito do Trabalho, Leda Maria Messias da Silva. A modernização da legislação continuou com mudanças realizadas também em 1995, 1999 e 2001, inclusive com revogação de alguns artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Desta forma, o documento, que tinha sido formulada em 1943, ficou mais adequado à nova Constituição Federal, de 1988. Entre as diferenças que existiam, estavam a proibição de as mulheres trabalharem em horário noturno (exceto quando a empresa era da família) e em obras ou locais subterrâneos. Até 2001, as mulheres também não podiam fazer horas extras, salvo se houvesse compensação ou em casos de força maior, havendo descanso especial para elas na hipótese de prorrogação da jornada.

“Muitos desses dispositivos já estavam em desuso há anos e não havia mais motivos para que eles continuassem existindo, ainda mais porque conflitavam com a questão da isonomia proposta na Constituição”, comenta. De acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, a legislação brasileira estabelece a “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”. Um dos principais avanços, entretanto, foi a proibição, na década de 1990, da realização de revistas íntimas no ambiente de trabalho e da exigência de exames de gravidez no momento da admissão.

Para a secretária geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Iverly Antiqueira Dias Ferreira, tudo isso é reflexo de uma nova postura das mulheres no mercado de trabalho. “A situação das mulheres evoluiu muito nos últimos dez anos, pois, sobressaindo-se mais intelectualmente, elas estão se inserindo mais no mercado e, assim, têm conquistado de fato a igualdade de seus direitos perante os homens”, opina.

Três fatores contribuíram para isso, segundo ela. “As mulheres estão mostrando sua capacidade de trabalhar, sua igualdade em relação aos homens e sua disponibilidade de horário, passando a ser vistas como mão de obra qualificada”.

Se ainda assim, alguma sentir que seus direitos não estão sendo respeitados, Iverly sugere que busque ajuda. “Ela pode procurar sua entidade representativa de classe, em caso de assédio moral, ou a Delegacia da Mulher, se houver violência física”.

CONTINUA

01 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO



Diferenças físicas existem

Segundo Leda, atualmente, restaram apenas alguns direitos diferentes entre homens e mulheres, mas que são justificáveis por características físicas que diferem de acordo com o sexo. “Além da licença-maternidade e do horário de amamentação, ainda existe um artigo da CLT, também referente à questão física, que proíbe o emprego de força muscular pelas mulheres que seja superior a 20 quilos para trabalhos contínuos e 25 quilos para trabalhos ocasionais, com exceção de remoção feita por aparelhos mecânicos”, afirma.

Ela ainda lembra que, mesmo na questão da licença-maternidade, já há alguns posicionamentos diferentes da Justiça. “Tem jurisprudência admitindo que até mesmo os homens possam ter direito à licença-maternidade, como quando as mulheres morrem ou no caso de casais homoafetivos”, explica. Ela ainda reforça que as mães adotivas também têm direito à licença, pois o período serve não somente para as mulheres se recuperarem do parto, mas principalmente para darem uma atenção especial às crianças.

Para Leda, no entanto, a licença-maternidade deveria ser dividida entre mães e pais. “Essa licença atual de 180 dias acaba afastando as mulheres das novas tecnologias. Na minha opinião, o ideal seria a mãe ficar quatro meses e, o pai, dois. Assim, a mulher não fica tão alijada do mercado de trabalho e o homem participa mais”, avalia. Por sua vez, Iverly acredita que as determinações da lei devem ser cumpridas na íntegra. “No aspecto profissional, não há diferenças de qualidade técnica entre homens e mulheres, mas as mulheres levam consigo o dom da maternidade e, por isso, esse espaço da licença e do horário de amamentação devem ser respeitados”. (ACB)

01 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Agente enforcado na PCE

O agente penitenciário Luiz Antônio Nizer, 47 anos, foi encontrado morto, enforcado, dentro de uma casa de máquinas da Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, por volta das 8h de sábado. A delegacia de Piraquara foi informada do caso e hoje deverá iniciar investigações.

Apesar da Polícia Civil ter a morte, até agora, como um suicídio, os recentes assassinatos de agentes penitenciários fazem levantar a suspeita de que esta última morte possa ser um homicídio. Desde o início do ano, dois agentes penitenciários foram executados dentro de suas casas e outros dois foram vítimas de atentados, mas sobreviveram.

Lista

O boato de que haveria uma lista negra de agentes marcados para morrer, elaborada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), colocou os profissionais e seus familiares em pânico, o que os levou a protestar, na semana retrasada, por mais segurança. Apesar de os próprios agentes dizerem que a tal lista existe, ela foi negada por todas as autoridades de segurança e Justiça.